



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CARLA OLIVEIRA BRITO

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AZEITE DE DENDÊ E TURISMO EM
TAPEROÁ - BA:
POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Salvador
2023

CARLA OLIVEIRA BRITO

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO AZEITE DE DENDÊ E TURISMO EM
TAPEROÁ - BA:
POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. ° Alcides dos Santos Caldas.

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.

B862 Brito, Carla Oliveira

Indicação geográfica do azeite de dendê e Turismo em Taperoá – BA: possibilidades para desenvolvimento territorial. Orientador: Alcides dos Santos Caldas./ Carla Oliveira Brito – Salvador, 2023.

168 f.

Orientador: Prof.º Dr.º Alcides dos Santos Caldas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2023

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Território. 4. Dendê. I. Caldas, Alcides dos Santos. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU 911

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - DISSERTAÇÃO

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E TURISMO EM TAPEROÁ-BAHIA:
POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

CARLA OLIVEIRA DE BRITO


Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas (Orientador/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)


Prof^ª. Dr^ª. Carolina de Andrade Spínola
Universidade Salvador (Unifacs)


Prof^ª. Dr^ª. Rosana Santana Dos Reis
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Aprovada em Sessão Pública de 07 de dezembro de 2023

DEDICATÓRIA

A
Amilton, meu pai, por tudo que fez por mim e descansa em paz.
Madalena, minha mãe, pelo apoio de sempre.
Miguel, meu filho, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

O primeiro e mais importante agradecimento: a Deus, por toda a força, permissão e pela companhia que me fez neste trabalho solitário. Sem Ele, nada seria possível.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Mestrado.

Ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia que possibilitou a realização deste curso.

A Joseane pelo belo trabalho à frente da secretária e seu suporte e orientação com a burocracia.

Ao meu orientador Alcides dos Santos Caldas pela orientação e pela confiança.

À professora Carolina Spínola e Rosana Reis pela disponibilidade e contribuições.

Às minhas queridas Andréia Nascimento, Monise, Ana Margarete pelo apoio, palavras de encorajamento e auxílios.

A Ariadna Bandeira, Clímaco Dias, Natália Coimbra, Rosali Fernandes, Rejane Mira, Ernesto Ribeiro e Aline Nascimento pelas trocas de ideias, incentivos e conselhos. Minha eterna admiração pelos profissionais que vocês são e me incentivaram a ser.

A Ardala Alves, Monique Cintra e Saulo Lima pela escuta, acolhimento e compreensão.

A Leandro Costa pela sua disponibilidade e pelos mapas maravilhosos.

A Felipe Garcia e Silvana Almeida pelas concessões no trabalho.

A todos os professores que contribuíram para este momento.

BRITO, Carla Oliveira. **Indicação geográfica do azeite de dendê e Turismo em Taperoá – BA: possibilidades para desenvolvimento territorial.** Orientador: Alcides dos Santos Caldas. 168 f. il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

Com uma abordagem integrada dos conceitos de Indicação Geográfica, Turismo e Território, a pesquisa busca investigar como o Turismo associado à Indicação Geográfica do Azeite de Dendê pode contribuir para o desenvolvimento territorial de Taperoá-BA. O estudo destaca uma análise abrangente sobre a relevância da Indicação Geográfica (IG) no contexto do turismo e do desenvolvimento territorial, concentrando-se especificamente no município de Taperoá-BA. A relação entre a IG do Azeite de Dendê e os atrativos turísticos locais emerge como um potencial impulsionador significativo do desenvolvimento territorial. A ênfase na diferenciação de produtos e lugares por meio da IG é habilmente articulada como uma estratégia essencial para competir no mercado globalizado. A IG, compreendida como um instrumento de proteção, promoção da cultura local e valorização dos produtos, contribui para a construção de identidade e aumento do valor agregado aos produtos locais. A interligação entre turismo, propriedade industrial e território é explorada de maneira aprofundada, evidenciando a complexidade do fenômeno turístico. A metodologia adotada, fundamentada na Teoria Geral dos Sistemas, proposta por Bertalanffy, destaca o potencial transformador do turismo como impulsionador do desenvolvimento local. A pesquisa incorpora dados estatísticos da Produção Agrícola Municipal, respaldando a posição de destaque de Taperoá-BA na produção de dendê. Além disso, as descobertas da pesquisa descrevem detalhadamente a integração das rotas turísticas propostas, destacando sua relação com a cultura local, atrativos específicos e a participação da comunidade. A pesquisa também aborda considerações sobre a sustentabilidade e o meio ambiente, explorando como a implementação do turismo pode ser conduzida de maneira responsável. Observações sobre o envolvimento da comunidade local no desenvolvimento do turismo são destacadas, ressaltando iniciativas participativas e estratégias para garantir benefícios locais. A inserção de Taperoá como um município com grande potencial turístico, especialmente na Zona Turística da Costa do Dendê, fornece contexto e respaldo à relevância do estudo desta localidade. A análise da cultura do dendê como parte integrante da identidade local, tanto na gastronomia quanto nas práticas religiosas, adiciona camadas significativas à compreensão do patrimônio cultural e ao potencial turístico. Diante do exposto, a pesquisa oferece uma visão abrangente e embasada sobre a relação entre a IG do Azeite de Dendê, o turismo e o desenvolvimento territorial em Taperoá-BA, delineando claramente a complexidade dessas interações e apontando para futuras direções de pesquisa e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Taperoá. Turismo. Indicação geográfica. Território. Dendê.

BRITO, Carla Oliveira. **Geographical Indication of palm oil and Tourism in Taperoá – BA: possibilities for territorial development**. Advisor: Alcides dos Santos Caldas. 168 p. il. Dissertation (Master's Degree in Geography) – Institute of Geosciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

With an integrated approach of the concepts of Geographical Indication, Tourism and Territory, this research seeks to investigate how the Tourism associated with the Geographical Indication of the Palm Oil can contribute to the territorial development of Taperoá-BA. The study highlights a comprehensive analysis of the relevance of the Geographical Indication (GI) in the context of tourism and territorial development, focusing specifically on the municipality of Taperoá-BA. The relationship between the Palm Oil GI and the local tourist attractions emerges as a significant potential booster of territorial development. The emphasis on differentiation of products and places through the GI is ably articulated as an essential strategy to compete in the globalized marketplace. The GI, known as an instrument of protection, promotion of local culture and valorization of products, contributes to the construction of an identity and increases the added value of the local products. The interconnection between tourism, industrial property and territory is deeply explored, highlighting the complexity of the tourism phenomenon. The methodology adopted, based on the General Theory of Systems, proposed by Bertalanffy, highlights the transformative potential of the tourism as a booster of the local development. The research incorporates statistical data from Municipal Agricultural Production, supporting the prominent position of Taperoá-BA in the palm oil production. Besides, the findings of the research describe in detail the integration of the proposed tourist routes, highlighting their relationship with the local culture, the specific attractions and the community participation. The research also addresses sustainability and environmental considerations, exploring how the implementation of the tourism can be conducted in a responsible manner. Observations on the involvement of the local community in tourism development are highlighted, emphasizing participatory initiatives and strategies to ensure local benefits. The insertion of Taperoá as a municipality with a great tourist potential, especially in the Tourist Zone of the Palm Oil Coast, provides context and support for the relevance of the study of this location. The analysis of palm oil cultivation as an integral part of local identity, both in gastronomy and religious practices, adds significant layers to the understanding of cultural heritage and the tourism potential. In view of the above, the research offers a comprehensive and grounded view of the relationship between the GI of Palm Oil, the tourism and the territorial development in Taperoá-BA, clearly delineating the complexity of these interactions and pointing to future directions of research and sustainable development.

Keywords: Taperoá. Tourism. Geographical indication. Territory. Palm.

BRITO, Carla Oliveira. **Indicación geográfica del aceite de palma y Turismo en Taperoá – BA: posibilidades de desarrollo territorial**. Asesor: Alcides dos Santos Caldas. 168 hojas. Tesis (Maestría en Geografía) – Instituto de Geociencias, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2022.

RESUMEN

Con un enfoque integrado de los conceptos de Indicación Geográfica, Turismo y Territorio se busca saber cómo el Turismo asociado a la Indicación Geográfica del Aceite de Palma puede contribuir al desarrollo territorial de Taperoá-BA. El estudio destaca un análisis exhaustivo de la relevancia de la Indicación Geográfica (IG) en el contexto del turismo y el desarrollo territorial, centrándose específicamente en el municipio de Taperoá-BA. La relación entre la IG Aceite Dendê y las atracciones turísticas locales surge como un importante motor potencial del desarrollo territorial. El énfasis en la diferenciación de productos y lugares a través de la IG se articula hábilmente como una estrategia esencial para competir en el mercado globalizado. La IG, entendida como instrumento de protección, promoción de la cultura local y valorización de los productos, contribuye a la construcción de la identidad y al aumento del valor añadido de los productos locales. Se profundiza en la interconexión entre turismo, propiedad industrial y territorio, poniendo de relieve la complejidad del fenómeno turístico. La metodología adoptada, basada en la Teoría General de Sistemas propuesta por Bertalanffy, destaca el potencial transformador del turismo como motor del desarrollo local. La investigación incorpora datos estadísticos de la Producción Agrícola Municipal, apoyando la posición destacada de Taperoá-BA en la producción de palma aceitera. Además, los resultados de la investigación describen en detalle la integración de las rutas turísticas propuestas, destacando su relación con la cultura local, las atracciones específicas y la participación de la comunidad. La investigación también aborda la sostenibilidad y las consideraciones medioambientales, explorando cómo la implantación del turismo puede llevarse a cabo de forma responsable. Se destacan las observaciones sobre la participación de la comunidad local en el desarrollo turístico, enfatizando las iniciativas participativas y las estrategias para garantizar los beneficios locales. La inclusión de Taperoá como municipio con gran potencial turístico, especialmente en la Zona Turística del Litoral de Dendê, contextualiza y apoya la relevancia del estudio de esta localidad. El análisis de la cultura de la palma aceitera como parte integrante de la identidad local, tanto en términos gastronómicos como de prácticas religiosas, añade capas significativas a la comprensión del patrimonio cultural y del potencial turístico. En vista de lo anterior, la investigación ofrece una visión completa y bien fundamentada de la relación entre la IG del Aceite de Palma, el turismo y el desarrollo territorial en Taperoá-BA, esbozando claramente la complejidad de estas interacciones y señalando futuras direcciones para la investigación y el desarrollo sostenible.

Palabras claves: Taperoá. Turismo. Indicación Geográfica. Territorio. Palma aceitera.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** Estratégias de atuação do PRT
- Figura 02** Representação do funcionamento de um sistema
- Figura 03** Representação gráfica do SISTUR
- Figura 04** Fluxograma do percurso metodológico
- Figura 05** Estrutura interna do fruto do Dendê
- Figura 06** Plantação de Dendê da Variedade Tenera na Fazenda Serra Grande, Taperoá
- Figura 07** Rodão de madeira movido por tração animal
- Figura 08** Processo produtivo do azeite de dendê artesanal
- Figura 09** Componentes do patrimônio territorial
- Figura 10** Aplicação das categorias de análise geográfica no desenvolvimento territorial
- Figura 11** Zonas turísticas da Bahia e seus isotipos
- Figura 12** Chegança dos Mouros de Taperoá
- Figura 13** Zambiapunga
- Figura 14** Samba de roda das lavadeiras da Comunidade Quilombola de Pedra Branca do Riacho do Ouro.
- Figura 15** Vista do Rio das Almas pela Orla de Taperoá
- Figura 16** Cachoeira do Paripe
- Figura 17** Capela N. Sra. da Boa Morte
- Figura 18** Capela N. Sra. D'Ajuda
- Figura 19** Igreja de São Brás

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** Componentes do Sistur Proposto por Mário Beni.
- Quadro 02** Base dos critérios quantitativos para hierarquização de atrativos
- Quadro 03** Síntese dos principais eventos relacionados às Indicações Geográficas.
- Quadro 04** Comparativo entre os tipos de Indicação Geográfica brasileiras
- Quadro 05** Pedidos de registros de IGs depositados e concedidos por estado
- Quadro 06** Correlações entre regiões turísticas e IGs no contexto brasileiro
- Quadro 07** Ranking da produção de Dendê mundial
- Quadro 08** Comparativo sobre recursos genéricos e específicos
- Quadro 09** Produção de dendê Taperoá (2004 – 2020)
- Quadro 10** Análise da hierarquização dos atrativos turísticos
- Quadro 11** Hierarquização dos atrativos turísticos de Taperoá
- Quadro 12** Identificação dos atrativos de Taperoá conforme o tipo de Turismo
- Quadro 13** Especificação territorial dos atrativos turísticos de Taperoá – Ba.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 Município de Taperoá – BA

Mapa 02 Espacialização dos Pontos Turísticos da Costa do Dendê

Mapa 03 Espacialização das Indicações Geográficas brasileiras

Mapa 04 Espacialização das propriedades rurais produtoras de Dendê do Município de Taperoá – BA

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** Climograma de Taperoá – BA
- Gráfico 02** Pirâmide etária da população rural de Taperoá - BA
- Gráfico 03** Pedidos de registros depositados e concedidos por região brasileira
- Gráfico 04** Quantidade de dendê produzida em toneladas (2009 - 2022)

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Critérios para recorte espacial da área de estudo

Tabela 02 Atributos climáticos de Taperoá - BA

Tabela 03 Caracterização de Taperoá - BA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS	23
2.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.2	CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO CASO DE ESTUDO: A ÁREA DA PESQUISA	35
3	O DENDÊ E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: UMA POSSIBILIDADE	43
3.1	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: ORIGEM E IMPORTÂNCIA	43
3.1.1	Panorama das Indicações Geográficas no Brasil	47
3.2	CONEXÕES TERRITORIAIS: O ENTRELACAMENTO DO TURISMO E DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL	58
3.3	O AZEITE DE DENDÊ E SUA POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	63
3.4	TERRITÓRIO: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS.	72
3.4.1	Conceitos teóricos sobre território	73
3.4.1.1.	<i>Identidade Territorial</i>	77
3.4.2	Acepções teóricas sobre o desenvolvimento e o ordenamento territorial	79
3.4.2.1	<i>Ordenamento Territorial</i>	83
3.4.3	A Cesta de Bens e Serviços Territoriais: o território como produto comercializável	85
3.4.4	Patrimônio Territorial	89
4 O	TURISMO COMO VETOR DE FORTALECIMENTO DA NOTORIEDADE DO DENDÊ DA COSTA DO DENDÊ.	97
4.1	Produto turístico	103
4.2	Atrativos turísticos: os recursos territoriais turistificados	106
4.3	Destinos turísticos	108
5	O TURISMO EM TAPEROÁ – BA: UM PRODUTO TURÍSTICO DO TERRITÓRIO	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	138
	APÊNDICE A - Levantamento de Teses e Dissertações sobre o Dendê	156
	APÊNDICE B - Questionário de levantamento de informações das Propriedades Rurais com Produção de Dendê de Taperoá	161

APÊNDICE C - Correlação entre Indicações Geográficas e regiões turísticas Brasileiras	162
APÊNDICE D - Clipping crise do dendê na Bahia em 2020	167

1 INTRODUÇÃO

O aumento da competitividade internacional, devido ao mundo cada vez mais globalizado, no qual os fluxos de informações estão cada vez mais intensos e velozes, leva os países a lutarem por cada fatia significativa do mercado. Ao fazer isso, os países precisam diferenciar seus produtos e lugares produtores para promovê-los de maneira distinta dos demais. Ao registro deste produto, que tem sua origem de um determinado lugar a partir de uma característica específica, dá-se o nome de Indicação Geográfica (IG).

A IG representa uma modalidade da propriedade intelectual, configurando-se como um sinal distintivo aplicado a produtos que possuem uma origem geográfica específica e são reconhecidos por sua qualidade, reputação ou características intrínsecas vinculadas a sua origem (Brasil, 1996). Além de evidenciar a identidade local e a tradição cultural, a IG destaca-se por fomentar a diferenciação e contribuir com o aumento no valor agregado dos produtos perante o público consumidor.

No Brasil, as discussões acadêmicas acerca da importância da Indicação Geográfica – IG e quais contribuições podem trazer para o desenvolvimento territorial são recentes, sobretudo, quando se relaciona à organização do território, a valorização das potencialidades locais e sua gestão. Os mecanismos das IGs têm sido tratados e reconhecidos como fatores relevantes à difusão de estratégias com este fim, por significarem a proteção e a distinção de um produto, promoção da cultura local, valorização dos bens e serviços, proteção ao meio ambiente e o apelo à atividade turística (Leite, 2020; Oliveira, 2020; Silva, 2015; Maranhão, 2015; Maiorki, 2014; Souza, 2016; Estrela 2014; Carls, 2013; Pesente, 2013).

Além de fazer parte dos sinais distintivos utilizados para a produção e comercialização, as Indicações Geográficas evocam a qualidade dos produtos designados; produtos que são reconhecidos pela sua origem e que são transformados em indicadores de qualidade para todo o seu sistema produtivo. As políticas públicas relacionadas com as IGs se unem às de desenvolvimento territorial, de competitividade mercadológica e de turismo (Medeiros, 2015; Flores, 2011; Silva, 2015; Xavier, 2016; Costa, 2015).

Como matéria de área, o turismo é complexo e dinâmico. Ainda que seja visto como uma indústria do lazer por alguns, torna-se necessário estudá-lo em sua totalidade, em todo o seu contexto, considerando os sistemas que o compõem e o sustentam. Para Moesch (2002), o turismo “constitui-se num fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam.” No seu mais amplo sentido, ele é uma das maiores expressões de mobilidade humana global ligada às questões geopolíticas mais abrangentes, como migração,

desigualdade, entre outros, que envolvem espaços sociais distintos que orquestram novas formas de vida social e cultural (Hannam; Buttler; Paris, 2014). Nos últimos anos, conquistou o status de um dos maiores setores da economia mundial e continua crescendo no Brasil (e no mundo), atraindo os interesses políticos, comerciais (empresariais) e acadêmicos.

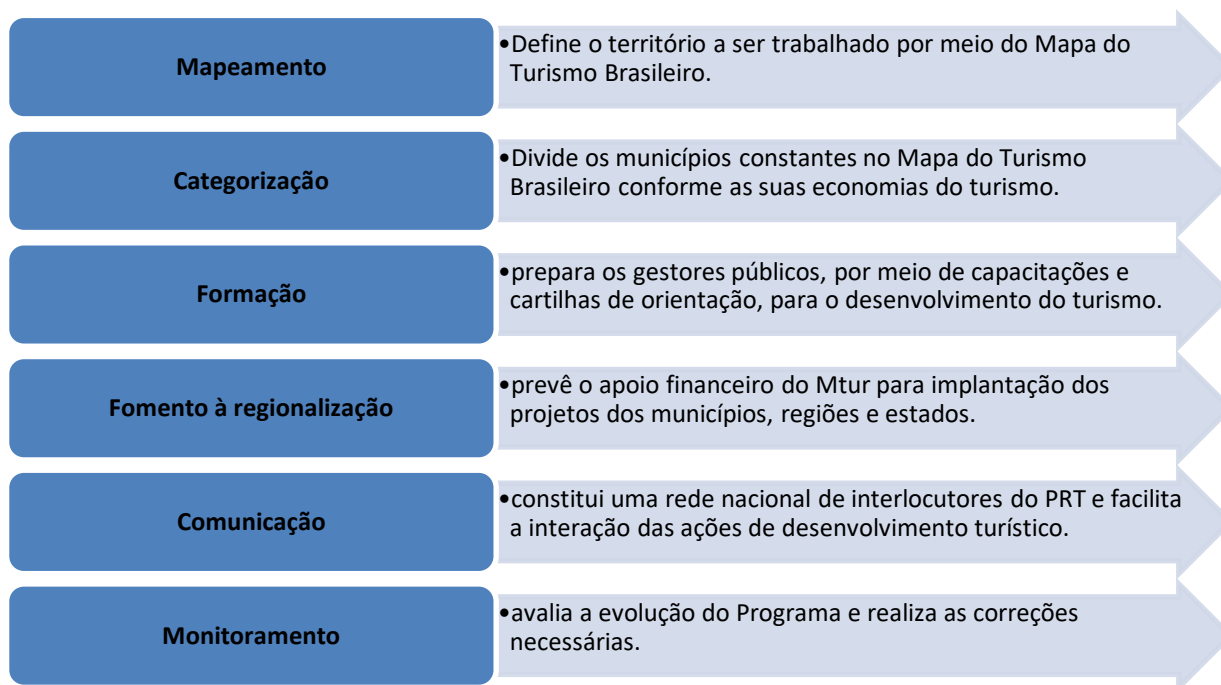
A definição que apresenta maior destaque e mais aceitabilidade para esta pesquisa é o conceito adotado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) que define o turismo como “deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas (...), gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.” (Barretto, 2003).

Não se pode negar que o Turismo promove um intenso fluxo de capital interno e externo aos países, possibilitando a geração de emprego e renda, seja de maneira direta ou indireta. A configuração do mundo contemporâneo, aliada à tecnologia e à comunicação molda o desejo da visita real. Nos últimos anos, houve uma revolução do comércio e dos serviços originada não só pelas inovações tecnológicas, mas também pela mudança do perfil do consumidor, cada vez mais exigente e que valoriza a vivência de novas experiências.

Com uma forte incidência na transformação, produção e organização territorial, a temática do Turismo vem ganhando relevância dentro da perspectiva geográfica, perpassando os conceitos básicos do saber geográfico como: natureza, paisagem, lugar e território. A abordagem territorial do turismo oferece novos subsídios para um entendimento mais assertivo sobre os processos de produção e organização do espaço assim como uma análise dos impactos socioeconômicos e ambientais que resultam do produto territorial.

Seguindo a perspectiva do desenvolvimento turístico por meio da utilização de estratégias territoriais, o Ministério do Turismo (MTur) elaborou uma política pública para orientar o processo de planejamento através do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). O programa está dedicado a promover a integração e colaboração entre todas as iniciativas desenvolvidas pelo MTur em conjunto com os estados e municípios brasileiros. Seu propósito central consiste em fornecer suporte para o desenvolvimento estruturado dos destinos turísticos e, ao mesmo tempo, gerir e promover o setor do turismo em todo o país. Tudo isso é orientado por seis estratégias de atuação (figura 01) que visam impulsionar o crescimento territorial (Brasil, 2017).

Figura 1 - Estratégias de atuação do PRT



Fonte: Elaborado pela autora com base em Ministério do Turismo, 2007.

O Mapa do Turismo Brasileiro, estabelecido pelo Ministério do Turismo (MTur) por meio da Portaria 313 em 2013, é um instrumento fundamental que orienta o desenvolvimento de ações no âmbito do PRT, por se tratar da base territorial desta política pública. Esse mapa tem como propósito identificar municípios para receberem atenção especial nas políticas públicas. Os municípios são categorizados em índices que variam de A (mais alta) a E (mais baixa), baseando-se no desempenho econômico do setor turístico. Regularmente atualizado, o mapa permite que os municípios enviem suas informações a qualquer momento. Na edição de 2023, 2.725 cidades, agrupadas em 344 regiões com vocação turística ou que sofrem impactos pelo setor, realizaram a atualização de seus dados (Mtur, 2023).

A Bahia, dada sua variedade de atrativos turísticos, é considerado um dos estados com grande potencial para o desenvolvimento turístico, sendo capaz de satisfazer as mais diversas necessidades do turista quanto às suas motivações. As zonas turísticas da Bahia (ZT) foram estabelecidas como uma linha de concentração de atividades turísticas chamadas de *clusters*, definidas por Petrocchi (1998) como a reunião de empresas de referência que comercializam produtos ou serviços em mercados estratégicos e apresentam como objetivo desenvolver as atividades turísticas através do ordenamento territorial turístico do espaço.

As atividades econômicas desenvolvidas na Zona Turística da Costa do Dendê, localizada no Território de Identidade do Baixo Sul, estão ligadas à Agropecuária, Turismo,

Indústria e Comércio. Sua marca visual e nominal está ligada ao grande número de dendezeiros existentes, que caracterizam a paisagem territorial. O seu fruto, dendê, é a matéria-prima para produção do azeite de dendê.

Conhecido cientificamente como: *Elais guineensis*, Jacq, o dendezeiro é uma palmeira originada na África trazida à Bahia através do tráfico dos negros escravizados. Ela se desenvolve melhor na Zona Climática Tropical, onde o clima é quente e úmido e com baixa variação de temperatura (Watkins, 2015; Smedo, 2006). O cultivo do dendê é uma atividade que faz parte da vida das pessoas que vivem na Costa do Dendê e a produção artesanal do azeite é uma alternativa de sobrevivência (Teixeira, 2020). Além do azeite, é possível extrair do dendê o óleo de palmiste, matéria-prima da indústria oleoquímica.

Na Bahia, o azeite de dendê se tornou protagonista na gastronomia, como um ingrediente em evidência em muitas receitas, sobretudo na Zona Turística da Costa do Dendê, onde há uma variedade muito grande de pratos preparados, ligados à culinária africana. O azeite também é um dos principais elementos dos rituais das religiões de matriz africana e, por isso, se constitui como parte da identidade própria da população local.

A cultura do dendê pode ser protegida e contribui para a elaboração de um produto turístico que fortalece o destino turístico da Costa do Dendê, sobretudo do município de Taperoá, na Bahia. Devido às suas riquezas culturais e ao saber-fazer do azeite de dendê e dos pratos que o utilizam, permite que os integrantes desta zona turística sintam que suas tradições fazem parte do território e que suas memórias possam ser disseminadas para outras gerações de forma natural.

A análise do par dialético turismo – território é outra maneira de pensar este fenômeno marcado pelos interesses econômicos e que muitas vezes pode não ser compreendido em sua totalidade (Beni, 2001; Coriolano, 2002). Trata-se de um processo importante de ser analisado uma vez que traz consigo efeitos que alteram as dinâmicas socioespaciais locais e de organização do território. Portanto, este estudo apresenta a seguinte questão norteadora: **em que medida o Turismo associado à Indicação Geográfica do Azeite de Dendê pode contribuir para o desenvolvimento territorial de Taperoá-BA?**

Para o referencial teórico, foram utilizados conceitos sobre Indicação Geográfica, Território e Turismo de autores como: Bruch (2011, 2008), Kakuta e colaboradores (2006), Caldas (2019), Cerdan (2008), Marie-Vivien (2010), Anjos (2020), Medeiros e Passador (2015), Valduga (2007), Xavier (2016), Locatelli (2015), Mattoso (2016), Watkins (2015), Smedo (2006), Oliveira (2020), Raffestin (2008), Santos (2021, 2013), Llanos – Hernandez (2010), Dallabrida (2017), Haesbaert (2011, 2007), Ortega (2008), Benko (2002), Saquet e

Silva (2008), Pecqueur (2005), Pesente (2013), Poli (2015), Di Méo (2007), Becker (2001), Dias (2003), Petrocchi (2001), Beni (2004), Bullón (2002), Lage e Milone (2000), Barretto (2003), Teixeira (2020) entre outros. Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa realizou a coleta e análise de dados sobre os atrativos turísticos, obtidos através da pesquisa de campo e fez uso dos métodos qualitativos e quantitativos na validação dos dados.

Partindo do pressuposto de que as Indicações Geográficas possuem relação direta com o território e que por sua vez, refletem no desenvolvimento da atividade turística, desencadeando o desenvolvimento territorial, o objetivo geral da pesquisa pretendeu analisar em que medida os atrativos turísticos do município de Taperoá-BA, associados à Indicação Geográfica do Azeite de Dendê, podem contribuir com seu desenvolvimento territorial. E apresentou os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar o nível de entendimento sobre os conceitos de Indicação Geográfica, Turismo e Território;
- b) Descrever as interações entre a Indicação Geográfica e o Turismo, bem como suas conexões com o desenvolvimento territorial de Taperoá – BA;
- c) Analisar a possibilidade de implantação de rotas e atividades de turismo a partir do patrimônio relacionado ao dendê.

Dada a sua abrangência e importância, a Propriedade Industrial, através da Indicação Geográfica, vem despertando o interesse dos pesquisadores, entretanto, as pesquisas sobre este tema, sob o enfoque do Turismo, no Brasil, ainda estão se tornando expressivas. A forte identidade territorial oriunda do dendê é um grande atrativo turístico e pode se constituir como um produto turístico forte e como fonte de valorização dos patrimônios materiais e imateriais.

A partir do levantamento de dados estatísticos da Produção Agrícola Municipal – PAM, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), Taperoá – BA se destaca, dentre os municípios do Baixo Sul produtores de dendê, por causa da sua cultura e eficiência agrícola; até o ano de 2017, era o segundo maior produtor de dendê, sendo superada por Valença e atualmente, foi superada por Ituberá. Entretanto, seu rendimento médio da produção se manteve como o segundo mais eficiente, em relação à Valença, o que sugere práticas de cultivo bem-sucedidas. No âmbito do Turismo, o município está inserido em uma zona turística já consolidada: a Costa do Dendê e que vem ampliando a atuação no

cenário turístico ao buscar novos segmentos, contribuindo para a diversificação da economia e seu desenvolvimento territorial.

Desta forma, analisar a articulação entre o sistema Turismo – Propriedade Industrial – Território e as dinâmicas decorrentes desta relação trouxe à tona a necessidade de realizar maiores investigações e observações. Destaca-se que essa proposta apresentou sua relevância, uma vez que propôs a realização de ações inovadoras a partir do turismo, como indutor do desenvolvimento territorial no município de Taperoá – BA. Assim, essa realidade justificou o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas com esse escopo, ao mesmo tempo em que possibilitou a formulação de novos conhecimentos.

O capítulo 1, está composto por esta introdução, apresentando uma contextualização ao tema, a pergunta-problema que norteou a pesquisa, seus objetivos, a justificativa e a contextualização geral. No capítulo 2, são descritos os percursos metodológicos adotados, o instrumento de coleta de dados e a caracterização da área de pesquisa. O capítulo 3 apresenta o embasamento teórico sobre indicação geográfica, incluindo sua origem, importância e o motivo pelo qual é uma possibilidade para o Dendê e o azeite de dendê e as acepções teóricas do território, o desenvolvimento territorial, a identidade e o patrimônio territorial. O capítulo 4 busca discutir a atividade turística como vetor de fortalecimento da notoriedade do Dendê de Taperoá – BA. No capítulo 5, são apresentados os dados da pesquisa em conjunto com a análise do potencial desenvolvimento turístico de Taperoá - BA e, por fim, no capítulo 6, são apresentadas as considerações finais.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, busca-se detalhar os procedimentos metodológicos adotados para que os objetivos da pesquisa pudessem ser alcançados. As diferentes etapas envolvidas foram realizadas de maneira paralela e complementar ao longo do processo. Desta forma, inicia-se com o delineamento da pesquisa e sua abordagem teórico-metodológica; em seguida os instrumentos de coleta de dados e pôr fim a análise de dados obtidos são expostos.

Este trabalho teve como objetivo analisar como os atrativos turísticos do município de Taperoá-BA, associados à Indicação Geográfica do Azeite de Dendê, poderiam contribuir para o seu desenvolvimento territorial. A metodologia utilizada consistiu na descrição dos métodos e técnicas que foram empregados na pesquisa, a fim de orientar os caminhos seguidos e os instrumentos utilizados pelo (a) pesquisador (a) durante a construção do pensamento científico (Marconi; Lakatos, 2002).

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Geografia é considerada uma ciência de síntese, pois aborda a interação de diversos elementos para compreender a organização do espaço. Para otimizar seus estudos, essa disciplina se vale da abordagem sistêmica e da teoria da complexidade como um arcabouço teórico e metodológico. Através dessas abordagens, busca-se explicar os processos naturais e humanos que dinamizam os geossistemas.

Por isso, esta pesquisa se utilizou dos pressupostos epistemológicos abordados pela Teoria Geral dos Sistemas, de Bertalanffy (1975), com seu conceito geral da totalidade, isto é, dos fenômenos que não se resolvem quando as interações das partes são isoladas. Indica-se que a Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida para tornar possível a compreensão de realidades de múltiplas conexões conectadas em rede que não podem ser isoladas ou reduzidas, como explicava o pensamento cartesiano.

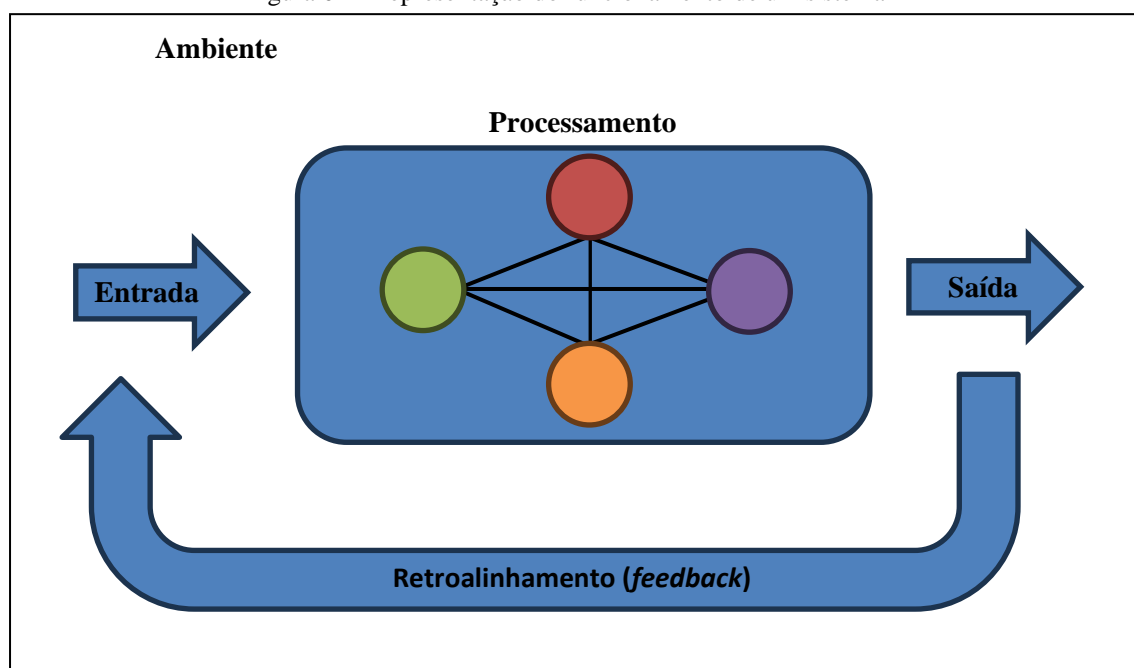
Logo, a Teoria presume que é necessário estudar as partes, os processos e seus problemas de maneira conjunta, na ordem que interagem entre si. Para o autor, o sistema é maior do que a soma de suas partes, como indica o pensamento cartesiano e é uma máquina viva capaz de interagir e se organizar de forma complexa.

A ideia de sistema não se refere a um objeto específico em si, mas a uma organização de elementos entre acontecimentos, fenômenos e variáveis. Por ser um conjunto, o sistema pressupõe que seus elementos compartilhem propriedades comuns, ao invés de

serem distintos e únicos. A ordem que define um sistema diz respeito, sobretudo, às interações entre as propriedades de seus elementos, suas qualidades ou estados, e não às unidades concretas como entidades isoladas (Beni, Moesch, 2017).

Ao buscar uma explanação sobre o funcionamento e a sobrevivência dos sistemas (figura 2), atinge-se uma máxima que chega a ser até bastante simplista, caracterizada pela entrada de matéria e energia no sistema (input), as quais são processadas, gerando um resultado. Especificamente, nos sistemas vivos, toda matéria não utilizada ou dispensada pelos indivíduos, é, em seguida, utilizada por outros, de forma que somente é gerado, como saída, o resultado (feedback). De posse da conclusão do ciclo (entrada, processamento e saída), o sistema é realimentado com mais energia e matéria, que somadas ao feedback do ciclo anterior, propicia-lhe a readequação, em caso de algum desvio durante o processamento do ciclo (Velasquez; Oliveira, 2016). A representação do funcionamento de um sistema pode ser visualizada na Figura 02.

Figura 02 - Representação do funcionamento de um sistema



Fonte: Elaborado com base em Velasquez; Oliveira, 2016.

No campo da Geografia, inicialmente, a ideia da abordagem sistêmica se fez presente, de forma difusa, nos conceitos e trabalhos dos diversos pensadores geográficos por meio da interligação do espaço geográfico e seus componentes se ordenavam e hierarquizavam por meio de seus processos dinâmicos. Alexander Von Humboldt, Karl Ritter, Paul Vidal de La Blache, Elisée Reclus defenderam a ideia de que integração entre o homem e

a natureza e reconheceram a existência de uma interdependência entre os fatos geográficos, a natureza e o homem (Limberger, 2006). No entanto, foi na Geografia Física que a Teoria dos Sistemas ganhou maior destaque por meio da abordagem dos Geossistemas adotados, principalmente por Viktor Sotchava (1977) e Helmut Troppmair (2004).

A utilização da Teoria Geral dos Sistemas pelas Ciências Humanas e Sociais procurou interpretar fenômenos de ordem complexa como os que ocorrem nos territórios e no turismo, com o objetivo de auxiliar na melhoria da compreensão de suas realidades. Embora não tenha resolvido os problemas apontados, obrigou à “formalização rigorosa de raciocínio” levando em conta o “caráter interdisciplinar dos fenômenos” (Velasquez; Oliveira, 2016, p. 185).

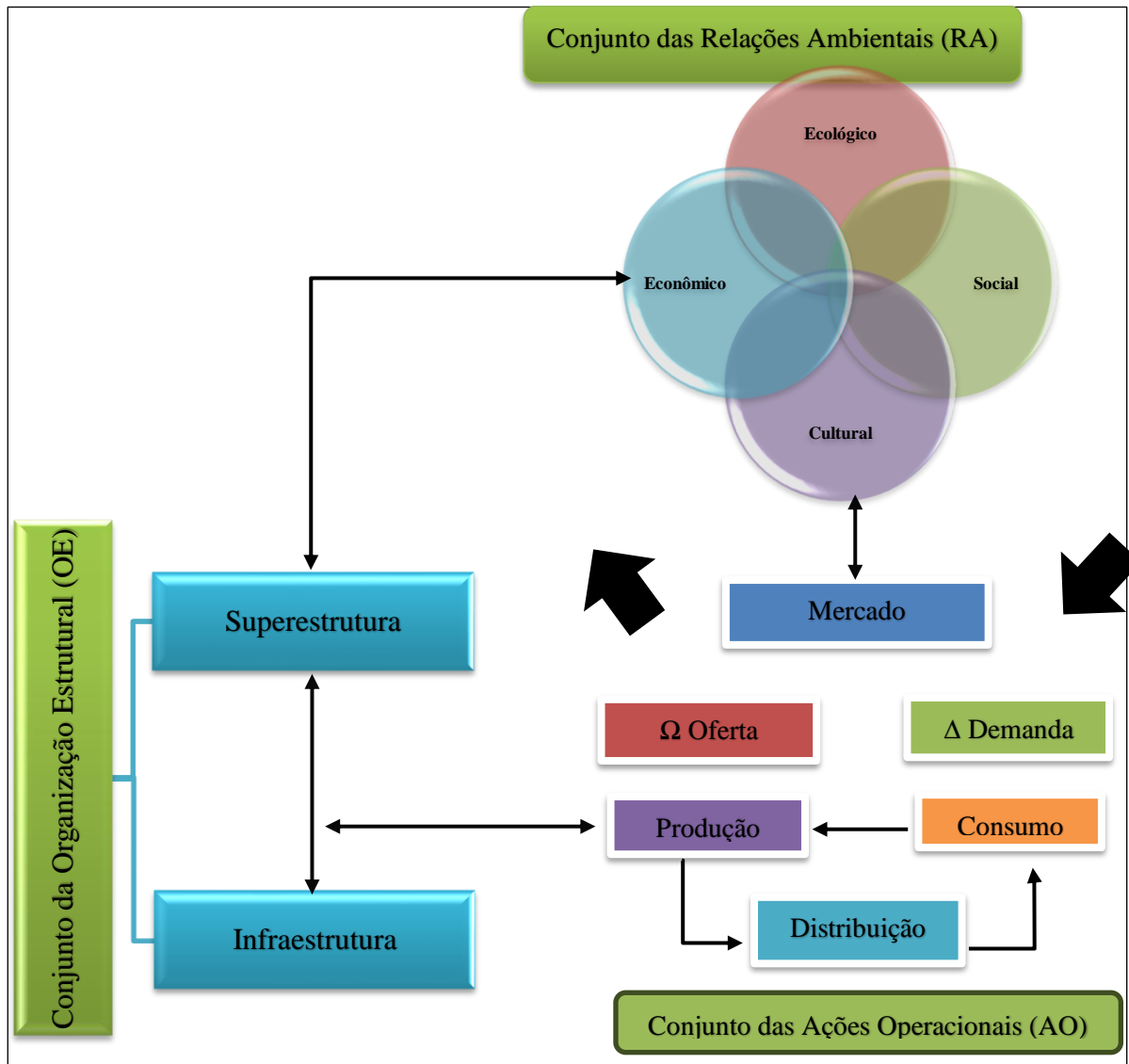
A interdisciplinaridade “trata da síntese de duas ou várias disciplinas, instaurando um novo nível do discurso, caracterizado por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais” (Beni, Moesch, *op. cit.* p. 445). Em outras palavras, significa desenvolver práticas que podem ser analisadas por diversos pontos de vistas, das diversas áreas e propor novas práticas no campo do conhecimento a ser aplicado. Logo, o pensamento interdisciplinar permite colocar o turismo como um fenômeno contemporâneo, desenvolvida pelas redes e não mais como um saber fragmentado e com uma visão parcial do todo requerendo uma nova reflexão para compreensão deste sistema e uma nova prática turística.

Ao analisar as características e princípios únicos da atividade turística, fica evidente que a Teoria Geral dos Sistemas tem uma relevância significativa ao tentar compreender o turismo em sua totalidade, que, por sua vez, está inserido em um contexto mais amplo do fenômeno social e “é produzido e consumido no mesmo local e cabe ao consumidor, o deslocamento para a área de consumo. Dentro da análise sistêmica, trata-se de uma ação recursiva, pois, o *input* e o *output* acontecem no mesmo instante e pode dificultar sua compreensão” (Noschang, 2014, p.67).

Os estudos sobre o turismo que procuraram utilizá-lo como vetor para o desenvolvimento regional, a partir dos anos de 1980, adotaram os modelos sistêmicos em suas análises, sobretudo o estudo proposto por Sessa (1984 citado por Noschang, 2014) que apresentou um modelo de análise sistêmica para o Turismo representado pelos seguintes elementos: o turista, o fluxo, a indústria, os serviços, a oferta dos recursos, a infraestrutura e a superestrutura turística. Nesta proposta apresentada, o autor descreveu o processo de desenvolvimento e reequilíbrio regional, que se manifesta predominantemente no âmbito econômico, estabelecido pelo desenvolvimento turístico em uma área específica.

As semelhanças entre os modelos sistêmicos para o turismo, criados pelos diversos autores, resultaram no modelo do Sistema Turístico (SISTUR) desenvolvido por Beni (1998), que teve a intenção de retratar o turismo de forma sintética e dinâmica, demonstrando os componentes do sistema em movimento (Figura 03).

Figura 03 - Representação gráfica do SISTUR



Fonte: Beni, 2004

Na sua obra *Análise Estrutural do Turismo*, o autor identificou, descreveu e conceituou os componentes deste sistema, suas relações e seus subsistemas, criando um modelo referencial, que distinguem os seguintes componentes: o mercado, a oferta, a demanda, o ambiente natural, econômico, social, cultural, a superestrutura, a infraestrutura, produção, distribuição e consumo.

Quadro 01 - Componentes do SISTUR proposto Por Mário Beni.

CONJUNTO	CONCEITO	SUBSISTEMAS	
Organização Estrutural (OE)	Refere-se à intrincada estrutura, tanto de natureza pública quanto privada, que possibilita a harmonização da produção e venda de diversos serviços do Sistema de Turismo (SISTUR).	Superestrutura	Integram-se as ações de organização, planejamento estratégico, gestão e operação da atividade turística.
		Infraestrutura	Condições básicas necessárias que garantam uma boa qualidade de vida à comunidade e à prática do Turismo como: segurança, transporte, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água, esgoto, saúde entre outros
Relações Ambientais (RA)	Refere-se ao planejamento, gestão e impactos causados pelo desenvolvimento turístico.	Ecológico	Impacto produzido pela atividade turística no meio ambiente, programas de proteção e conservação ambiental.
		Social	Transformações sociais causadas pelo desenvolvimento turístico na população residente, caracterização da população flutuante
		Econômico	Refere-se à gestão e ao impacto econômico da atividade turística: entrada de turistas, balanço turístico, empregabilidade no setor, receita turística.
		Cultural	Refere-se ao patrimônio cultural. Identificação dos elementos de atração das regiões turísticas e a existência de políticas oficiais de preservação e conservação do patrimônio cultural e natural pelas três esferas.
Ações Operacionais (AO)	Representa o subsistema do Mercado, compreendendo a oferta e demanda, os processos de produção, distribuição e consumo, com suas respectivas funções, variáveis e regras de consistência.	Mercado	Gestão realizada pelo Órgão Nacional de Turismo por meio do marketing, resultados operacionais e atuação nos mercados.
		Oferta e diferencial turístico	Composto pela oferta turística original, agregada, investimentos para oferta, equipamentos e serviços turísticos e ordenamento territorial.
		Demanda	Composto pela estratificação socioeconômica dos turistas, vocação turística do núcleo receptor e seus indicadores e variáveis.
		Produção	Refere-se à estrutura de produção da atividade turística, composto pelos recursos e atrativos turísticos.
		Consumo	Composto pelos indicadores que auxiliam a compreender o comportamento do consumidor turista.
		Distribuição	Conjunto de medidas tomadas com o objetivo de levar o produto ou serviço turístico ao consumidor. Está composto pela estratégia de marketing, canais de distribuição, organização da distribuição e das atividades de vendas.

Fonte: Beni, 2004.

A investigação do Turismo e da Geografia demanda uma análise sistemática de todos os aspectos envolvidos no conhecimento e prática turística, bem como do que se almeja alcançar; o conhecimento turístico é constantemente objeto de desconstrução contínua. Esse princípio revela uma vantagem, típica da abordagem metodológica dialética, ao examinar a realidade do turismo, compreendendo-a como dinâmica, viva, orgânica e sempre em evolução (Beni, Moesch, 2017).

Dessa forma, as duas áreas do conhecimento podem ser analisadas de maneira conjunta, como uma fusão, onde o espaço, o tempo, a economia e todos os fenômenos sociais contemporâneos se tornam elementos para compreensão e correlação dos fatos, por meio da combinação dos fenômenos e busca identificar o produto resultante destas relações: a o desenvolvimento do território (La Blache, 1982).

Dada a quantidade de elementos que compõem o sistema territorial e turístico, entendeu-se que esta pesquisa se desenvolveria num sistema dinâmico, que pode ser: simples, quando está constituído por componentes relacionados de maneira conjunta e agem um sobre os outros conforme determinadas leis. Um exemplo deste sistema é o bolo; ou complexo, quando apresentam uma grande quantidade de componentes organizados em estruturas, interatuantes, encadeamentos e que podem existir em diversas escalas e capacidade adaptativa em sua estrutura interna como consequência dessas interações que não conseguem ser descritas por uma regra apenas e por isso, não podem ser reduzidas (Limberger, 2006).

Pela razão mencionada, optou-se por apoiar este trabalho na Teoria da Complexidade, que se interessa pela coerência, pela ordem que se origina a partir da desordem, pelo comportamento imprevisível e caótico do sistema e se intenciona entender e tratar suas dificuldades sem substituí-las pela construção científica ideal (Folloni, 2016). Para melhor compreensão da teoria convém esclarecer que o complexo não pode ser controlado, apenas administrado.

Holland (2014) aduz que os sistemas considerados complexos são flexíveis e se ordenam a partir das interações entre seus elementos, entre seus elementos e o sistema e entre o sistema e seu ambiente. É uma ordenação produzida pelo próprio sistema, de forma dinâmica que farão emergir novas ordenações e novas configurações que se adaptarão ao ambiente e às perturbações. Essa emergência não pode ser previsível e nem dedutível, por isso, sua compreensão só acontece após a sua manifestação no sistema e em vista disso, o todo não é igual à soma de suas partes.

Assim, a Teoria da Complexidade lança luzes sobre a questão norteadora desta pesquisa por não proceder pela separação das realidades aqui trabalhadas, mas pela

compreensão desta realidade a partir do diálogo sem fornecer uma resposta absoluta e completa em si (Dallabrida et al, 2021).

Este estudo, de natureza empírica, segundo à sua finalidade, se classifica como pesquisa básica aplicada, uma vez que se dedicará a gerar novos saberes que estarão direcionados para aplicação prática com objetivo de resolver problemas específicos e como pesquisa descritiva por identificar as possíveis relações entre as variáveis turismo, território e indicação geográfica no município de Taperoá – BA (Gil, 2010).

O escasso conhecimento científico em torno do tema apresentado neste trabalho, evidencia a associação da técnica qualitativa de coleta de dados com o método quantitativo. Creswell (2014), discute que a base ontológica da pesquisa qualitativa predominante, analisa uma realidade concebida pelas pessoas envolvidas com o ambiente pesquisado. Além de favorecer a aproximação do pesquisador com as experiências reais dos sujeitos da pesquisa, permitindo que as análises sejam mais aprofundadas e coerentes com a realidade em questão, o método quantitativo também é utilizado para expressar informações numericamente. Desta forma, a fim de nortear a pesquisa, procurou-se seguir algumas etapas que foram realizadas concomitantemente e de maneiras complementares (Dencker, 2000; Gil, 2010).

O método de estudo de caso foi escolhido como método de pesquisa. Trata-se de um método pertinente para os momentos em que o pesquisador desconhece a realidade pesquisada, mas deseja entender um fenômeno da vida real com profundidade e que faz uso da interpretação da realidade não determinista, construída de acordo com a construção realizada pelos atores sociais, onde o (a) pesquisador (a) interatua com sua pesquisa através da observação por um período razoável de tempo, coletando dados em diversas fontes de informação, como por exemplo: entrevistas, documentos e reportagens (Yin, 2001, Creswell, 2014).

A construção desta pesquisa foi iniciada em janeiro de 2020 e finalizada em dezembro de 2023, devido à suspensão das aulas e ao deslocamento intermunicipal causados pela pandemia de COVID-19. Grande parte das entrevistas e coleta de dados foi realizada on-line, por meio das plataformas Google Meet e Zoom.

A pesquisa foi delineada por meio de estudos exploratórios, pois os dados encontrados proporcionaram maior clareza e permitiram que a pesquisadora se familiarizasse com o ambiente da pesquisa, conforme proposto por Marconi e Lakatos (2002, p.37). O objetivo foi identificar a possível relação existente entre o turismo e a produção de dendê, a fim de fortalecer a Indicação Geográfica na área delimitada.

A revisão bibliográfica que norteou o presente estudo teve início de forma não sistemática, através de visitas regulares às bibliotecas da Universidade Federal da Bahia, da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Salvador, além do acesso as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao Portal de Periódicos da CAPES e à Scopus. Este levantamento pode ser verificado no Apêndice A, que consta no final desta pesquisa.

O levantamento, que contemplou livros, artigos científicos, teses e dissertações selecionadas conforme indicações e pertinência com a pesquisa, utilizou os descritores “indicação geográfica”, “indicação de procedência”, “denominação de origem”, “território”, “turismo” e “desenvolvimento territorial”. Esta etapa permitiu ter uma visão geral acerca da relação entre a Indicação Geográfica e o Turismo e suas possibilidades para contribuir com o desenvolvimento territorial.

No mesmo período foi realizada a pesquisa em fontes de dados secundários que contemplou: a legislação pertinente às indicações geográficas, bem como a Instrução Normativa 95/2018, do INPI; Revista da Propriedade Industrial; material do curso de Propriedade Industrial; Plano de Desenvolvimento Turístico e Sustentável do Baixo Sul; Inventariação de Ofertas Turísticas, do Ministério do Turismo e *sites* institucionais, que contribuirão com informações a respeito dos temas em tela.

Nos meses de fevereiro a julho de 2020, também foi realizado o levantamento cartográfico através dos acessos aos sítios eletrônicos do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (INEMA), Agência Nacional das Águas (ANA), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Este levantamento norteou as pesquisas de campo para proposição do sistema territorial turístico.

Estava prevista a ocorrência de encontros presenciais com a Câmara Técnica do Turismo da Costa do Dendê neste mesmo ano, porém, os encontros foram cancelados, sendo retomados em novembro de 2020, de forma remota. A partir maio de 2021, os integrantes da Rede Pró-Indicação Geográfica para o azeite de dendê da Costa do Dendê participaram do curso de extensão sobre Indicação Geográfica com o professor Dr.º Alcides Caldas, com monitoria desta pesquisadora, com a realização de palestras virtuais, através da plataforma *Youtube*, no canal POSGEO UFBA.

Diante dessa nova abordagem, optou-se por adotar a coleta de dados das propriedades rurais e a inventariação dos potenciais atrativos turísticos como método de procedimento para a investigação em Taperoá, Bahia. O levantamento de informações referentes às propriedades rurais engajadas na produção de dendê foi conduzido em

colaboração com a Prefeitura Municipal de Taperoá, através da Secretaria de Agricultura. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionários elaborados em conjunto com os gestores locais, utilizando entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e participantes da Rede Pró Indicação Geográfica para o azeite de dendê. Das 107 propriedades cadastradas com lavoura permanente de dendê, 62 respostas foram recebidas, fornecendo uma base robusta para a pesquisa (Apêndice B).

Os questionários aplicados aos produtores consistiram em 45 perguntas que buscavam traçar o perfil do produtor, da sua propriedade e da plantação de dendê. Esse método não apenas ofereceu uma visão detalhada sobre a dinâmica agrícola local, mas também permitiu identificar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos produtores. Para maior transparência e acesso público, o questionário utilizado pode ser visualizado online no endereço eletrônico: <https://forms.gle/EwKNfgq8CyhXb5JVA>. A combinação de dados provenientes das propriedades rurais e a análise dos atrativos turísticos estabelece uma base sólida para a pesquisa, visando não apenas entender a produção de dendê, mas também explorar sinergias potenciais com o setor turístico local.

No processo de caracterização dos potenciais atrativos, realizou-se uma seleção meticulosa por meio de pesquisa de campo, permitindo uma breve inventariação turística do local. Utilizaram-se formulários conforme a proposta metodológica do Ministério do Turismo (2006), com dados coletados através de pesquisas de campo e complementados por informações documentais e bibliográficas. Essa abordagem visou coletar informações relevantes, como singularidade, facilidade de acesso, nível de visitação atual e presença de infraestrutura turística, fundamentais para o estabelecimento e desenvolvimento da atividade turística.

As questões para inventariação da oferta turística foram elaboradas e encaminhadas para o gestor turístico do município de Taperoá – BA, em abril de 2021, utilizando como base o formulário de Arquitetura Civil – Atrativos Culturais; Serviços e Equipamentos de Meios de Hospedagem e Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas; do Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo. Este instrumento de coleta pode ser visualizado no apêndice desta pesquisa e acessado através do seguinte endereço eletrônico: <https://forms.gle/GbGXMrDg9pLzd94e8>.

Desta forma, o primeiro passo consistiu em realizar o levantamento dos atrativos turísticos e avaliar o potencial de atratividade de cada um com base nos critérios quantitativos para priorização de atrativos apresentados no quadro 02. Posteriormente, foi estabelecida uma ordem hierárquica para compreensão do potencial de desenvolvimento turístico.

Quadro 02 - Base dos critérios quantitativos para hierarquização de atrativos

	Critérios	Valores			
		0	1	2	3
Hierarquia	Potencialidade de atratividade (analisa a identificação e desenvolvimento de recursos capazes de cativar e envolver os turistas, considerando como esses atributos podem despertar o interesse e a curiosidade dos visitantes. Este valor é multiplicado por 2).	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
	Grau de uso atual (analisa o atual volume de fluxo turístico efetivo e a importância que adquire frente ao município).	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade de fluxo	Grande fluxo
	Representatividade (analisa a singularidade ou raridade do atrativo, quanto mais semelhante a outros atrativos, menos interessante ou prioritário. Este valor é multiplicado por 2).	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio local e comunitário (Analisa o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público)	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	Estado de conservação (verifica o estado de conservação da paisagem que circunda do atrativo)	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infraestrutura (verifica se existe infraestrutura disponível no atrativo e o seu estado)	Inexistente	Existe, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenção/melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso (verifica as vias de acesso existentes e as condições de uso destas).	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenção/melhorias	Em ótimo condições

Fonte: Mtur, 2005

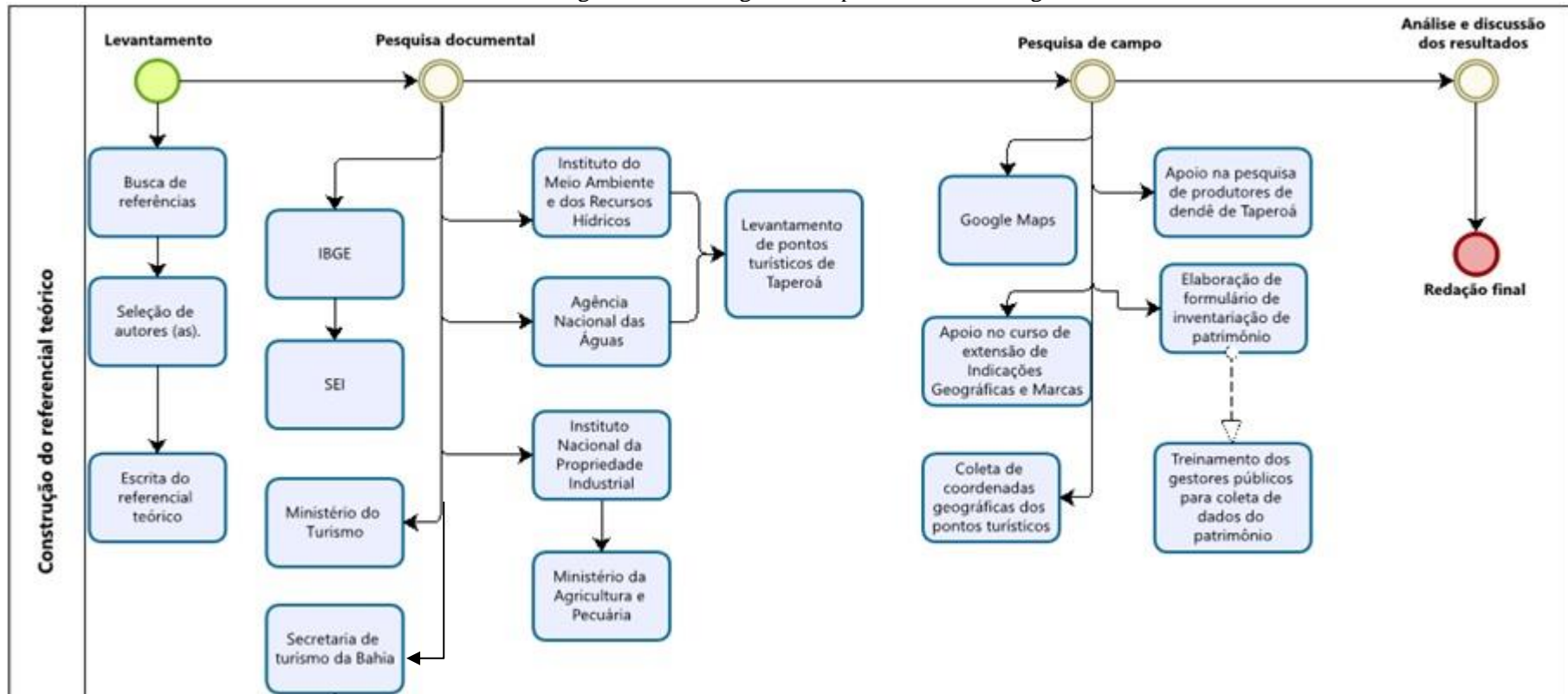
Os critérios citados são definidos conforme as seguintes hierarquias e suas características definidas pelo Ministério do Turismo (2005):

- 3 (alto) – Todo atrativo excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado internacional, capaz de motivar um considerável fluxo turístico por si só;
- 2 (médio) – Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar um fluxo turístico nacional e internacional, em conjunto com outros atrativos próximos a este;
- 1 (baixo) – Atrativos sem aspectos expressivos, despertam interesse de visitantes nacionais, que tenham chegado ao local por outras motivações turísticas ou capazes de motivar fluxos regionais e locais;
- Atrativos sem méritos suficientes, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular demanda de recreação popular.

Assim, a análise criteriosa dos potenciais atrativos, ancorada nos critérios estabelecidos, não apenas delineou um panorama claro do status atual, mas também ofereceu diretrizes valiosas para a promoção do turismo local, respeitando a diversidade e singularidade de cada elemento identificado. Este processo de seleção e priorização emerge como um instrumento robusto na tomada de decisões, impulsionando o desenvolvimento sustentável e estratégico do setor turístico no município.

Esta etapa permitiu uma maior aproximação com os temas relativos à Propriedade Intelectual, notadamente às indicações geográficas, o Turismo e o desenvolvimento territorial e serviu de mecanismo para esclarecer as possíveis interfaces entre o Turismo e a IG. O percurso metodológico está mapeado e pode ser visualizado na figura 04.

Figura 04 – Fluxograma do percurso metodológico



Fonte: Elaborado pela autora

2.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO CASO DE ESTUDO: A ÁREA DA PESQUISA

Considerando a realidade advinda pela COVID-19 e a dificuldade de deslocamento, decidiu-se alterar o objeto de estudo da pesquisa, realizando o recorte da área estudada a fim de tornar a pesquisa factível e operacional para realização de análise.

Além do que foi mencionado anteriormente, foram estabelecidos critérios para orientar a escolha do município a ser trabalhado. Foram consideradas variáveis quantitativas, como a área destinada à produção de dendê, seu rendimento médio e o IDH, e variáveis qualitativas (relacionadas ao turismo), como a categoria turística no Mapa Turístico do Município, estágio do produto turístico, compromisso político dos atores sociais com o turismo, pesquisas realizadas na área do turismo e trabalhos realizados para o turismo em âmbito local ou regional.

A escolha do município de Taperoá como área de estudo para a pesquisa está respaldada por uma análise criteriosa dos dados apresentados na tabela 01. Embora Ituberá exiba números expressivos na produção de dendê, Taperoá se destaca em diversos aspectos, possuindo alguns fatores específicos que o tornaram uma opção mais promissora para a investigação proposta, que se baseia numa abordagem mais holística, considerando não apenas a produção de dendê, mas também outros aspectos socioeconômicos e potenciais interconexões.

Tabela 01-Critérios para recorte espacial da área de estudo.

Município	Área destinada à colheita de dendê (Ha)	Quantidade produzida de dendê (ton.)	Rendimento médio da produção de dendê (kg/Ha)	Classificação no Mapa do Turismo	IDH
Cairu	550	1.100	2.000	A	0,627
Camamu	1.100	2.695	2.450	D	0,565
Igrapiúna	1.200	3.200	2.667	E	0,574
Ituberá	1.650	4.509	2.733	D	0,606
Taperoá	1.200	4.085	3.404	D	0,566
Valença	1.700	6.552	3.854	B	0,623

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE, 2020 e MTur, 2019

Apesar de não liderar em todos os indicadores, Taperoá apresenta equilíbrio entre a produção de dendê, a classificação no Mapa do Turismo e o Índice de Desenvolvimento Humano. Essa combinação de fatores permite uma investigação mais abrangente, buscando

compreender não apenas o desempenho agrícola, mas também o impacto na comunidade local e as possíveis sinergias entre a produção agrícola e o setor turístico.

Em primeiro lugar, a área destinada à colheita de dendê em Taperoá, que abrange 1.200 hectares, é significativa, indicando uma presença notável da cultura agrícola na região. A quantidade produzida de dendê, totalizando 4.085 toneladas, evidencia a importância econômica dessa atividade para o município.

O rendimento médio da produção de dendê em Taperoá é expressivo, atingindo 3.404 kg/Ha. Esse valor, superior à média dos municípios listados, sugere uma eficiência agrícola e práticas de cultivo bem-sucedidas em Taperoá. Tal desempenho pode servir como ponto de partida para investigar as práticas agrícolas locais e potenciais inovações na produção de dendê.

Além disso, ao observar a Classificação no Mapa do Turismo, Taperoá é classificado como "D", o que indica um potencial para o desenvolvimento do turismo na região. Esse fator pode ser explorado na pesquisa, buscando compreender como a produção de dendê pode estar interligada ao setor turístico local, promovendo um entendimento mais amplo dos impactos econômicos e sociais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Taperoá, que é de 0,566, fornece uma perspectiva sobre o bem-estar da população. Esse indicador é crucial para compreender as dimensões sociais do município e pode orientar a pesquisa na análise das relações entre a produção de dendê, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da comunidade. Essa combinação de fatores permite uma investigação mais abrangente, buscando compreender não apenas o desempenho agrícola, mas também o impacto na comunidade local e as possíveis sinergias entre a produção agrícola e o setor turístico.

Ademais, a escolha de um município com desafios ou áreas de melhoria específicas, como indicado pelo IDH e pelo Mapa do Turismo, pode oferecer oportunidades para propostas de políticas e estratégias de desenvolvimento mais eficazes. Isto posto, a pesquisa não apenas destaca os sucessos, mas também identifica áreas para potenciais melhorias, contribuindo para um entendimento mais completo e aplicável em termos práticos.

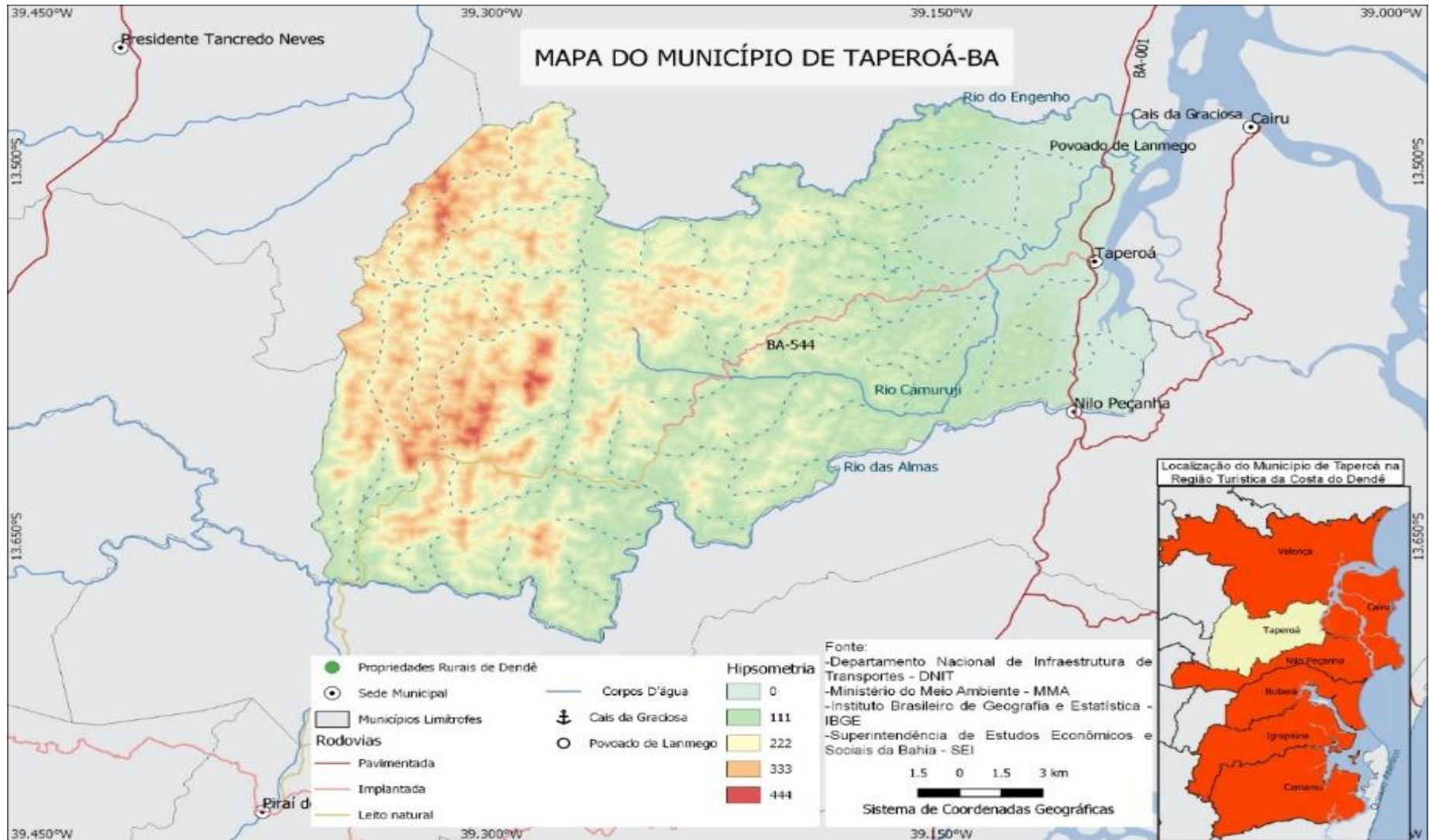
Portanto, a escolha de Taperoá – BA é motivada por uma abordagem mais abrangente e equilibrada, visando compreender não apenas o desempenho agrícola, mas também as implicações sociais e econômicas, tornando a pesquisa potencialmente mais rica e cabível para seu desenvolvimento territorial.

O município de Taperoá – BA possui 454,081 km², está localizado no Território de Identidade do Baixo Sul (SEI, 2014) e pertence à Zona Turística da Costa do Dendê

(BAHIA, 2015), nas coordenadas 13°32'18" Sul e 39°6'1" Oeste, a 277 km de Salvador, da capital do estado e está entre os municípios de Taperoá, Nilo Peçanha e Presidente Tancredo Neves.

O Mapa 01 apresenta a localização da área de estudo demonstra, por meio da graduação de cores, a altimetria, sua localização no Baixo Sul, os corpos d'água, municípios limítrofes e suas rodovias.

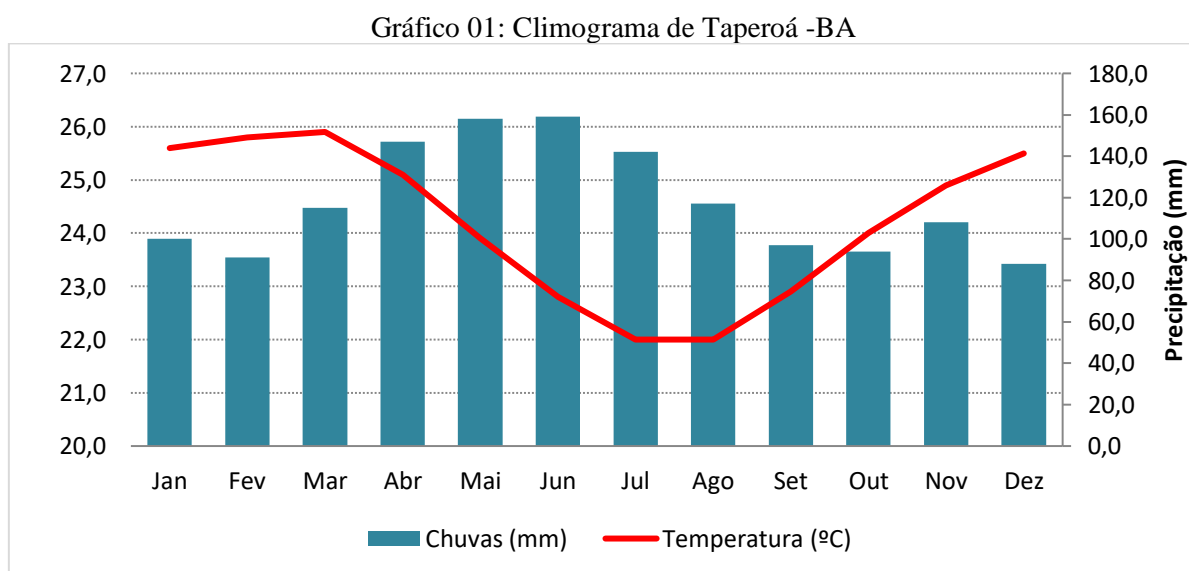
Mapa 01 - Município de Taperoá – BA



Fonte: Costa, 2021

A área de estudo originou-se da aldeia indígena São Miguel de Taperoá, localizada na Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus, em 1561, pelos padres jesuítas. A palavra Taperoá tem origem no Tupi e significa habitante das ruínas e recebeu este nome por causa de uma tapera existente (PINHEIRO, 1989). Em 1847 foi elevada à condição de vila já com a denominação de Taperoá. Em 1849, se tornou distrito, pela força da Lei Provincial nº 346. Tornou-se cidade em 1916, foi constituído de município com os distritos de Taperoá e Camurugi em 1963 e assim permanece até hoje (IBGE, 2017).

O município se localiza em uma pequena faixa na planície litorânea, tem o clima tropical úmido com chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Sua média pluviométrica é de 1.416 mm. O mês mais chuvoso é junho, com 159 mm e o menos chuvoso é dezembro, 88 mm. Os rios sofrem influências das massas de ar tropicais e equatoriais predominantes nesta área. A temperatura média anual é de 24,2°C. O mês mais quente é março, com temperatura média de 25,9°C. Os meses de julho e agosto são os meses mais frios, com 22°C (Climate-Data, 2019; Bdmnet-Inpe, 2021). Os atributos climáticos do município podem ser conferidos gráfico 01 que segue.



Fonte: Elaborado pela autora com base em CLIMATE-DATA, 2019.

A vegetação terrestre presente é composta de manguezal e de remanescentes de Mata Atlântica nos estágios de regeneração médio e avançado. Taperoá - BA está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Caminhos Ecológicos da Boa Esperança e conta com uma fábrica de beneficiamento de dendê, a Opalma (Bahia, 2015).

O Canal de Taperoá, chamado de Salgado, conta com um píer, de onde partia o vapor para Salvador, chamado de Ponte Nova e hoje é um atrativo turístico com capacidade

para receber escunas, saveiros e veleiros e é usado para escoamento da produção agrícola das ilhas (SEMEDO, 2006). Este canal separa o município do Arquipélago de Tinharé.

Também há uma grande variedade de solos, com predomínio dos Latossolos Podzólicos, solos naturalmente pobres que precisam de correção e dos Solos indiscriminados de Mangue (Dominguez; Corrêa-Gomes, 2011).

Do ponto de vista hidrológico, sua drenagem é exorréica e encontra-se inserido na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul e seus principais rios são Rio das Almas, Camuruji, Engenho e Carijé. Estes rios, em conjunto com outros recursos naturais foram corredeiras, cachoeiras e balneários de grande potencial turístico (Bahia, 2015) tanto para a prática de Ecoturismo quanto do Turismo Náutico.

O conjunto de fatores relacionados ao clima, solo e altura apresenta uma conjuntura favorável para o cultivo de diversos produtos agrícolas no município. Os produtos permanentes mais cultivados em Taperoá - BA, entre os anos de 2010 e 2020 foram: o cacau, o dendê, o guaraná e a banana. Estes quatro produtos movimentaram, neste período, cerca de R\$ 300 milhões de reais e mais de 489 mil toneladas de alimentos (IBGE, 2020). A lavoura temporária conta com o cultivo expressivo da mandioca. No mesmo período, foram plantados 68 mil pés.

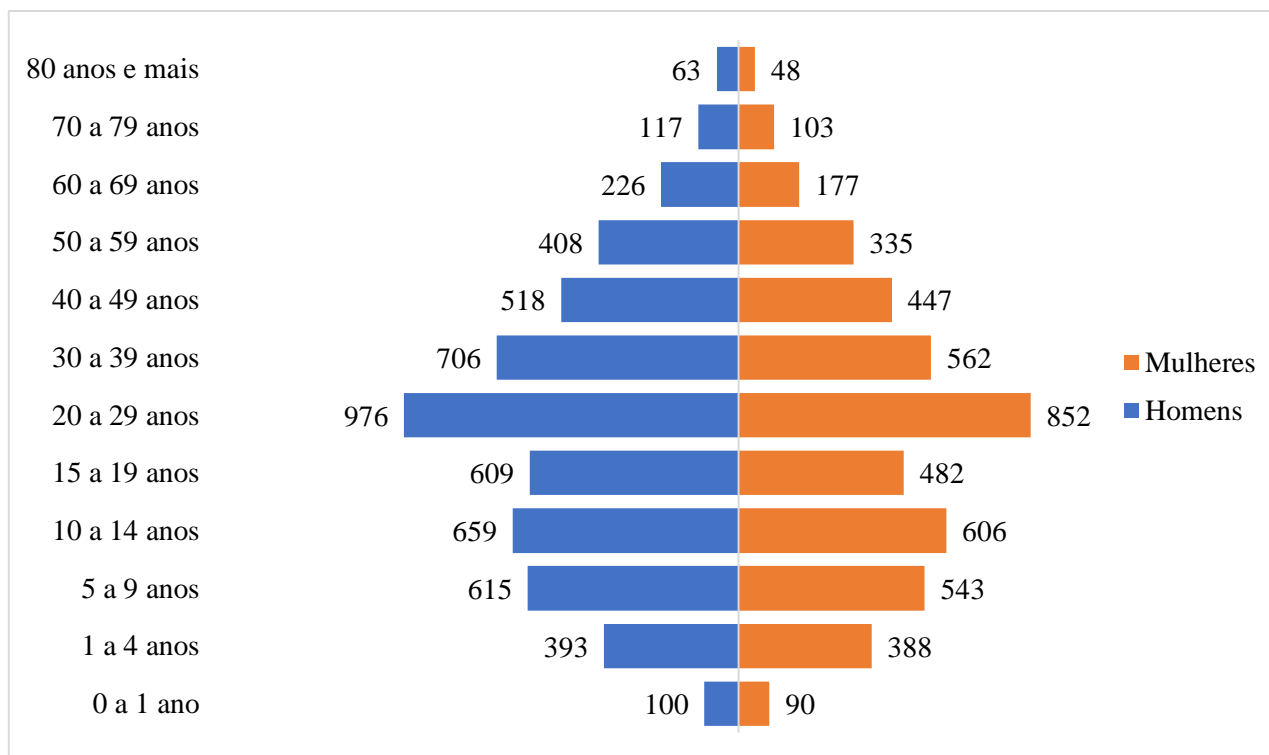
A tabela 03 apresenta alguns dados sobre o município como: área, população rural e urbana (masculina e feminina) e IDH-M.

Área (Km ²)	454,081
População Total	18.044
População Urbana	8.725
Masculino	4.196
Feminino	4.529
População Rural	10.023
Masculino	5.390
Feminino	4.633
IDH -M	0,566

Fonte: IBGE, 2023; PNUD, 2010, SUVISA, 2010.

Segundo o Censo realizado pelo IBGE em 2023, o município possui uma população total de 18.044 pessoas, onde 46,54% correspondem à população urbana e 53,46%, à população rural. A população rural economicamente ativa é majoritariamente masculina, conforme mostra o gráfico da pirâmide etária da população rural de Taperoá - BA (gráfico 02).

Gráfico 02 - Pirâmide etária da população rural de Taperoá - BA



Fonte: IBGE, 2010

Ainda na Tabela 03 observa-se que o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH – M) é de 0,566. O IDH-M varia de 0 a 1 e é calculado com base nos indicadores de renda, educação e longevidade. Logo, o índice do município em tela encontra-se abaixo do IDH do estado da Bahia, que é de 0,660. O índice baixo indica que Taperoá apresenta problemas sociais e econômicos como a falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação, falta de oportunidades de trabalho e renda, entre outros. Neste sentido, a atividade turística pode ser um fator importante para o desenvolvimento humano deste município com a geração de emprego e renda para a população local, além de contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura básica e turística.

A população que nunca frequentou a escola corresponde a 2.939 pessoas (aproximadamente 16%), segundo o IBGE (2010). Em relação à renda, 38% da população recebe entre meio e dois salários. Importante salientar que a população econômica ativa de Taperoá está composta de 29% de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, 26% são masculinos e 29% são pardas.

A baixa escolaridade está diretamente relacionada à elevada população rural, uma vez que a produção rural é familiar, oriunda dos povos africanos escravizados, constituída por

trabalhadores negros ou pardos, muitas vezes, remanescentes de quilombos (Teixeira, 2020) que precisam complementar sua renda com outras atividades, não lhes restando tempo para irem à escola. Somado a isso, ainda há a concentração das unidades escolares na área urbana do município tornando-as de difícil acesso aos produtores que residentes na zona rural ocasionando na desistência dos estudos ou o abandono ao meio rural.

Mesmo sendo um território que apresenta baixos índices socioeconômicos em relação aos demais municípios baianos, Taperoá conta com uma importante riqueza de recursos específicos que podem ser tornar bons atrativos turísticos. Dentre estes, está o cultivo do dendê e a fabricação do azeite de dendê, que será abordado mais à frente.

3 O DENDÊ E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA UMA POSSIBILIDADE.

Com objetivo de embasar esta pesquisa, neste capítulo é apresentada uma breve revisão de literatura acerca da Indicação Geográfica. São tratados aspectos relevantes como a origem deste tipo de proteção industrial, seus instrumentos legais e dados de IG no Brasil. Também é apresentado um panorama sobre o dendê e o azeite de dendê que embasa a possibilidade de solicitação deste registro.

3.1 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: ORIGEM E IMPORTÂNCIA.

A Indicação Geográfica (IG) se constitui como um registro que tem por objetivo diferenciar produtos ou serviços através da sua origem geográfica, garantir a sua qualidade inerente e oferecer aos consumidores e a todos os atores da cadeia produtiva a possibilidade de identificação da origem do produto. Trata-se das dinâmicas de criações coletivas e da captura de valor dos bens territoriais através da inovação, que podem ser usadas para estimular a comercialização destes, visto que incorporam seus atributos e manifestam a cultura e identidade de um espaço geográfico.

Bruch (2011) advoga que o signo representa um objeto e apresenta a função de diferenciar este objeto de outros semelhantes. Trata-se de um signo que representa a cultura e a tradição de um território que se diferencia dos demais. Isto quer dizer que, a partir da concessão do registro, o território estará ligado ao produto e suas características locais serão impulsionadas.

As referências às Indicações Geográficas acontecem desde a Antiguidade, no período Romano e na Grécia Antiga. Desde então, os produtos de determinadas regiões eram procurados por conta de sua notoriedade e qualidade (Kakuta et al, 2006). Da maneira como conhecemos hoje, as IGs remontam o momento em que os produtores de vinhos das regiões francesas de Borgonha e Bordeaux buscaram garantir que apenas seus vinhos seriam comercializados, de forma oficial, em uma exposição internacional. Para garantir isso, eles personalizaram seus vinhos com o nome dos lugares em que eram produzidos, atribuindo a especificidade (Bruch, 2008; Caldas, 2019).

A ideia de proteção legal surgiu a partir do momento em que produtores e comerciantes perceberam que alguns produtos apresentavam características específicas, que eram atribuíveis à sua origem, cuja finalidade era combater a concorrência desleal e a fraude.

Trata-se de uma garantia de que os produtos não eram falsificados em sua composição e nem produzidos em um local distinto do informado, onde os ingredientes podiam ser diferentes. Esta proteção inaugurou o desenvolvimento gradativo de valorização dos produtos ligados à sua região produtora.

Conforme Cerdan et al (2008), a primeira demarcação geográfica, realizada por uma instância governamental, aconteceu em Portugal, no ano de 1756, quando o Marquês de Pombal expediu o Alvará Régio de 10 de setembro daquele ano à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, devido à queda das exportações do Vinho do Porto, que tinha grande notoriedade.

Atribuiu-se a essa situação, o uso indevido da nomenclatura “do Porto” por produtores de outras localidades, criando desconfiança nos compradores ingleses e ocasionando a diminuição do preço do produto. Em vista disso, Pombal ordenou que se fizesse a delimitação da área produtiva, a descrição das suas características, bem como a sua forma de produção. Posteriormente, efetuou o registro legal com a denominação ‘Porto’, originando a primeira Denominação de Origem.

Ligadas a produtores muitas vezes desfavorecidos, as IGs estabelecem como objetivo, melhorar suas receitas ao garantir o valor agregado do produto, que deve ter remuneração suficiente para cobrir seus custos específicos associados aos métodos tradicionais de produção. Assim, considera-se que elas são uma segurança jurídica fornecida pelas ferramentas de combate à usurpação e falsificação

A preocupação começou a acontecer após a destruição dos vinhedos franceses, por causa do inseto chamado *Phylloxera vastatrix*, que atacou diversas partes das videiras, diminuindo a produção e originou diversas fraudes (Marie-Vivien, 2010). A autora destaca que, durante a crise, essas fraudes eram toleradas, em certa medida, pois, desejava-se obter algo que se aproximasse do vinho. Entretanto, essa prática deixou de ser tolerada assim que a crise foi resolvida e tornou a França no país-referência em IG, através “*de l'appellation d'origine*” (Marie-Vivien, 2013, p.13).

A Indicação Geográfica, como instrumento de proteção legal que conhecemos hoje, só foi institucionalizada em 1905, na França, com a criação da Lei sobre Fraudes e Falsificações em Matéria de Produtos ou Serviços, que estabeleceu as denominações de origem (REIS, 2015; KAKUTA, 2006; INAO, 2006).

Essa internacionalização não foi tranquila e tem sua trajetória formalmente iniciada a partir de 1883, com a Convenção da União de Paris – CUP. Embora o objetivo da convenção tenha sido o de fundar um sistema de proteção intelectual amplo para proteção das

invenções, desenhos industriais e marcas, ela estabeleceu critérios para coibir a concorrência desleal através da prevenção das falsas indicações de proveniência beneficiando de forma indireta os nomes de origem (Reis, 2015; Anjos, 2020).

Obviamente, o que a CUP oferecia às IGs, em termos de proteção, era extensivo e insatisfatório à época. Desde então, a convenção foi revisada seis vezes: em 1900 (Bruxelas), 1911 (Washington), 1925 (Haia), 1934 (Londres), 1958 (Lisboa) e 1967 (Estocolmo) e incluiu pontos importantes como a previsão da hipótese de confusão, falsas alegações entre outros (Brasil, 1992).

Em paralelo ao relativo insucesso da CUP para a proteção das IGs, em 1891, foi firmado o Acordo de Madrid, acordo multilateral que pretendia garantir a proteção internacional da Propriedade Intelectual de um país em qualquer país signatário (INPI, 2016). A finalidade do acordo era de estabelecer regras para os pedidos, bem como delimitar os territórios e prever punição para aqueles que falsificassem as indicações de procedências e se beneficiassem disso, com a previsão de restrição às importações dos produtos falsificados. O acordo também prevê de forma específica, uma proteção aos vinhos (Anjos, 2020).

Apesar das tentativas, ainda era indispensável um sistema de proteção global mais específico e direcionado, assim, em 1958, é criado o Acordo de Lisboa. Este acordo versa, entre outras coisas, sobre a definição das denominações de origem e do nome geográfico dos produtos, levando em conta que as características edafoclimáticas (clima, solo, regimes pluviométricos etc.) e os fatores humanos são elementos principais para a notoriedade de produto exclusivo (OMPI, 1958).

Previu-se que a proteção ocorreria em duas etapas: primeiramente, através do reconhecimento no país de origem e posteriormente, com o requerimento da proteção do registro pelos países signatários por meio da Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI (WIPO, 2019). Este procedimento passou a garantir a proteção das IGs no âmbito internacional, enquanto estivesse protegida em seu país de origem.

No entanto, fatores como a baixa adesão ao Acordo de Lisboa, as transformações geopolíticas mundiais a partir de 1960, a criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio, bem como, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a inclusão da pauta do tema ‘desenvolvimento econômico’ na Rodada do Uruguai (1986 – 1994) pressionaram as potências comerciais a realizarem mudanças e fazerem concessões, sobretudo no que diz respeito à adoção da regra de reciprocidade comercial para os países em desenvolvimento (GUIMARÃES, 2006), e culminaram no Acordo *Trade-Related Aspects of Intellectual*

Property Rights – TRIPS, gerido pela OMC, que está em vigor desde 1995, em mais de 180 países, incluído o Brasil.

Neste acordo, a Indicação Geográfica tem sua definição estabelecida (Parte II, Seção 3, art. 22) como as “indicações que identifiquem um produto como originário do território de um membro, ou região” (Brasil, 1994, spp.). A categoria de análise utilizada para definir as IGs, território será tratada, posteriormente, com mais profundidade por esta pesquisa. Trata-se de uma definição ampla, que demonstra a complexidade e a tentativa de articular as diferenças conceituais de cada um dos signatários do acordo (Reis, 2015).

Os parágrafos seguintes do acordo estabelecem os meios legais para impedir a concorrência desleal e a confusão do consumidor e ainda abre a prerrogativa para invalidação de pedidos de registro de marca que contenha elementos que remeta a uma indicação geográfica e induza o consumidor a erro quanto à origem do produto.

As indicações geográficas para os vinhos e destilados contam com uma proteção adicional, descrita no artigo 23, demonstrando a força da União Europeia (EU), durante a redação do texto, na Rodada do Uruguai. O motivo para esta defesa de interesses se deve à variedade de produtos notoriamente reconhecidos originados na Europa e as indicações geográficas se tornam, para os produtores, um investimento de médio e longo prazo devido a sua atratividade internacional e é por meio da propriedade intelectual que haverá a garantia da qualidade dos produtos e a proteção dos produtores contra a proteção desleal por meio da falsificação (ANJOS, 2020).

O quadro 03 elaborado, proporciona uma síntese organizada dos principais eventos relacionados às Indicações Geográficas (IGs) ao longo do tempo. Desde as referências antigas até a atualidade, cada entrada na tabela destaca um marco significativo na evolução das práticas de proteção da origem geográfica de produtos.

A disposição cronológica permite uma compreensão clara da sequência histórica, começando com a notoriedade de produtos regionais na Antiguidade, passando pela resposta a desafios específicos como a destruição dos vinhedos franceses no século XIX, até as medidas institucionais mais recentes, como o Acordo TRIPS de 1995. O quadro é um guia visual que destila a complexidade do desenvolvimento das IGs, proporcionando uma visão abrangente e ordenada da trajetória dessas práticas ao longo dos anos.

Quadro 03 - Síntese dos principais eventos relacionados às Indicações Geográficas.

Ano	Evento
Antiguidade	Referências às Indicações Geográficas durante o período Romano e na Grécia Antiga. Produtos de certas regiões eram procurados pela notoriedade e qualidade.
Século XIX (não especificado)	Destruição dos vinhedos franceses devido ao inseto <i>Phylloxera vastatrix</i> , resultando na diminuição da produção e originando fraudes toleradas durante a crise.
1756	Marquês de Pombal, em Portugal, expediu o Alvará Régio à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criando a primeira Denominação de Origem para o Vinho do Porto.
1905	Institucionalização da Indicação Geográfica na França com a criação da Lei sobre Fraudes e Falsificações em Matéria de Produtos ou Serviços, estabelecendo as denominações de origem.
1883	Convenção da União de Paris (CUP), inicialmente focada em proteção intelectual, estabelecendo critérios indiretos para coibir a concorrência desleal e falsas indicações.
1891	Acordo de Madrid, acordo multilateral para a proteção internacional da Propriedade Intelectual, incluindo medidas contra falsificação de indicações de procedência.
1958	Criação do Acordo de Lisboa, abordando a definição de denominações de origem e nome geográfico dos produtos, visando notoriedade baseada em características territoriais.
1995	Entrada em vigor do Acordo TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) da OMC, definindo a Indicação Geográfica e estabelecendo meios legais para proteger contra concorrência desleal.
Atualidade	As Indicações Geográficas, especialmente para vinhos e destilados, contam com proteção adicional, como descrito no artigo 23, devido à variedade de produtos notoriamente reconhecidos originados na União Europeia.

Fonte: Elaborado pela autora

Neste contexto, as IGs se revelam como uma poderosa ferramenta de proteção, abrindo caminho para uma discussão mais aprofundada sobre a importância do território na definição dessas indicações. Agora, adentraremos o panorama das Indicações Geográficas no Brasil, explorando como essa prática se manifesta em nosso contexto.

3.1.1 Panorama das Indicações Geográficas no Brasil

O órgão responsável pela concessão da Indicação Geográfica, no Brasil é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, uma autarquia federal que está vinculada

ao Ministério da Economia. Sua requisição é de natureza declaratória e só pode ser desenvolvida pelos prestadores de serviço ou produtores da região, através de uma entidade representativa legalizada (sindicato, associação etc.) que deve garantir a participação dos atores que produzem na região (Caldas; Cerqueira; Perin, 2012).

As Indicações Geográficas também têm atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para dar suporte aos produtos agropecuários com registro ou a serem registrados através do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia Agropecuária, criado por meio do decreto nº 5351 de 21 de janeiro de 2005, da portaria nº 85, de 10 de abril de 2006 e do Decreto ° 5471, de 30 de março de 2006 (BRASIL, 2006). Estes instrumentos legais asseguram o MAPA como uma instância central de endosso à qualidade, origem e identidade dos produtos e insumos agropecuários (Oliveira, 2020).

De acordo com a lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96), a obtenção do registro pode ocorrer por meio de duas categorias distintas: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO) (BRASIL, 1996). Ambas visam resguardar o nome geográfico associado a um produto ou serviço, representando uma salvaguarda legal para a reputação e qualidade vinculadas a determinada região.

A indicação de procedência, segundo o artigo 177 da lei, é concedida ao “nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” (Brasil, 1996, s.p.).

Essa categoria assegura que o nome geográfico registrado seja reconhecido devido ao processo produtivo ou de fabricação associado aos produtos, como o icônico "*made in Japan*" que indica a fabricação no Japão. A Indicação de Procedência não exige características particulares do produto, mas sim a notoriedade adquirida pela região (Medeiros; Passador, 2015).

A Denominação de Origem, conforme definido no artigo 178, refere-se ao "nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos" (Brasil, 1996, s.p.). Em suma, a DO protege produtos cujas características são intrinsecamente ligadas ao ambiente geográfico, abrangendo elementos naturais e a expertise da comunidade produtora.

A Instrução Normativa nº 95, de 28 de dezembro de 2018, complementa esses conceitos, destacando que fatores naturais e humanos, juntamente com qualidades e características mensuráveis, contribuem para a definição de Denominação de Origem:

§5º Consideram-se as seguintes definições para fins de Denominação de Origem:

- I. Fatores Naturais são os elementos do meio geográfico relacionados ao meio ambiente, como solo, relevo, clima, flora, fauna, entre outros, e que influenciam as qualidades ou características do produto ou serviço;
- II. Fatores humanos são os elementos característicos da comunidade produtora ou prestadora do serviço, como o saber – fazer local, incluindo o desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de técnicas próprias;
- III. Qualidades são atributos tecnicamente comprováveis e mensuráveis do produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços;
- IV. Características são traços ou propriedades inerentes ao produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços (INPI, 2018, pp. 1,2).

Essas categorias, fundamentais para a proteção de nomes geográficos e a preservação da autenticidade dos produtos, desempenham um papel crucial no estímulo à valorização e reconhecimento de regiões específicas no contexto da propriedade industrial.

Para Cesaro e Valduga (2018) a denominação de origem é definida pela presença do *terroir*. Originado do francês "*goût de terroir*" (que significa, numa tradução livre, gosto de terra), o conceito transcende a mera referência ao solo, expandindo-se para incorporar as interações dos elementos como território, fatores naturais (clima, topografia, pluviosidade) e fatores humanos, incluindo tradições culturais e práticas agrícolas. Na busca por qualidade excepcional, ele destaca a identidade especial de um território na produção de seus produtos (Moraes; De Mello, 2019).

Relacionando-se com a Indicação Geográfica, o *terroir* é fundamental, pois delimita áreas específicas, certificando e protegendo produtos que refletem as características distintas e a autenticidade do lugar de origem. Ou seja, a DO requer que as suas características edafoclimáticas (solo, clima, altitude) ou fatores humanos influenciem diretamente a qualidade ou a característica do produto.

É uma maneira efetiva de identificar o produto e ter sua qualidade assegurada, pois, foi criado num território com características bem demarcadas e específicas (Caldas; Cerqueira; Perin, 2012, Belletti; Marescotti.; Touzard, 2015). Os exemplos mais conhecidos são o *Champagne*, Presunto de Parma, Queijo Roquefort etc.

O quadro 04, apresentado a seguir, traz mais clareza nos conceitos por meio do comparativo dos tipos de indicação geográficas brasileiras.

Quadro 04 – Comparativo entre os tipos de Indicação Geográfica brasileiras

Indicações geográficas		
	Indicação de Procedência (IP)	Denominação de Origem (DO)
Definição (Lei 9.279/96)	Art. 177 – Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.	Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.
Diferenças	Vínculo com o nome geográfico ocorre pela notoriedade do processo de produção.	Vínculo com o nome geográfico acontece por causa de fatores naturais e/ou humanos
	Produtos são individualizados pelo nome da localidade que os identifica.	Características edafoclimáticas, o saber-fazer e outros fatores humanos dão aos produtos da localidade distintividade em relação aos demais.
Semelhanças	Titularidade Coletiva	
	Prazo de proteção ilimitado. Não há previsão de renovação, nem de extinção do registro da Indicação Geográfica na Lei	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil, 1996

Os dois tipos de registros estão ligados aos territórios através de produções específicas que apresentam semelhanças entre seus produtos, seja na sua fabricação, seja na sua coleta; que garantem reconhecimento ao produtor, competitividade, uniformidade no processo produtivo e presume a delimitação territorial que se configuram de maneira diferenciada em relação às demais regiões produtoras (Caldas; Cerqueira; Perin, 2012).

O processo de solicitação do registro de Indicação Geográfica (IG) é regido pelo art. 14 da Portaria INPI nº 4/22, proporcionando a participação de diversas entidades como substitutos processuais. Essa abordagem visa assegurar uma representação eficaz da coletividade envolvida, estabelecendo requisitos específicos para garantir a legitimidade e representatividade dessas entidades.

O substituto processual, atuando como intermediário entre o INPI e os produtores ou prestadores de serviço vinculados à IG, pode ser representado por associações, sindicatos, federações e confederações. Contudo, é crucial que essas entidades sejam consideradas representativas da coletividade, conforme a legislação pertinente.

Os requisitos para atuar como substituto processual incluem estar estabelecido no território demarcado, ter a representatividade da coletividade legitimada devidamente

comprovada por meio de instrumento jurídico, e ter o quadro social predominantemente composto por participantes da cadeia produtiva da IG. A Lei n.º 13.806, de 10 de janeiro de 2019, expandiu a possibilidade de cooperativas atuarem como substitutos processuais, desde que atendam a requisitos específicos, como interesse direto dos associados e previsão estatutária.

O requerente nacional deve apresentar uma variedade de documentos, como o requerimento de IG, caderno de especificações técnicas, procuração, comprovante de pagamento e comprovação da legitimidade. Importante ressaltar que não há exigência de tempo mínimo de constituição ou atuação para entidades interessadas em assumir o papel de substituto processual.

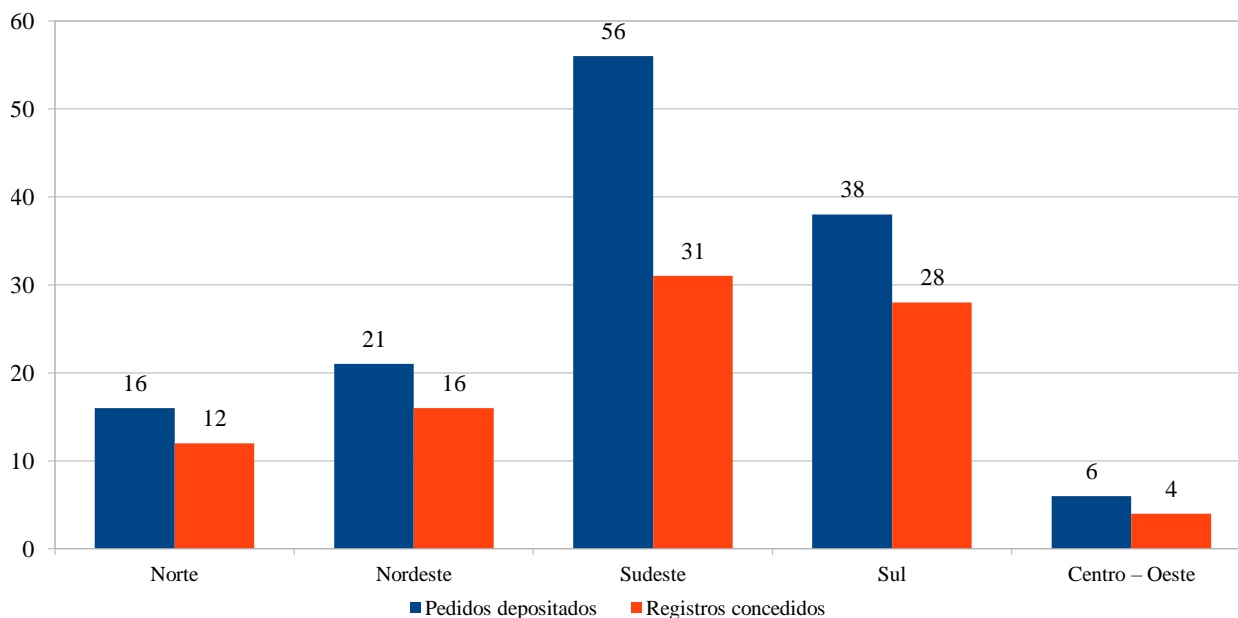
Após a análise de mérito, o INPI publica a decisão de concessão ou indeferimento do pedido de registro da IG, ambos sujeitos a recurso. Uma vez concedido, o certificado de registro fica disponível na sede ou representações do INPI para retirada pelo requerente, a IG entra em vigor sem prazo definido de validade.

Esse processo é fundamental para salvaguardar e valorizar a identidade e qualidade dos produtos associados a regiões geográficas específicas, desempenhando um papel crucial na preservação da autenticidade e no estímulo ao desenvolvimento econômico dessas áreas.

Embora o Brasil tenha um grande potencial, devido a sua variedade de territórios com identidade própria e com capacidade para ocupar espaços em mercados estratégicos, a Indicação Geográfica é um processo muito recente e por isso, é desconhecida pela maioria pelos produtores, fornecedores e dos consumidores, ainda que os compradores de maior renda a valorize em produtos importados. Isso demonstra que é preciso divulgar os benefícios que a IG pode agregar aos produtos e aos produtores (Vieira. Buainain, 2012).

De acordo com o INPI (Brasil, 2022), desde o primeiro registro concedido em 2012 até julho de 2022, foram depositados 137 pedidos de registro e foram concedidos 91 registros para Indicações Geográficas de produtos brasileiros. Dessas, 68 são Indicação de Procedência e 23 são Denominação de Origem brasileiras. O Gráfico 03 mostra os pedidos peticionados e concedidos por regiões brasileiras, nas duas modalidades de Indicação Geográfica, dos produtos brasileiros.

Gráfico 03 – Pedidos de registros depositados e concedidos por região brasileira



Fonte: Elaborado pela autora com base em INPI, 2022.

Os estados com maior número de pedidos são: Minas Gerais (23), Paraná (17), Espírito Santo (16) e Rio Grande do Sul (13). Entretanto, quando se analisa a quantidade de registros concedidos, observa-se que os mesmos estados continuam concentrando os registros, mas em outra ordem: Minas Gerais (14), Rio Grande do Sul (12), Paraná (9) e Espírito Santo (7). Os produtos mais protegidos nestes estados são o vinho e o café e demonstram a influência dos imigrantes nestes estados.

A região com mais IGs registradas é a Sudeste, composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O primeiro reconhecimento aconteceu no ano de 2005, com a IP Região do Cerrado Mineiro, para o produto café. Este é o produto com mais registro recebido na região, principalmente, no estado de Minas Gerais, que detém 5 IGs (3 IP/2 DO).

Já na Região Sul observa-se 28 registros (8 DO/18 IP), cuja prevalência entre os produtos registrados é para o vinho. O primeiro registro de IG brasileiro foi concedido nesta região: A IP Vale dos Vinhedos, em Rio Grande do Sul, para os vinhos branco, tinto e espumante e a tornou uma referência para os demais pedidos de registro tanto para o setor vinícola, quanto para os demais setores. No campo do Turismo, o estado também é referência pelas diversas Rotas Turísticas ligadas a este produto (Valduga, 2007; Xavier, 2016).

Nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo, nos estados citados, a grande quantidade de pedidos se deve às ações realizadas pelos seguintes atores: Ministério da Agricultura, Pecuária

e Abastecimento (MAPA), SEBRAE, pelo próprio INPI e pelas universidades públicas e privadas brasileiras. Sob esta ótica, entende-se o motivo da concentração dos pedidos estarem localizados nestas regiões.

Na região Nordeste, observamos um equilíbrio entre os pedidos depositados e concedidos. A Bahia é o estado com 03 registros exclusivos de IP em seu território: a cachaça de Abaíra, as amêndoas do cacau do Sul da Bahia e o Café do Oeste da Bahia e 01 registro de IP compartilhado com o estado de Pernambuco, Uvas e Mangas do Vale do Submédio São Francisco. Esta última, vem fomentando o enoturismo nesta área por causa das vinícolas ali instaladas.

O Amazonas possui 4 IP e 2 DO e é o estado com mais registros da Região Norte. Aqui, destacam-se as IGs ligadas aos povos tradicionais: IP Maués (Guaraná), ligado ao povo Sateré-Mawé e a DO Terra Indígena Andirá-Marau (guaraná nativo e bastões de guaraná), ligada às comunidades indígenas nesta área delimitada (INPI, 2018; INPI, 2020). Dez, das doze IGs concedidas, estão relacionadas a alimentos e a Farinha de Mandioca é o produto com mais registros (03) localizados nos estados do Acre, Amazonas e Pará. O Centro-Oeste é a região com menor número de IGs reconhecidas, quatro. Todas são IP e estão localizadas nos estados de Mato Grosso do Sul (02) e de Goiás (02).

O mapa 02 e o quadro 05 destacam a quantidade de pedidos depositados e concedidos por estado.

Quadro 05 – Pedidos de registros de IGs depositados e concedidos por estado

Estado	Pedidos depositados	Registros concedidos
AC	1	1
AL	2	2
AM	5	5
AM/PA	1	1
BA	4	3
BA/PE	1	1
CE	2	2
ES	15	7
ES/MG	1	1
GO	2	2
MG	23	14
MS	2	2
MT	2	0
PA	5	3
PB	3	2
PE	2	1
PE/BA	1	0
PI	2	2
PR	17	9
RJ	7	5
RN	3	2
RO	3	1
RS	13	12
SC	6	6
SC/PR/RS	1	1
SC/RS	1	0
SE	1	1
SP	10	4
TO	1	1
Total Resultado	137	91

Fonte: Elaboração da autora com base em INPI, 2022.

A análise dos dados apresentados na tabela revela um panorama significativo da busca por registros de Indicações Geográficas (IGs) no Brasil. Com um total de 137 pedidos depositados, observamos uma distribuição geográfica abrangente, evidenciando o interesse de diversos estados em proteger e valorizar a identidade de seus produtos associados a determinadas regiões. No entanto, é notável que nem todos os pedidos resultaram em concessões, com um total de 91 registros efetivamente concedidos. Essa disparidade pode indicar desafios no atendimento aos critérios de concessão ou, possivelmente, estratégias mais rigorosas de avaliação. A análise regionalizada desses dados fornece insights valiosos sobre a dinâmica das IGs no país, revelando padrões de interesse e sucesso na obtenção desses registros.

Mapa 02 - Espacialização das Indicações Geográficas brasileiras.



Fonte: INPI, 2022; IBGE, 2022.

É possível perceber que apesar das IGs surgirem como um instrumento de proteção legal contra a falsificação, se tornou uma ferramenta estratégica para fortalecer o desenvolvimento territorial, uma vez que seu reconhecimento estimula a dimensão social através do fortalecimento de seu vínculo com os atores locais participantes e está estreitamente ligada ao território produtor, agregando valor e possibilitando a geração de renda por meio da comercialização dos produtos, geração de empregos, mobilização da população local e atração do turismo (Martins; Vasconcellos, 2019, Souza; Locatelli, 2015).

Os gêneros brasileiros ligados ao patrimônio alimentar e à gastronomia como as bebidas e os alimentos são responsáveis por mais de 65% das IGs. O café é o produto com maior número de registros (10), seguido do vinho (09). Estes números expressam a importância que o café tem no mercado, sobretudo, no mercado internacional, que tem valorizado os grãos de qualidade, expressa pela sua origem e tradição. Os investimentos realizados intensivamente no Sul do país, proporcionaram um grande salto tecnológico para o cultivo das uvas e produção dos vinhos, tornando possível a sua inserção no mercado vinícola internacional (Pellin, 2018).

Essa realidade coaduna com a observação de Santos (2013, p.118) a respeito dos espaços rurais, “marcados na sua transformação, pelo uso sistemático das contribuições da ciência e da técnica e por decisões de mudança que, no campo e na cidade, levam em conta os usos a que cada fração do território vai ser destinada”. A modernização pelo capitalismo agrícola tem substituído os antigos sistemas técnicos locais pelas novas formas de conjuntos técnicos presentes de maneira global com grande interdependência funcional, tornando a mais-valia mundializada e semelhante.

Todo este contexto somado à participação dos atores citados impacta e influencia o crescimento dos depósitos para pedidos de registro de IGs no Brasil e contribuem para o desenvolvimento territorial. Este desenvolvimento ocorre pelo movimento de inclusão e participação popular, especialmente, pela necessidade de associação dos produtores para solicitação do registro do produto, como maneira de aumentar a competitividade de seus produtos e agregar valor ao que se oferta. A ação associativista leva ao fortalecimento dos vínculos sociais entre si e os demais atores locais e do capital social do território a ser desenvolvido mesmo que suas produções sejam pequenas e não apresentem o grande volume que a indústria observa (Anjos, 2020).

A cultura e o patrimônio também se correlacionam com o desenvolvimento devido as suas singularidades e tradições, que influenciam as relações socioeconômicas de seus territórios. Neste sentido, o conhecimento traduzido em saber-fazer local, serve de base

para preservação do patrimônio material e imaterial e possibilita que as regiões promovam seus produtos seja pela sua forma única de produção, seja pela sua tradição e peculiaridades, criando valor local à sua tipicidade.

Pelegrin (1991) afirma que o conhecimento agrupa as representações mentais e seus conceitos, com um registro de formas de ação (gestos associados ao seu resultado prático). Esse conhecimento corresponde à memorização de formas e ações elementares e pode ser adquirido pela simples observação dos mais velhos, registrando os fatos na memória. Ao contrário do conhecimento, o saber-fazer corresponde à construção e é refinado de acordo com a experiência prática do indivíduo.

Já Squire (1986) entende que o saber-fazer é todo o conhecimento consciente ou inconsciente que permite a implementação de uma técnica. Neste caso, o saber-fazer não industrial é considerado mais elaborado e complexo, onde a maneira de usar a ferramenta é mais importante que a própria ferramenta e requer um conhecimento especial em que a habilidade humana para obtenção do resultado é mais importante. Dentro desta perspectiva, trata-se de um trabalho que não pode ser transferido para a máquina.

Analisar como este signo distintivo pode impactar o turismo e o desenvolvimento territorial requer um detalhamento mais aprofundado dos seus elementos relacionados. É importante conhecer como o azeite de dendê se constitui enquanto produto, sua tipicidade e especificidade, quais são as peculiaridades deste no território a ser estudado, assim como seus elementos culturais estão vinculados ao seu cultivo.

A tipicidade de um produto remete a um grupo de referência no qual estão distribuídos os saberes os quais se sustenta sua qualidade específica, que permite diferenciá-los de produtos similares. Saberes que não são codificáveis, mas não são compartilhados por membros (Champredonde; Cosiosovski, 2016). Os autores afirmam que há uma relação entre produto, território e grupo humano.

Conforme Caldentey e Gómez (1996) a concepção de tipicidade está amparada em três pilares: qualidade, diferenciação e território. A qualidade enquanto conjunto de propriedades, que possibilita identificar e distinguir um produto sem conotação valorativa de excelência; a diferenciação considera as características qualitativas particulares. É o oposto da padronização e deve ser considerada como uma característica importante, pois significa que o produto é específico e único devido à aglutinação dos fatores humanos de produção vinculados ao território (Vandecandelaere et al, 2011). O mesmo autor considera que a especificidade é parte do patrimônio coletivo das pessoas envolvidas no processo de produção

e beneficiamento de um produto e portanto, deve ser entendido como um direito coletivo em que todos se beneficiam.

O terceiro pilar é o território, entendido pelas dimensões histórico-culturais e geográfica, como condicionante que interfere na qualidade e diferenciação do produto com suas características naturais edafoclimáticas, por relacionar a produção e o consumo de um produto aos costumes e representações coletivas locais, pela ancoragem às práticas, métodos e conhecimentos historicamente construídos pelos residentes (Caldetey; Gómez, 1996).

3.2 CONEXÕES TERRITORIAIS: O ENTRELAÇAMENTO DO TURISMO E DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL

A trajetória inicial das Indicações Geográficas (IG) como salvaguarda contra a falsificação de produtos alimentares evoluiu para além da mera proteção, transformando-se em catalisadoras do desenvolvimento rural. Ao resguardar a autenticidade e notoriedade de produtos emblemáticos, as IG tornaram-se guardiãs não apenas da qualidade, mas também das raízes históricas e culturais, preservando tradições e patrimônios alimentares (Kakuta et al, 2006; Cerdan, 2008, Marie-Vivien, 2010).

A interseção entre IG e turismo revela uma sinergia notável, compartilhando características como a escala local, espaços naturais, produtos tradicionais e ancoragem cultural. Essa proximidade sugere a possibilidade de interações substanciais, destacando a capacidade conjunta de impulsionar o desenvolvimento mútuo.

Enquanto as IG promovem o saber tradicional e apoiam pequenos produtores, o turismo emerge como um aliado natural, abraçando e celebrando as narrativas autênticas dos destinos. Considerando essa conexão, surge a intrigante questão de até que ponto as interações entre turismo e IG podem ser um impulso recíproco para o desenvolvimento sustentável de ambos os setores.

Begnini (2010) apresenta duas alternativas viáveis para impulsionar o desenvolvimento territorial: a criação de arranjos produtivos locais e o estímulo ao crescimento do turismo. Ambas as abordagens têm como objetivo explorar as vantagens territoriais, que podem envolver aspectos culturais, econômicos ou incentivos resultantes da implementação de políticas públicas, a fim de impulsionar o progresso nas regiões.

No contexto brasileiro, a análise da interseção entre o turismo e as IGs, é possível observar uma intrincada conexão entre essas áreas, apontando para oportunidades significativas de desenvolvimento territorial. As IGs, que inicialmente surgiram como

mecanismos de proteção contra falsificações, evoluíram para além desse propósito, tornando-se impulsionadoras de estratégias para regiões rurais.

A distribuição geográfica das IGs reflete não apenas a riqueza e diversidade cultural do Brasil, mas também revela a interseção intrínseca entre essas certificações e os destinos turísticos. Regiões como Uva e Vinho, Caminhos do Cerrado, e Costa Verde destacam a complementaridade entre produtos reconhecidos e a oferta turística local. Além disso, a presença de IGs em áreas turísticas menos desenvolvidas, como o Vale do Submédio São Francisco, sugere um potencial de sinergia capaz de impulsionar tanto a produção quanto o turismo nessas regiões.

Ao analisar as regiões turísticas associadas às Indicações Geográficas (IGs) é possível identificar padrões interessantes que refletem a diversidade e a riqueza cultural do Brasil. A partir dessa perspectiva, expõe-se algumas observações:

Quadro 06 - Correlações entre regiões turísticas e IGs no contexto brasileiro

Região Turística	Observação
Uva e Vinho (RS e SC)	As regiões de Vale dos Vinhedos e Vales da Uva Goethe, ambas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estão fortemente associadas à produção de vinhos. Essas áreas destacam-se não apenas pela qualidade dos vinhos, mas também pela experiência enoturística, revelando a sinergia entre produção vitivinícola e turismo.
Café (MG, SP e BA)	Regiões como Cerrado Mineiro, Alta Mogiana, e Planalto Sul Brasileiro, associadas à produção de café, abrangem estados como Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Essas áreas não só produzem café de alta qualidade, mas também podem oferecer aos turistas uma imersão nas tradições cafeeicultoras, promovendo o turismo cultural e gastronômico.
Costa do Cacau (BA)	A região do Sul da Bahia, com a IG de Amêndoas de cacau, destaca a interseção entre a produção de cacau e o turismo nas áreas costeiras. Essa conexão pode impulsionar o turismo em torno das plantações de cacau, proporcionando experiências relacionadas à produção de chocolate e à preservação das áreas naturais.
Caminhos do Contestado (SC)	A presença da IG de Erva-mate na região de Planalto Norte Catarinense sugere uma oportunidade para o turismo em torno dessa tradição regional. Visitantes podem explorar plantações de erva-mate, participar de processos de produção e compreender a importância cultural dessa prática.
Litoral do Paraná	A IG de Bala de banana, associada à Antonina no Paraná, destaca a tradição de doces locais. Isso pode ser explorado no contexto turístico, promovendo a visita a pequenas produções e a experiência de sabores autênticos.
Pantanal (MS)	A IG relacionada ao Mel na região do Pantanal reforça a riqueza da biodiversidade local. O turismo sustentável poderia se beneficiar ao destacar não apenas a produção de mel, mas também a preservação única do ecossistema pantaneiro.

Fonte: Elaborado pela autora

A conexão entre turismo e indicação geográfica (IG) é evidente ao analisarmos a quantidade de IGs presentes em diversas regiões turísticas. Essa interação não apenas ressalta a diversidade cultural e geográfica do Brasil, mas também destaca o potencial de desenvolvimento territorial por meio do turismo sustentável e da valorização de produtos locais.

A presença significativa de IGs em determinadas regiões, como Uva e Vinho com 6 IGs, Águas do Noroeste com 3 IGs, e Montanhas Capixabas, Trilha dos Inconfidentes, Grande Maceió, Nascente Gerais da Canastra, Alta Mogiana, Campos Gerais, Fronteira, Lagoas e Mares do Sul, Norte Pioneiro, Pampa Gaúcho, Polo Médio Solimões, e Serra Catarinense, todas com 2 IGs, destaca não apenas a diversidade, mas também o potencial econômico dessas regiões. A multiplicidade de IGs em uma região indica não apenas uma variedade de produtos distintos, mas também a riqueza cultural e a autenticidade que podem atrair turistas em busca de experiências únicas.

A relação entre turismo, indicação geográfica (IG) e desenvolvimento territorial é claramente delineada neste contexto. O turismo, quando associado às IGs, não apenas preserva tradições culturais e protege a autenticidade dos produtos locais, mas também desempenha um papel crucial no fortalecimento das economias regionais. A valorização e promoção dos produtos certificados por IGs não apenas geram empregos locais, mas também incentivam a preservação das tradições, contribuindo para uma experiência turística autêntica.

Além disso, ao atrair turistas em busca de vivências genuínas, o setor de serviços, incluindo hospedagem, gastronomia e artesanato, experimenta um impulso significativo. Essa sinergia entre turismo e IGs não apenas protege a identidade cultural, mas também promove o crescimento econômico e social das regiões. Investir em estratégias de promoção turística, preservação cultural e valorização de produtos certificados emerge como um caminho promissor para o desenvolvimento territorial sustentável, destacando o potencial impacto positivo dessa interseção no cenário brasileiro.

Sob a ótica da interação entre indicações geográficas e turismo, propõe-se um sistema de impulsionamento delineado por Le Guerroué e Barjolle (2018). Esse sistema se desdobra em três modalidades:

- **O impulsionamento do turismo através das Indicações Geográficas:** Observa-se a influência das IGs no desenvolvimento do turismo, especialmente em produtos de reconhecimento nacional ou internacional, como vinhos, cachaça e café. Um exemplo paradigmático é a IG "Vales de Vinhedos", entre as primeiras do Brasil.

O desenvolvimento desta IG propiciou a emergência de distintas formas de turismo local, instigando estratégias de desenvolvimento para autoridades públicas e particulares. Este turismo, centrado primordialmente no enoturismo, atrai um público majoritariamente brasileiro, proveniente principalmente do Rio Grande do Sul e de estados vizinhos como Santa Catarina e Paraná;

- **O impulsionamento das Indicações Geográficas através do turismo:** Neste cenário, o principal atrativo do local difere dos bens reconhecidos pela IG, como espaços naturais, sítios arqueológicos, grandes eventos culturais de reconhecimento nacional ou internacional. Este pode ser o caso dos queijos Canastra, notória pelo Parque Natural da Canastra (Medeiros, 2015). O turismo ao redor do parque estimula pequenas atividades de venda de produtos locais, incluindo os renomados queijos Canastra. Apesar de uma parcela reduzida dos produtores deter o registro, o consumidor adquire o produto local, sem discernir entre IG ou não. Também podem ser citadas outras IGs que correspondem a esse sistema de interações, como é o caso da cachaça de Paraty que se beneficia da notoriedade da cidade de Paraty. Paraty é conhecida pelo seu lado histórico, pela sua feira do livro, pelas praias além da sua cachaça. A principal atração continua sendo a própria cidade e, portanto, todas as suas facetas. Neste sentido é importante notar que o conceito de IG ainda é muito pouco difundido entre os turistas; e
- **O impulsionamento híbrido entre as IGs e o turismo:** O sistema híbrido se manifesta em territórios com notoriedade local e recursos naturais, muitas vezes, pouco conhecidos pelo público em geral ou nos territórios em que a IG faz parte de um grupo de produtos que não estão estreitamente ligados. Neste caso, pode ou não ser criada uma sinergia de desenvolvimento entre a infraestrutura verde e o turismo local (rural). Muitas IGs são encontradas neste sistema como os vinhos da IG “Vales da Uva Goethe”, onde, a associação da IG, em parceria com as prefeituras e a secretaria de turismo de Santa Catarina, impulsiona o turismo neste território. Esta interação entre a IG e a política local leva ao desenvolvimento de diversas atividades turísticas que giram em torno dos vinhos dos “Vales da Uva Goethe” (Cerdan, 2018) como: pousadas, turismo nas propriedades, visitas guiadas e o Festival do Vinho. A interação entre o IG “Vales da Uva Goethe” e os municípios promove o desenvolvimento de vários outros setores não especificamente associados ao vinho como o gastronómico, a venda direta de

produtos “coloniais”, a promoção do patrimônio cultural e tradicional. Algumas infraestruturas também foram melhoradas, como a sinalização de acesso à região.

Essas dinâmicas de interação entre Indicações Geográficas e Turismo, revelam a complexidade deste vínculo, destacando a influência mútua na promoção do desenvolvimento econômico e cultural de regiões específicas.

Conforme explanado, as Indicações Geográficas oportunizam a proteção de produtos por combater falsificações e servem como garantia de sua procedência ou origem ao consumidor devido à sua especificidade. Por isso, a relação dos territórios com seu produto torna a IG uma ferramenta de valorização e promoção territorial, com vantagens econômicas decorrentes: da possibilidade de geração de empregos; melhor distribuição do valor agregado por toda a cadeia produtiva; harmonização socioeconômica; e incremento do turismo nestas áreas protegidas (Brasil, 2007, Vandecandelaere et al, 2011).

Além das vantagens econômicas, a IG pode ser tornar um recurso protetivo social trazendo benefícios à comunidade em virtude da proteção das tradições locais, com a preservação do saber-fazer e a valorização de sua cultura. Isso acontece porque as características únicas da produção estão apoiadas nas tradições e mesmo que o produto seja fabricando em outro lugar, o produto não terá sucesso.

A IG passa, então, a se tornar uma garantia de qualidade, principalmente para os consumidores que estão em busca de garantias sobre a origem e segurança dos produtos e procuram por alimentos orgânicos, artesanais ou solidários. Assim, os produtos protegidos colocam as IG em um movimento de reconhecimento dos produtos territoriais, promovendo o desenvolvimento (Oliveira, 2020).

Caldas, Araújo e Cory (2017), no entanto, ressaltam que embora a IG seja desconhecida pela maior parte do público brasileiro, é instrumento de grande representatividade por assegurar aos produtores a confiança, o reconhecimento, o aumento de autoestima e a possibilidade de integração de seus territórios num cenário de competitividade comercial global. Corroborando com este pensamento, Cerdan e outros autores (2014) completam que a IG possibilita a inovação tecnológica que irá melhorar a competitividade e aumentar a confiança no produtor.

A concessão do registro da IG pode representar uma ferramenta para o desenvolvimento territorial por meio da profissionalização da produção, pela organização de pequenas indústrias que podem consolidar a economia territorial. Para além disso, também contribuem para o fortalecimento das atividades e serviços ligados ao turismo por meio de

eventos culturais, gastronomia, desenvolvimento de atividades turísticas e hospedagem (Cerdan et al, 2014; Moraes et al, 2017).

Em vista do que foi expresso nesta seção, torna-se perceptível que a concessão do registro de uma a IG pode proporcionar diversas oportunidades de desenvolvimento territorial. Ainda que existam muitos desafios neste processo, a atuação coletiva dos agentes locais envolvidos é um ponto chave para escolha das melhores estratégias socioeconômicas, naturais e culturais que estimularão e contribuirão o desenvolvimento almejado.

3.3 O AZEITE DE DENDÊ E SUA POSSIBILIDADE DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Originária da costa africana, especificamente da região do Golfo da Guiné, a palmeira do dendezeiro inicialmente foi encontrada em povoados subespontâneos, sendo extraída de seu habitat natural e introduzida em um ambiente diferente. Com sua notável capacidade de adaptação, essa palmeira passou a ser cultivada no Brasil (Cunha, 2013; Watkins, 2015; Ceplac, 2000). A transição do dendezeiro, desde seu contexto original até o cultivo em solo brasileiro, destaca não apenas a importância histórica desse processo, mas também sua influência marcante na construção da identidade cultural e econômica da Bahia. O dendê não é apenas um produto agrícola, mas um elemento que transcende o tempo, conectando-se profundamente às tradições e à história do território baiano.

A profunda relação entre o dendê e a cultura baiana tem suas raízes no Golfo da Guiné, situado na África. A história desse óleo remonta ao século XV, quando os portugueses o descobriram durante suas explorações na África Ocidental. A partir desse momento, o azeite de dendê adquiriu status de artigo essencial, desempenhando um papel crucial no comércio transatlântico de escravos. Durante as viagens, o óleo era incorporado aos mingaus consumidos pelos cativos, tornando-se um elemento indispensável. Próximo à costa brasileira, o dendê era aplicado nos corpos das pessoas escravizadas, servindo para ocultar os sinais de exaustão e desgaste provenientes da travessia atlântica, com o objetivo de torná-las mais atrativas para a venda (Mattoso, 2016; Watkins, 2015).

O contexto das condições morfológicas e edafoclimáticas na região proporcionou um cenário propício à adaptação de diversas atividades agrícolas, com destaque para o cultivo de dendê. A classificação do fruto dessa palmeira é efetuada com base na espessura do endocarpo, a região que resguarda a semente. Para uma compreensão mais clara, a estrutura interna do dendê é apresentada na figura 05. Essa representação visual contribui para a análise

detalhada da anatomia da planta, possibilitando uma melhor compreensão das características que influenciam diretamente o seu cultivo na região em questão.

Figura 05 - Estrutura interna do fruto de dendê



Fonte: Marçal, 2015; A Planta Da Vez, 2017.

Dentre as variedades de relevância econômica, destacam-se a Dura, com endocarpo de 2 a 6 mm e fibras dispersas na polpa; a Psífera, cujos frutos não possuem endocarpo, sendo utilizada na produção de plantas híbridas comerciais; e a Tenera, híbrido da Dura com a Psífera, caracterizada por um endocarpo de 0,5 a 2,5 mm e anel de fibras ao redor (CEPLAC, 2000). A figura 06, da Fazenda Serra Grande em Taperoá – BA, ilustra o plantio dessa variedade.

Figura 06 – Plantação de Dendê da Variedade Tenera na Fazenda Serra Grande, Taperoá – BA.



Fonte: SEMEDO, 2002.

O caráter perene do dendê, com ciclo produtivo de 25 a 30 anos, contrasta com as culturas anuais, evitando distorções no mercado alimentar. Essa característica, aliada ao baixo impacto ambiental, adaptabilidade a solos pobres, alta produtividade e qualidade do produto, confere vantagens competitivas. Além da produção do azeite de dendê, o fruto do dendezeiro possui uma segunda utilidade importante: a extração do óleo de palmiste. O azeite de dendê destaca-se como o produto mais lucrativo, com aplicações em diversos setores, incluindo medicina, indústria, alimentação e como substituto sustentável do óleo diesel (Semedo, 2006).

Além disso, o dendê proporciona diversos subprodutos de valor comercial, como o óleo de palmiste, com grande importância comercial pelas indústrias alimentícias, de sabão e oleoquímicas. Desse óleo, têm-se a torta de palmiste, usada para alimentar animais ou para adubar (organicamente) as plantas.

Outras partes do dendezeiro podem ser reaproveitadas: os cachos vazios, resíduos decorrentes do processamento de extração do óleo e as cascas das amêndoas (endocarpo), podem ser utilizadas como combustíveis, tanto nas caldeiras (com a produção do vapor na extração de óleos), quanto para serem usados na geração de energia elétrica; os troncos derrubados em função do replantio podem ser transformados em móveis e a palha de coco do dendê é utilizada para o artesanato (CUNHA, 2013; SEMEDO, 2006).

O aproveitamento integral do dendê evidencia seu potencial sustentável e econômico. A planta encontra seu desenvolvimento ideal em regiões tropicais, com clima quente e úmido, sendo na Bahia, especialmente no Território de Identidade do Baixo Sul, onde a produção se destaca nos dendezais subespontâneos (Silva; Hansen, 2005; Watkins, 2015).

O azeite de dendê, reconhecido no mercado internacional como *palm oil*, desempenha um papel significativo nas transações globais. Atualmente, a liderança desse mercado é compartilhada pela Malásia e Indonésia. Apesar de possuir vastas extensões de terra propícias para a dendeicultura, o Brasil ocupa a 10ª posição no ranking de países produtores, conforme apontado pelo relatório divulgado pelo Departamento Norte-Americano de Agricultura (USDA, 2023).

Essa colocação coloca o Brasil atrás de nações como Colômbia, Nigéria e Costa do Marfim no cenário internacional da produção de azeite de dendê. Essa análise reflete não apenas as condições favoráveis disponíveis para a expansão da dendeicultura no Brasil, mas também os desafios e oportunidades que o país enfrenta para avançar em sua posição nesse mercado global.

Quadro 07 - Ranking da produção de Dendê mundial

Posição	País	% da produção mundial	Produção (1000 t)
1	Indonésia	59	47.000
2	Malásia	24	19.000
3	Tailândia	4	3.450
4	Colômbia	2	1.900
5	Nigéria	2	1.500
6	Guatemala	1	920
7	Papua Nova guiné	1	800
8	Costa do Marfim	1	600
9	Honduras	1	595
10	Brasil	1	585
11	Equador	1	520
12	Camarões	1	480
13	Índia	0	465
14	Congo	0	305
15	Gana	0	300
16	Costa Rica	0	275
17	Peru	0	275
18	México	0	235
19	Filipinas	0	100
20	Serra Leoa	0	75

Fonte: USDA, 2023

No quadro apresentado, os dados refletem a produção mundial de óleo de palma, com informações detalhadas sobre a posição de cada país, a porcentagem que representam da produção global e a quantidade produzida em milhares de toneladas.

A Indonésia lidera a produção, ocupando a primeira posição, contribuindo com impressionantes 59% da produção mundial, totalizando 47.000 mil toneladas. Em seguida, a Malásia ocupa a segunda posição, representando 24% da produção global, com uma produção de 19.000 mil toneladas.

A Tailândia está na terceira posição, contribuindo com 4% da produção mundial, equivalente a 3.450 mil toneladas. A Colômbia e a Nigéria ocupam a quarta e quinta posições, respectivamente, cada uma representando 2% da produção global, com 1.900 mil toneladas e 1.500 mil toneladas.

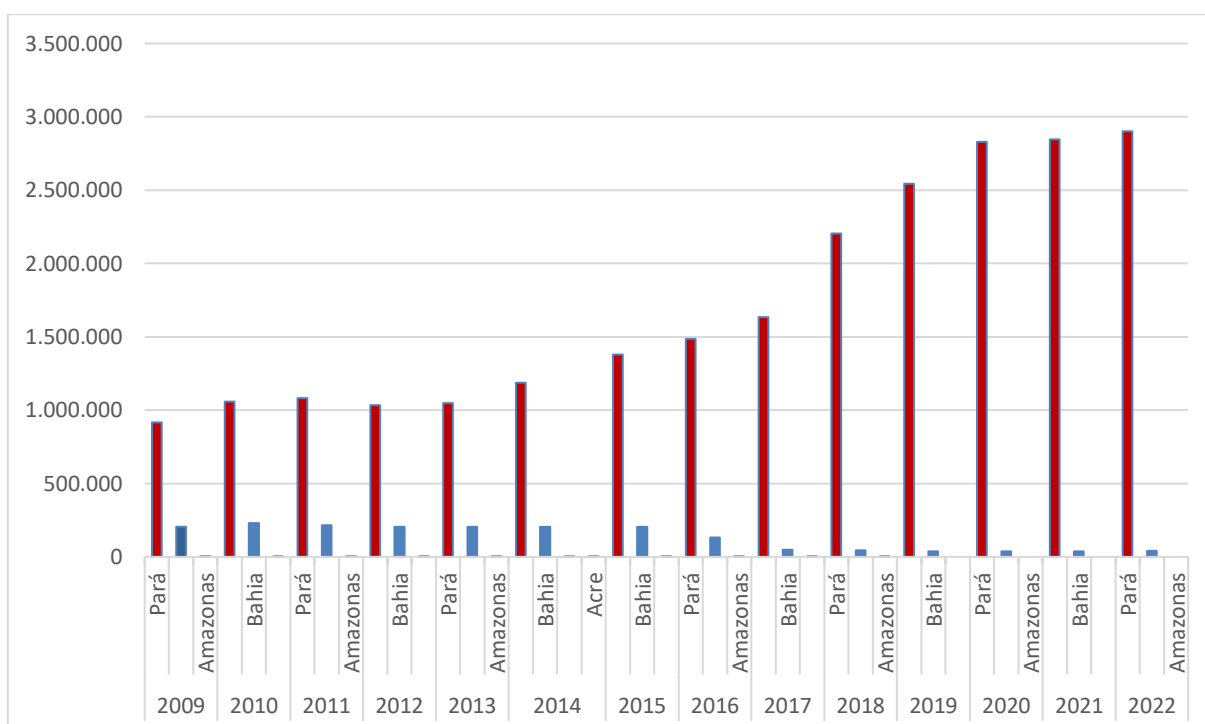
Os países da sexta à décima posição, incluindo Guatemala, Papua Nova Guiné, Costa do Marfim, Honduras e Brasil, contribuem cada um com 1% da produção mundial, variando de 920 mil toneladas a 585 mil toneladas.

Os países restantes, da décima primeira à vigésima posição, como Equador, Camarões, Índia, Congo, Gana, Costa Rica, Peru, México, Filipinas e Serra Leoa, têm uma

participação inferior a 1% da produção global, com quantidades que variam de 520 mil toneladas a 75 mil toneladas. Os dados revelam a concentração significativa da produção de óleo de palma em poucos países, com a Indonésia e a Malásia desempenhando papéis preponderantes na produção global.

Enquanto se observa o cenário global da produção de dendê, é essencial focar nos desafios enfrentados pelos agricultores baianos. A queda na produção recente, como apontada nos dados a seguir, destaca a necessidade de abordar questões locais, incluindo investimentos e capacitação para impulsionar a produção sustentável. Apesar do forte vínculo com a cultura baiana, a principal produção brasileira está no estado do Pará, que concentra mais de oitenta por cento da área plantada, conforme o gráfico 04.

Gráfico 04 - Quantidade de dendê produzida em toneladas (2009 - 2022)



Fonte: IBGE, 2023

A produção de dendê na Bahia, ao longo dos anos, revela uma dinâmica peculiar no cenário agrícola do estado. Em 2009, a Bahia contribuiu com 205.553 toneladas para a produção nacional, posicionando-se como o segundo maior produtor, atrás do Pará, que tinha uma produção de 916.663 toneladas e o Amazonas com uma produção mais modesta de 183 toneladas. Ao longo da década seguinte, a Bahia manteve uma presença consistente na produção de dendê, registrando quantidades expressivas.

Ao longo dos anos subsequentes, essa tendência se manteve, com ambos os estados mantendo suas posições de destaque. No entanto, é possível observar uma tendência de declínio na produção de dendê na Bahia a partir de 2016, quando a quantidade produzida foi de 131.445 toneladas. Esse declínio persistiu nos anos subsequentes, com números que indicam uma redução significativa em comparação com os anos anteriores.

No ano de 2018, o Pará registrou uma produção expressiva de 2.204.531 toneladas, enquanto a Bahia, embora tenha mantido sua relevância, apresentou uma produção menor de 44.741 toneladas. Esses números refletem a dinâmica na distribuição da produção de dendê, evidenciando o papel central do Pará nesse cenário.

Em 2020, a crise na produção de dendê na Bahia agravou ainda mais a situação. Condições climáticas desfavoráveis, como períodos de seca e chuvas intensas, aliadas aos impactos econômicos da pandemia de COVID-19, resultaram em desafios significativos para os agricultores. A produção de dendê na Bahia enfrentou uma queda acentuada, acentuando a tendência de declínio observada nos anos anteriores.

Essa situação foi amplamente noticiada nos principais jornais baianos, gerando uma cobertura extensiva sobre os desafios enfrentados pelos produtores de dendê. Os links para o acesso às notícias podem ser visualizados no apêndice C, proporcionando uma visão mais aprofundada dos eventos e das repercussões da crise na mídia local.

Os dados mais recentes, referentes aos anos de 2021 e 2022, confirmam a liderança do Pará na produção de dendê, com quantidades superiores a 2.8 milhões de toneladas. A Bahia, embora ainda significativa, registra uma produção inferior, indicando a persistência da disparidade na contribuição desses estados para a produção nacional de dendê.

O Amazonas, por sua vez, manteve uma presença mais modesta ao longo dos anos, com quantidades variando, mas permanecendo substancialmente menores em comparação com o Pará e Bahia. Em 2022, a Bahia contribuiu com 40.179 toneladas para a produção nacional de dendê. Embora ainda seja uma quantidade considerável, os dados sugerem uma diminuição em relação aos anos iniciais da década.

Essa análise ressalta a importância da Bahia como um dos principais estados produtores de dendê no Brasil, mas também aponta para desafios ou mudanças na dinâmica da produção ao longo do tempo. Fatores como condições climáticas, práticas agrícolas e questões econômicas podem influenciar diretamente essas variações na produção de dendê na Bahia.

Teixeira (2021) oferece esclarecimentos fundamentais sobre as razões que incidem na produção de dendê na Bahia e aponta caminhos para abordar essa problemática. Segundo o autor, a escassez de investimentos públicos emerge como o principal obstáculo,

especialmente considerando que os pequenos agricultores desempenham um papel crucial na produção total do azeite de dendê. Devido à limitação de recursos, esses trabalhadores enfrentam a necessidade de complementar sua renda com outras culturas ou atividades, o que impacta diretamente na produção consistente do dendê.

A autora sugere que uma solução viável para essa questão reside no aumento dos investimentos, direcionados principalmente para a capacitação e aquisição de equipamentos para os trabalhadores, com foco especial na agricultura familiar (Teixeira, 2021). Essa abordagem proposta busca enfrentar a falta de recursos que tem prejudicado os pequenos agricultores, visando fortalecer sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, impulsionar a produção de dendê na Bahia.

Ao investir em capacitação, os agricultores podem aprimorar suas habilidades e conhecimentos, adotando práticas mais eficientes e sustentáveis. Além disso, a aquisição de equipamentos modernos pode otimizar os processos agrícolas, aumentando a eficiência e a produtividade. Dessa forma, a proposta de Teixeira (2021) visa não apenas mitigar os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores, mas também promover um desenvolvimento mais robusto e sustentável na produção de dendê na Bahia.

Ao trilharmos o caminho da capacitação agrícola, visando ao desenvolvimento sustentável proposto por Teixeira (2021), é imperativo reconhecer que esse cenário transcende as práticas agrícolas isoladas. Este contexto é intrinsecamente entrelaçado com elementos culturais particulares que não apenas moldam, mas também são moldados por essas práticas.

Uma manifestação vívida dessa interconexão encontra-se na tradição culinária afro-baiana, uma herança gastronômica única que não só celebra a riqueza do passado, mas também encarna uma resistência cultural frente à homogeneização. Assim, ao explorarmos os detalhes do processo de produção do azeite de dendê, é fundamental imergirmos nessa narrativa cultural, entendendo-a como um tesouro valioso e vivo, essencial para a compreensão da herança histórica e cultural que permeia essa prática secular.

A tradição artesanal se revela como uma narrativa viva que reflete a participação das africanas escravizadas na composição da cozinha baiana. Seus cultivos de subsistência e tradições introduziram temperos africanos na comida portuguesa, resultando em uma culinária singular e deliciosa, evidenciando-se em pratos como acarajé, carurus, vatapás, xinxins, moquecas, entre outros, solidificando a cultura ligada ao dendê (Santos; Santos; Santos; Oliveira, 2020; Machado, 2012; Watkin, 2015). A chamada ‘comida de azeite’ se tornou uma forma de resistência sutil: primeiro como fonte de alimentação e sustento de suas próprias famílias e, eventualmente, para a venda nas feiras, através do plantio em seus quintais.

Essa tradição culinária está intrinsecamente ligada às religiões de matriz africana, especialmente ao Candomblé, onde os Orixás são reverenciados por meio de banquetes e pratos específicos para cada divindade. Essas ofertas culinárias, conhecidas como comida de sacrifício ou oferenda, refletem os hábitos alimentares cotidianos dos africanos, sendo preparadas de maneira azeitada (Teixeira, 2020; Souza, 2015). A cozinha, para essa religião, assume um lugar central, pois é o ambiente onde se inicia a formação das principais autoridades religiosas dos terreiros, as mães-de-santo (Reis; Silva; Cunha, 2018).

Após a colheita de seus cachos, o dendê passa por um processo meticuloso de produção do azeite. Cozido em um tacho por um dia, prensado para extração do azeite e, em seguida, passa por uma limpeza manual para retirada dos resíduos que se formaram durante o cozimento. A borra é purificada novamente no tacho para finalizar a produção do azeite de dendê. Este é um processo que utiliza a mão-de-obra familiar, sobretudo, a feminina, desde a compra dos ingredientes até os processos artesanais para o preparo do alimento e ir ao lugar escolhido para a venda dos seus produtos.

A produção do óleo acontecia através da moagem das frutas do dendê em um pilão. Um trabalho braçal e demorado que resulta num óleo muito mais saudável, uma herança cultural que traz consigo uma prática secular de extração do azeite, que reforça o passado histórico de resistência ainda no tempo atual. Posteriormente, o processo foi realizado pelos moinhos de tração, conhecidos como rodões. O equipamento rústico era puxado pelos escravizados, os quais foram substituídos, anos mais tarde, por animais (Teixeira, 2020), conforme figura 07.

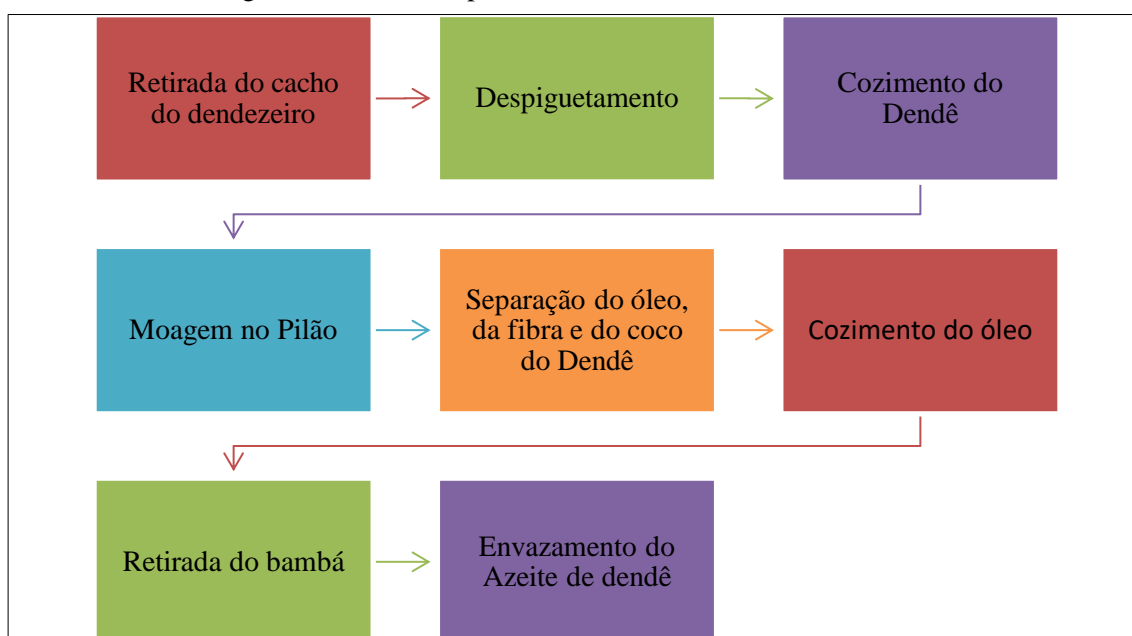
Figura 07: Rodão de madeira movido por tração animal



Fonte: VELEIRO MARACATU, 2001

Aos poucos o rodão foi substituído pelo macerador à diesel e posteriormente, pelo macerador elétrico se tornando mecanizado. Depois de pilado, o dendê é lavado e separado da fibra (ou bucha) e do coco (caroço). O óleo é levado ao fogo para redução da água e finalizar o processo. As etapas do processo produtivo do azeite de dendê podem ser visualizadas na figura 08 que segue:

Figura 08 - Processo produtivo do azeite de dendê artesanal



Fonte: Elaborado pela autora.

A valorização dessa produção artesanal não apenas enaltece a tradição culinária afro-baiana, mas também representa uma forma de evitar a extinção desse importante saber tradicional. À medida que as gerações mais antigas envelhecem e as atuais mostram desinteresse, a preservação dessas práticas torna-se vital para manter viva uma parte significativa da cultura local.

Ao examinarmos o processo artesanal de produção do azeite de dendê, é crucial considerar estratégias de preservação para essa prática tradicional. A concessão de Indicação Geográfica (IG) emerge como uma peça-chave nesse cenário, não apenas preservando características únicas do produto, mas também desencadeando desenvolvimento territorial sustentável.

Na perspectiva da proteção do dendê, a concessão de Indicação Geográfica (IG) ao azeite de dendê emerge como uma estratégia vital. Reconhecendo as condições morfológicas e edafoclimáticas específicas da região, a IG preserva não apenas as

características singulares do produto, mas também as práticas tradicionais e métodos de cultivo. Ao estabelecer uma ligação intrínseca entre a geografia local e as características únicas do azeite de dendê, a IG atua como um escudo, garantindo a autenticidade e a qualidade do produto. Isso não apenas protege os pequenos produtores da região, mas também confere ao azeite de dendê uma posição distintiva no mercado global, estimulando o orgulho e a preservação da herança agrícola.

Por meio do turismo, o desenvolvimento territorial impulsionado pela IG do azeite de dendê torna-se ainda mais evidente. A promoção da região como um destino turístico único, onde visitantes podem vivenciar não apenas o processo de produção do azeite, mas também imergir na cultura e tradições associadas ao dendê, abre portas para oportunidades econômicas adicionais. Os roteiros turísticos centrados no dendê, visitas a plantações, participação em atividades culturais e gastronômicas locais não apenas atraem turistas, mas também geram receita adicional para os produtores e a comunidade em geral. Assim, a IG do azeite de dendê não apenas salvaguarda a autenticidade do produto, mas também fomenta o turismo sustentável, desencadeando um desenvolvimento territorial integral e equitativo.

3.4 TERRITÓRIO: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS

A consideração do território como um recurso cultural e, também, econômico se forma a partir da sua valorização progressiva e recente como parte do patrimônio histórico e cultural. Este entendimento do território enquanto patrimônio se fundamenta sobre dois principais pontos: a evolução da concepção do patrimônio, elemento-chave da cultura moderna; e da reelaboração do conceito teórico do território.

Ambas convergem para uma identificação que permite falar do patrimônio territorial, qualificando não apenas o objeto edificado e sim o espaço construído para além das edificações. Nesta seção, foram reunidos os conceitos teóricos sobre o território e seus desdobramentos: desenvolvimento territorial, ordenamento territorial, identidade, patrimônio territorial e a cesta de bens e serviços territoriais.

3.4.1 Conceitos teóricos sobre território

É preciso compreender o Território como uma categoria de análise do espaço, que é polissêmica e muitas vezes, é usada como sinônimo de espaço, embora, não tenha o mesmo

sentido. Refere-se a elementos presentes na realidade, uma vez que descreve os componentes contidos em si e facilita a geração de novos conhecimentos (Llanos-Hernandez, 2010).

O que se entende por espaço é um produto da ação exercida pelo homem de forma constante sobre a natureza ao longo da história (Santos, 2006) e por isso, está em uma categoria anterior ao território, em razão deste ser produzido a partir do espaço e é a consequência de uma ação (ou série de ações) direcionada por um ator individual ou coletivo (Raffestin, 2008). Derivada do latim, a palavra território transmite a percepção de poder e domínio e na análise deste autor, o território é visto como espaço físico com delimitação política, ordenamento jurídico e com relações marcadas pelo poder.

Trata-se de um conceito que adquire novo entendimento no contexto da globalização, são relações sociais que ultrapassam as fronteiras da nação, da comunidade e se entrelaçam com os demais processos mundiais. Meios de comunicação, novos mercados, sistemas de transporte, revolução científica e tecnológica e outras coisas, causaram uma ruptura nas noções de tempo e espaço e revelaram a fragilidade dos fundamentos culturais sobre um futuro considerado promissor que se manifestou na modernidade (Santos, 2021; Santos, 2013; Llanos-Hernandez, 2010).

Os territórios são espaços de grande tensão social, atravessados pela rotina dos tempos cíclicos pelo sentido progressivo do tempo linear e pela experiência do tempo simultâneo, que não tem mais um sentido unidirecional tido na Idade Moderna. Nos territórios, a vida social se abre para um leque de direções, saídas, opções às ações sociais dos seres humanos e implica a possibilidade de fragmentação ou de uma nova integração deste tipo de espaço.

A respeito dos territórios, Haesbaert (2007) apresenta uma concepção mais integrada e indica outros três aspectos usados pela Geografia: naturalista, econômica e cultural (ou simbólico-cultural). Sob o ponto de vista do aspecto cultural, observa-se o território como o resultado da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, com base no significado social e individual.

Sobre o aspecto simbólico-cultural, Souza (2020) chama a atenção de que a dimensão do poder precisa estar em primeiro plano e deve ser levada em conta, uma vez que se trata da leitura de território, somado aos espaços vividos e percebidos, pois, se esta dimensão for colocada em segundo plano e considerar apenas as questões subjetivas e identitárias, tem-se o conceito de lugar.

Staniski, Kundlatsch e Pirehowski (2014) definem que território é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e

constituir a paisagem e o espaço geográfico. Ana Fani Carlos (1996, p. 29) advoga que “o lugar é produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido (...) produzindo a identidade”. As trocas simbólicas que ocorrem de forma tão emblemática, sobretudo entre os pequenos produtores rurais e a terra, é denominado por Tuan (2012) de *topofilia*¹.

Na perspectiva econômica, a concepção do território parte da premissa espacial das relações econômicas. Assim, o território é visto como uma fonte de recursos (Dallabrida, 2017). O prisma naturalista está fundamentado na relação exclusiva da sociedade com a natureza, pois, esta é um elemento de composição para formação territorial (Haesbaert, 2011; 2007).

Contudo, o autor argumenta sobre a necessidade da compreensão das relações sócio-históricas intrincadas, multifacetadas ocorridas entre os processos sociais e o espaço material que origina o território. De acordo com esta interpretação, o território passa a ser visto compreendido de maneira interconectada, fluída e como movimento, suscitando os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2007).

A desterritorialização é uma das características apontadas como consequência do processo de globalização, na medida em que se alçaria uma cidadania universal e fariam as fronteiras perderem o sentido. Dessa perspectiva, torna-se como pressuposto a deslocalização econômica, a fragilização das fronteiras políticas e o hibridismo cultural para caracterizá-lo (Ortega, 2008).

Neste sentido, Haesbaert (2006) defende que a desterritorialização é um processo de intensa territorialização que ocorre para dar lugar a um processo de multiterritorialidade, em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial. Para que isso ocorra, é necessário reconhecer as capacidades que os territórios têm de se tornarem globais, sem deixar de reconhecer que o territorial e o global são vistos, dialeticamente, como um “império das técnicas e da alta tecnologia” (Benko, 2002, p. 9).

De maneira geral, existem duas formas de entender o território: da maneira mais tradicional ou contemporânea. Da primeira forma, prevalece o significado de território como espaço político, uma área sobre a qual o Estado exerce sua soberania; na segunda maneira, a contemporânea, o território é visto através do recorte do espaço e apresenta associação com seu uso e suas expressões de relação de poder.

1 Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico (TUAN, 2012, p. 19).

Em ambas as formas, predomina-se como o contexto, campo de disputa das relações de poder. Esta é uma concepção assertiva e alinhada com Souza (2012), onde o território pode ser entendido como o espaço cujas suas delimitações acontecem por causa das relações de poder (e a partir delas). Estas são múltiplas e possuem implicações, que vão desde o poder material até o poder simbólico das relações culturais.

Estes conceitos são extrapolados por Dallabrida e Fernández (2008, p.40) que entendem o território através das relações de poder entre os “atores sociais, econômicos e institucionais que atuam neste âmbito espacial (...) sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, culturais ou religiosos”. Para Saquet e Silva (2008), “o território corresponde aos complexos naturais (...) construídos historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural”. Por fim, Pollice (2010) sintetiza o conceito de território considerando também a comunidade e suas ações individuais e coletivas numa porção do espaço geográfico.

Estes autores e Haesbaert (2011) advogam que os objetivos centrais do desenvolvimento territorial são: o desenvolvimento equilibrado da economia destas regiões; a melhora da qualidade de vida; gestão responsável dos recursos naturais; a utilização racional do território; fomentar o nível de democratização e representatividade dos espaços políticos a partir da descentralização espacial do poder e da participação dos atores locais.

Partindo destas reflexões, conclui-se que o território é espaço usado pelas relações, o qual se incorporam o poder e as disputas, portanto, é onde se apresentam as diversas maneiras de agir e pensar das pessoas, incluso àquelas que tem interesses projetados naquele recorte espacial. É fundamental assinalar que, ao abordar as questões territoriais, não se deve ignorar que, apesar do poder de autonomia atribuído à escala territorial, os territórios estão inseridos num mundo globalizado e veloz, as quais as diversas escalas dos processos estão presentes. Por consequência, é no território que as desigualdades estão expressas através de níveis territoriais.

O território é construído e reconstruído através dos conhecimentos derivados dos esforços realizados pelos atores locais resultantes da história compartilhada e da memória coletiva. Assim, as indicações geográficas proporcionam o fortalecimento do turismo interno, gerando renda, e agrega valor às atividades regionais, colaborando com o desenvolvimento regional e atuando na preservação da cultura local, do patrimônio imaterial e na preservação ambiental.

A partir dos exemplos apresentados é possível perceber que as indicações geográficas podem gerar vantagens aos detentores do direito e que o signo distintivo ocasiona

a valorização do produto, bem como, destaca a produção dos territórios aos quais estão vinculados, acarretando benefícios que extrapolam o núcleo produtivo e promove toda a região, impulsionando (ou desenvolvendo) a atividade turística (Juk; Fuck, 2015, Vieira *et al*, 2019, Mendes, 2015).

É importante frisar que o território não deve ser interpretado apenas como um apoio para o desenvolvimento da atividade turística e sim, como uma unidade para seu planejamento e desenvolvimento, sem deixar de considerar as possibilidades de implementação de estratégias e políticas para unir os recursos econômicos, culturais e ambientais. Decorrente deste sentimento de pertença ao território tem-se a noção de identidade territorial.

3.4.1.1. Identidade Territorial

O território funciona como fonte de recursos naturais e sociais, de apropriação política, simbólica, jurídica da natureza e arranjos sociais que se transformam ao longo do tempo. A territorialidade e a identidade se manifestam como elementos-chave para minimização das consequências da globalização.

O entendimento sobre identidade provém dos mais variados campos disciplinares e que se abrem à complexidade. Os arranjos sociais, que fazem parte do território, implicam na representação do indivíduo e dos grupos pertencentes que definem a dimensão social da identidade, a partir dos processos simbólicos que envolvem a distinção, a oposição e as diferenças. Com efeito, a identidade social se define e se afirma na diferença (Montiel, 2021).

Afinal, o que vem a ser identidade? Se a discussão pelo viés do plano individual for deixada de lado e situar-se apenas nos planos dos grupos e das coletividades, a identidade pode ser definida como a percepção coletiva de um ‘nós’ relativamente homogênea e estabilizada no âmbito temporal em oposição a outros, em função do reconhecimento de características que derivam da interiorização seletiva e distintiva de determinados repertórios culturais por parte de atores sociais e das marcas compartilhadas que também funcionam como sinais ou emblemas. Portanto, pode-se considerar que a identidade representa o lado subjetivo da cultura. Embora a definição coletiva da identidade tenha sido explanada, é crucial examinar alguns conceitos que detalham sua construção simbólica.

Fossaert (1983 citado por Montiel, 2021) sugere que a identidade é um construto simbólico integralmente moldado pelo discurso social comum. Isso se dá porque ela resulta

exclusivamente de crenças sociais, historicamente condicionadas e representações. Ao analisar a visão deste autor sobre a identidade simbólica, é possível compreender como os elementos coletivos se traduzem em construções simbólicas individuais, uma vez que o processo envolve 'compreender' e 'ser reconhecido' que surge principalmente pela aceitação do outro. Ter uma identidade específica inclui compreender e aceitar a si mesmo, ao mesmo tempo em que se manifesta e é reconhecido pelos outros. Portanto, a identidade não é apenas um resultado, mas também o centro das representações, como argumenta Remotti (1996), contrastando com a perspectiva antropológica.

Para o autor, a identidade é produto de um ato de corte e censura, buscando simplificar a complexidade. Isso se expressa em atos que simbolicamente delineiam a fronteira entre si e o outro, partindo de si mesmo. Essa dinâmica persiste até que se perca a memória da arbitrariedade desse ato, de seu caráter instrumental e fictício. Em outras palavras, a identidade é sempre definida em termos específicos, não universais, pois a particularidade oferece garantias de consistência, estabilidade e continuidade ao longo do tempo. Assim, a visão de Remotti sobre o corte e a censura contribui para a compreensão da identidade, expandido a discussão iniciada com as definições mais coletivas.

Toda identidade procura fundamentar-se em critérios, marcas e características distintivas, destacando diferenças e acentuando contrastes. Em identidades já estabelecidas, critérios vinculados às origens são cruciais. Além disso, características distintivas estáveis, como linguagem, religião e estilo de vida, podem desempenhar papel significativo, juntamente com outros traços do grupo, como vestimenta, alimentação e penteado.

A realidade de uma identidade é, em grande parte, a realidade de sua representação e reconhecimento. Em outras palavras, a representação tem uma capacidade de conferir realidade e efetividade ao que é representado, desde que cumpridas as condições de legitimidade e autoridade reconhecida para atribuir identidades. Isso permite o estabelecimento da correlação simbólica de forças, juntamente com as condições materiais que a sustentam.

Abrindo um novo capítulo na compreensão das identidades sociais, Bourdieu (2007) oferece uma visão em que a compreensão da realidade das identidades sociais é aprimorada substituindo a falsa alternativa entre objetivismo e subjetivismo pela distinção entre identidades estabelecidas ou instituídas, que funcionam como estruturas já consolidadas do passado, resultantes de lutas simbólicas pela identidade, e a relação prática com essas estruturas no presente, incluindo a intenção de modificá-las, explorá-las para benefício pessoal ou substituí-las por novas formas de identidade.

Mantendo a reflexão sobre as múltiplas facetas das identidades, a pesquisa direciona seu foco para a identidade territorial, um elemento que se entrelaça com as complexidades das identidades sociais, onde os traços característicos e específicos desempenham um papel fundamental e que se revela como um conjunto de componentes diferenciadores que contribuem para a singularidade de uma população (Dallabrida, 2017). As características, que são mutáveis e perceptíveis de forma particular a cada um, podem se referir tanto aos aspectos sociais, naturais e culturais e conferem uma singularidade ao território: o saber-fazer, as tradições, crenças, e demais componentes do patrimônio identitário.

Portanto, pode-se afirmar que a identidade está implícita nos contextos de cada território, construída e fortalecida através dos anos pelos fundadores das suas comunidades, fortalecendo a autenticidade de seu povo, a qual representa como principal fator diferenciador das comunidades globais. Assim, se faz necessário salvaguardar estes valores que identificam uma comunidade, desta maneira a identidade é bem caracterizada em um território, sobretudo, o território rural se torna um fator de desenvolvimento interno e se converte em uma marca distintiva do território (Pérez, 2010).

Sendo assim, é possível concluir que identidade territorial direciona os processos de territorialização e é regido pela territorialidade (Dallabrida, 2016). Sucintamente, Saquet (2003) advoga que a territorialidade diz respeito a ações diárias dos atores do território e as relações sociais que ocorrem em seu entorno. Para entender como a territorialidade baliza as identidades territoriais, é preciso refletir sobre multidimensionalidade do território e vê-lo sob uma perspectiva integrada. Trata-se de um elemento distintivo de um segmento populacional, cujas características estão ligadas à cultura, às relações sociais e ao patrimônio ambiental do território e por isso, refere-se tanto às dimensões sociais, naturais e às tradições.

3.4.2 Acepções teóricas sobre o desenvolvimento e o ordenamento territorial

Nas últimas décadas, o conceito de território vem ultrapassando os limites fronteiriços do pensamento geográfico para adquirir uma relevância cada vez maior em outros campos das Ciências Sociais. O conceito de território faz parte do corpo teórico da Geografia, seja como parte da Geografia Física, da Teoria da Análise Regional ou da Geografia Crítica. Desde sua origem, seu pensamento crítico não está caracterizado pela unidade, mas sim pela sua diversidade de pensamentos e interpretações (Maurel; Alba, 1995).

Compreender este conceito ajuda a interpretar e compreender as relações sociais vinculadas à dimensão espacial, suas práticas sociais e os sentidos simbólicos que o ser humano desenvolve na sociedade em sua íntima relação com a natureza; algumas das quais mudam rapidamente, mas outras permanecem aderidos no tempo e no espaço e adquirem um sentido de complexidade que as tornam indescritíveis quanto o conceito não é suficientemente flexível para captar a realidade social que se transforma pelos mais diversos motivos (avanços na economia, produção, cultura, política etc.) e faz emergir novos paradigmas interpretativos. Estes processos influenciarão o significado dos conteúdos conceituais construídos socialmente.

A importância do enfoque territorial está associada à crise capitalista das décadas de 1970 a 1980, numa contradição ao processo de globalização. Para Benko (2002) este processo implicaria numa desterritorialização global, com a supressão das fronteiras nacionais e a redução do que ele chamou de papel intervencionista do Estado.

Piore e Sabel (1981) concluíram que esta linha de pensamento começou a ocorrer devido à desaceleração econômica no Pós-Segunda Guerra Mundial, que desmoronou a produção em massa. Para eles, essa crise só seria superada por meio de empresas menores, produtoras de bens diversificados, que desenvolveriam um modo de produção conhecido como especialização flexível, por meio da adoção de novas tecnologias.

Em outras palavras, estes autores avaliaram que o modo de produção fordista estava sendo substituído por um regime baseado na especialização flexível, uma nova forma de produção que facilitaria o surgimento de distritos industriais organizados com base em redes de pequenas e médias empresas, onde ocorreriam a aglomeração produtiva (Ortega, 2006). Essa nova forma de organização da produção seria, portanto, o resultado de uma série de fatores, dentre os quais deve ser destacada a valorização dos recursos locais.

O desenvolvimento com enfoque territorial deu origem a diversas correntes de pensamento, sobre as quais se destaca a de tradição alemã, em que seus estudos tentavam responder sobre o aparecimento de atividades manufatureiras nas concentrações urbanas e pressupunha que os territórios são homogêneos e considera que todas as cidades podem ser igualmente prósperas se agissem da mesma forma (Benko, 2002).

Outra corrente de pensamento que surgiu, é derivada do pensamento *marshalliano* e baseia a sua análise pelo uso da noção de *clusters* e entornos competitivos (Becattini, 2002). Para o economista britânico, a aglomeração de empresas em um determinado espaço contribuiria para a redução dos custos de produção e elevaria a competitividade deste território.

O desenvolvimento de algumas áreas industriais ganhou destaque por suas condições endógenas, como é o caso da Terceira Itália, que viabilizou o surgimento de territórios por causa das circunstâncias interiores encontradas ali, principalmente, por causa de seu elevado capital social (Ortega, 2002). Neste sentido, Putnam (2000) aponta que é o capital social, o fator que explica o motivo pelo qual a mesma política pública aplicada em territórios semelhantes, apresenta resultados diferentes. Este autor define como capital social, as características de organizações sociais que facilitam as ações desenvolvidas para facilitar a eficiência da sociedade.

À vista disso, a capacidade organizativa da sociedade e a identificação de uma cultura cooperativa dentro da comunidade são as bases para o desenvolvimento territorial que se centram no aproveitamento de recursos humanos e determina seu grau de desenvolvimento, desde que os sujeitos que residam ali estejam envolvidos em redes relacionais mais ou menos difundidas e que as relações territoriais estejam articuladas de maneira orgânica (Trigilia, 2001).

Apesar disso, não se deve pensar que um elevado capital social conduzirá ao desenvolvimento territorial. Ortega (2008) esclarece que o elevado capital social pode atuar de maneira negativa no território e contribuir para a manutenção de uma situação de baixo desenvolvimento socioeconômico. Em virtude disso, é preciso que o capital social acumulado seja direcionado para promover o desenvolvimento de uma forma menos concentradora de renda.

Fomentar uma cultura de maior organização social pode criar situações mais propícias ao desenvolvimento que incluam ações de inclusão econômica e social. Nesta perspectiva, observa-se que os arranjos produtivos locais se transformam em um espaço de combinação de forças capaz de viabilizar um pacto territorial pelo desenvolvimento.

Cassiolato e Lastres (2003) definem os arranjos produtivos locais como uniões territoriais dos agentes sociais, políticos e econômicos que focam em um conjunto de atividades econômicas vinculadas, ainda que embrionárias. À medida que esses arranjos ganham maior institucionalidade resultam em maior interação, cooperação e aprendizagem com potencial de incrementar a capacidade inovativa, endógena, a competitividade e o desenvolvimento do território, dando lugar aos sistemas produtivos locais.

Na base do desenvolvimento territorial está a identificação de uma cultura no território centrada na perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível territorial, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, cujo objetivo é criar uma trajetória de desenvolvimento. Esse foco nas

capacidades e recursos existentes em nível territorial remete-nos aos desafios que enfrentam os territórios na realidade latino-americana e converge para a importância do meio rural, da sua população e das suas atividades na dinâmica de muitas localidades.

Portanto, nesta discussão há o fortalecimento do debate sobre o desenvolvimento rural, principalmente no seu aspecto de flexibilidade e sustentabilidade, expresso na sua capacidade de organizar estratégias de sobrevivência apoiadas não só na inserção dos mercados de produtos agrícolas (na medida em que estes lhe são acessíveis), mas também em outros mercados de produtos e serviços, além do mercado de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas (Ortega, 2008).

O desenvolvimento territorial, sobretudo, dos territórios deprimidos, como os territórios rurais, permite discutir novas formas de relacionamento mútuo e fomento de uma identidade territorial centrada na construção de caminhos alternativos; uma forma de reação que acomoda iniciativas para geração de emprego e renda fora dos circuitos apoiados no modelo fordista. Nesta perspectiva, as políticas públicas assumem o papel de instrumento de fortalecimento a partir de uma base local tendo um pacto territorial mediado por seus atores chave.

O desenvolvimento territorial contemporâneo emerge como um paradigma que ressalta a autonomia progressiva dos territórios na orquestração de atividades que transcendem os domínios econômicos, sociais e culturais. Nesse contexto, a interação entre diversos segmentos sociais, tais como entidades representativas da sociedade civil, poderes municipais, estaduais, federais, cooperativas e associações, confere aos territórios uma posição de protagonismo (Benko, 2002). Essa evolução é impulsionada pelo fundamento essencial de que o desenvolvimento se traduz no aumento da capacidade individual de fazer escolhas, transformando o território em um *locus* de projeção e autodeterminação. Esta nova dinâmica de relação entre atores locais e o Estado, fundamentada na organização local e na construção de pactos de coesão social, rompe com a lógica simplista de transferência de recursos, integrando de forma holística as características e identidades intrínsecas a cada localidade.

O desenvolvimento territorial, contrapondo-se ao desenvolvimento setorial, destaca-se por sua abrangência e multidimensionalidade. O processo de especificação de ativos surge como um diferencial, rompendo com o paradigma de concorrência fundamentado na produção padronizada. A dinâmica do desenvolvimento territorial visa desvendar recursos inéditos, representando uma inovação na forma como as comunidades exploram e valorizam seus potenciais (Piedracueva, 2013).

A metamorfose de recursos em ativos específicos, entrelaçada à história, memória social e ao processo coletivo e cognitivo de aprendizagem, torna-se característica essencial de um território específico (Benko, Pecqueur, 2001). O ápice desse processo manifesta-se na geração de uma renda de qualidade territorial, onde o próprio território assume o papel de produto comercializável. Nessa perspectiva, a articulação de ações mercantis e não-mercantis por diversos atores locais, tanto públicos quanto privados, revela-se como um componente fundamental para a criação de uma oferta harmoniosa e coesa de atributos territoriais (Pecqueur, 2001).

3.4.2.1 Ordenamento Territorial

O ordenamento territorial é definido por Rios (1957) como a técnica de valorização e desenvolvimento do homem no quadro de unidades territoriais ou políticas mais ou menos vastas. Ou seja, esta organização ultrapassa os objetivos econômicos de um planejamento e tem como modelo a ideia de ordenar uma área geográfica e o valor das populações. Para Gross (1998), o ordenamento pode ser entendido como a ação e o efeito de colocar as coisas no lugar que se considera adequado. Trata-se de uma procura empenhada pela interação dos componentes do território.

A palavra ordenamento deriva da palavra ordem. No campo das relações sociais, carrega consigo o significado de um arranjo espacial que vai convergir para uma finalidade predeterminada (ou que se pretende como ordem) e o faz através de uma orientação para evitar uma desordem. Logo, considera-se uma sociedade territorialmente ordenada quando suas relações se organizam de tal forma que levam ao arranjo do território para uma finalidade determinada (Moreira, 2002).

O ordenamento territorial pode ser examinado sob o aspecto da ideia que se tem de ordem como procedimento ideal, que se adequa à vida humana, visando proporcionar qualidade de vida; ou pela perspectiva das ações relacionadas à sua localização espacial. Por isso, os processos que não estiverem submetidos à lógica capitalista e da informação tendem a desaparecer ou se tornarem subordinados. Corroborando com esta perspectiva, Harvey (1996) declara que o poder de ordenamento do espaço é resultante do complexo de forças mobilizadas pelos mais variados agentes sociais, num processo conflituoso, nas mais variadas densidades sociais.

A organização territorial surgiu pela exigência imposta ao Poder Público de assumir responsabilidades maiores na distribuição dos estabelecimentos comerciais e da

população, no que se refere à ocupação do espaço por conta da aceleração do deslocamento das forças e processos produtivos (Soares, 2009). Em outras palavras, o ordenamento territorial surge como uma ferramenta de intervenção por meio de um plano previamente elaborado e coordenado para conter as contradições e desperdícios ocasionados pelas decisões bruscas e rápidas que caracterizam a época contemporânea e o mundo globalizado, por isso, a organização das coisas, como citado por Milton Santos (2006), passa a ser um dado fundamental.

Sanchez e Silva (1995) entendem que o ordenamento territorial é o processo de planejamento que busca resolver distorções ou conflitos nas relações entre os atributos socioeconômicos e naturais através de estratégias. O processo objetiva distribuir espacialmente os atributos através do território. Trata-se de analisar as principais características do ambiente natural, das inúmeras relações desses atributos como as diferentes intervenções antrópicas, com o objetivo de determinar o melhor aproveitamento de seus recursos.

Por fim, Silva (2006) define que o ordenamento territorial é uma forma de uso do território que contempla a organização dos objetos sociais, naturais e culturais estabelecidos. É também reflexo da sua significação funcional e simbólico – capitalista que resulta no avanço do processo de padronização, causada pela globalização e de fragmentação do espaço geográfico, em arranjos de objetos e ações articulados em rede. O ordenamento anuncia à sociedade capitalista as significações particulares para uso do território. Dessa maneira, o ordenamento territorial pressupõe o território usado (Santos, 1994), “uma dimensão mutável em que se revela não apenas o território de determinado grupo social, mas o embate entre territorialidades conflitantes” (Silva, 2006, p. 298).

Considerando que o ordenamento é a administração da base contraditória do território expressada por um conjunto de regras e normas do arranjo espacial e da coabitação. Moreira (2006) explica que o ordenamento é a forma como o território se autorregula a fim de manter seu funcionamento social, segundo a sua realidade e decorre da estrutura de conflitos e tensões espaciais e clarifica que a coabitação é o conteúdo necessários para convivência espacial dos homens. Essa configuração afirma-se a partir da distribuição espacial das localizações conforme as práticas do sujeito no território

A regulação é a indicação do controle da coabitação através da regra e da norma. Para Moreira (2006), a regra diz o que deve ser feito ou não e qualifica os valores conforme a distribuição e a movimentação no espaço; tem um caráter punitivista ao agir pela sanção e normatiza e age pela sanção. Para Santos (2006), as normas são instrumentos de regulação e

controle que correspondem a todos os atores que atuam no território, constituindo um sistema. A norma diz o que deve ser, reafirmando o que diz a regra, entretanto, age pelo discurso e busca legitimar, naturalizar e normatizar. No que se refere ao ordenamento, o autor ao estudar o meio técnico – científico – informacional traz a necessidade de utilização de objetos, regras de ação e comportamentos que estejam sujeitas aos domínios da ação instrumental das normas que se impõem na regulação da economia e do território.

O ordenamento territorial, enquanto instrumento de regulação, é necessário para organização da sociedade, mas seus problemas surgem a partir dos desdobramentos das bases contraditórias já mencionadas, pois uma vez que a sociedade que compõe o território se estrutura como sociedade de conflito ou cooperação haverá uma necessidade de regulação das tensões espaciais. Assim, a finalidade do ordenamento territorial é o controle regulatório que consiga conter os efeitos destas tensões para que a sociedade se mantenha funcionando nos parâmetros aos quais foi ordenada (Moreira, 2002).

As transformações e conflitos relativos ao ordenamento territorial revela um movimento de contradição do modelo de reprodução do capital e conduz ao pensamento de desordenamento, pois envolve múltiplas instâncias da sociedade, a conta das representações materiais e imateriais que se projetam sobre o território (Silva, 2011).

A análise do território e seu ordenamento mostra diversas informações vinculadas ao seu conteúdo técnico e político e reúne as práticas sociais nos períodos históricos. Outro dado que pode ser considerado é a fluidez do território e como as transformações e imposições das forças capitalistas apresentam uma densidade técnica e informacional, inserindo-o num sistema de ações representativas do capital, provocando conflitos de territorialidade, uma vez que o espaço vivido é atravessado e desterritorializado por redes globais civilizatórias. Nos espaços rurais, o ordenamento exige como categoria de análise o território usado, dado que seus conflitos estão localizados nos planos dos fixos e fluxos (Santos, 2006) e dos significados funcionais e simbólicos dos objetos e ações.

3.4.3 A Cesta de Bens e Serviços Territoriais: o território como produto comercializável

Relacionados à identidade e o desenvolvimento territorial tem-se o processo de especificidade territorial resultando em uma oferta de atividades e serviços com bases nos fatores territoriais. Esses fatores se distinguem em ativos e recursos territoriais e segundo sua natureza, podem ser genéricos ou específicos (Pecqueur, 2005).

Os fatores genéricos são fatores considerados tradicionais, discriminados por preços e que são objetos de um cálculo de otimização. Os fatores específicos são formados pela totalidade dos aspectos cujo seu valor ou sua produção está ligada a um uso particular (Benko, Pecqueur, 2001).

Estes autores consideram os ativos territoriais como fatores em atividade e podem se tornar um diferencial para o território, por possuir singularidade. Por esta razão, se tornam únicos e difíceis de copiar. Para além disso, os ativos podem ser usados de diversas formas, ao mesmo momento, o que lhe confere uma característica de não rivalidade entre seus ativos (Pesente, 2013). Ativos genéricos se definem pelo seu valor de troca e por isso, não dependem de qualquer processo produtivo e são totalmente transferíveis, enquanto os ativos específicos possuem valor atribuído em razão das condições de sua utilização. Não é totalmente transferível e implica em um alto custo, que pode ser irrecuperável.

O desafio das estratégias de desenvolvimento territorial abarca a apropriação das condições que podem gerar esses fatores e examinar o que se constitui como o potencial identificável de um território. Essas condições não podem ser definidas de maneira empírica, uma vez que dependem do contexto no qual se está inserido o processo de tomada de decisões de onde nascem os recursos específicos.

Os recursos territoriais são os fatores não utilizados plenamente ou que podem vir a ser explorados, podem ser considerados como uma reserva com potencial para se tornar um ativo se encontrarem as condições adequadas para serem desenvolvidas (Pecqueur, 2001). Esta categoria conceitual deriva do conceito de capital territorial, entendido por Barroso e Romero (2009) como os recursos econômicos tradicionais genéricos vinculados ao território que podem ser convertidos em recursos específicos através dos atores locais que possuem a capacidade de valorizar e ativar estes recursos. Para Kebir (2004) o recurso é a relação dos sistemas de objeto (saber-fazer, matéria-prima entre outros) com o sistema de normas de um bem ou serviço. Quando se trata dos recursos imateriais o recurso servirá apenas de suporte para sua transformação em um ativo, uma vez que está conectado a um sistema único.

Os recursos genéricos recobrem a um conjunto de fatores tradicionais que ainda não foram revelados e por isso não podem ser medidos por um preço e só passam a ter valor quando ativados por meio do mercado. Os recursos específicos só existem no estado virtual e não podem ser transferidos. Nascem de processos interativos e se constituem como a expressão do processo intelectual e da produção de novos conhecimentos.

Trata-se do único fator que pode criar uma diferenciação durável e que não fica vulnerável pela mobilidade dos fatores, pois, só existem com as condições que levaram à sua

geração. Os recursos específicos só aparecem quando há combinações de estratégias de atores para resolver um problema novo. É um fator decorrente do acúmulo de memórias, de uma história ou de aprendizagem coletiva. Em razão disso, não são mensuráveis e por conseguinte, não podem ser precificados. Entretanto, a sua natureza não mercantil é complementar ao mercado (Pecqueur, 2005).

A produção destes recursos é a consequência das normas, costumes, tradições e de uma cultura concebida a partir da reciprocidade e do sentimento de pertencimento ao território. É importante destacar esse processo de construção territorial repercute a aprendizagem coletiva de seus atores e leva à constituição de normas tácitas (normas que seguimos de maneira intuitiva) que têm a função de organizar a informação, bem como orientar os comportamentos para oferecer um espaço de ação (Benko; Pecqueur, 2001).

Os recursos específicos estão ancorados no território e aliados à qualidade, sua história e seu saber evidenciam a existência de uma renda de qualidade territorial (Mollard, 2000). O desafio apontado por Pecqueur (2001) está em se apropriar e transformar, através do processo de especificação, os recursos específicos em ativos territoriais. São os recursos que precisam de maior atenção, pois, nestes fatores estão as inúmeras possibilidades de ofertas de bens e serviço ancorados no território. A transformação de um recurso genérico para a condição de ativo específico pode ocorrer a partir da transformação dos recursos em ativos genéricos e do ativo genérico para ativo específico.

No quadro 08 a seguir, as diferenças entre os recursos genéricos e específicos, definidos pelo autor podem ser visualizadas.

Quadro 08 - Comparativo sobre recursos genéricos e específicos

Ativos genéricos	Ativos específicos
Fatores de localização não utilizados, discriminados por preço e custo de transporte. Pode ser ativado em qualquer território. Seu valor não depende de sua participação em qualquer processo produtivo	Possui valor atribuído em função de sua utilização. Não é totalmente transferível e tem valor de troca
Recursos genéricos	Recursos específicos
Definem-se pelo valor de troca estabelecido pelo mercado e tem a oferta e a demanda como determinantes do preço. Não depende da dinâmica local de produção.	Resulta das condições de uso. Está atrelado à dinâmica local da produção. Seus bens são intransferíveis e tem sua origem através da interação dos processos ocorridos no território.

Fonte: elaborado pela autora com base em Pecqueur, 2001.

A valorização dos recursos específicos representa o eixo norteador das ações voltadas para o desenvolvimento territorial rural. Para que isso aconteça é importante iniciar e manter o processo de especificação dos produtos ou serviços territoriais a partir das ações entre os atores sociais (Cazella et al, 2019). Campagne e Pecqueur (2014) afirmaram que essa abordagem se adequa melhor e traz mais resultados efetivos quando aplicado em territórios rurais desfavorecidos.

O processo de especificação territorial está bem evidenciado na França, país que desenvolve boa parte das pesquisas sobre o tema. Em relação ao Brasil, as primeiras pesquisas estão centralizadas na Região Sul, especificamente, em Santa Catarina.

O que acontece nos territórios é o surgimento de novas formas de governança que deflagra a identificação e ativação de recursos específicos e cria condições para o desenvolvimento de uma cesta de produtos e serviços territoriais que prioriza os circuitos inferiores e estimula o conhecimento da qualidade dos produtos e serviços específicos (Cazella et al, 2016; Santos, 2008).

Contudo, a construção de uma oferta composta pelos atores locais depende da percepção dos consumidores sobre os bens ou produtos ofertados que vão gerar a demanda. Para Lancaster (1991 apud Araújo, 2010) o bem em si não tem utilidade para o consumidor, mas possuirão características que determinarão a utilidade do bem, que de forma geral, pode apresentar mais de uma característica a ser compartilhada por mais de um bem. Esses bens, quando combinados entre si, podem ter características diferentes das mercadorias consideradas separadamente. Estas afirmações do autor lastreiam a cesta de produtos e serviços territoriais (CPST) e permite compreender que os bens podem ter diversas características que, somadas, apresentarão possibilidades de desenvolvimento territorial.

Assim, a CPST é a expressão de uma oferta específica, composta e territorial onde cada bem ou serviço pode ser vendido de forma conjunta com outros bens/serviços do mesmo território (Pecqueur, 2001). Em outras palavras, é possível notar a derivação da compra do produto principal para outros produtos decorrentes da produção local além de determinar a sua utilidade sobre os produtos ofertados (a cesta).

A cesta de bens não é um pacote turístico, nem o produto de qualidade regionalizado, como a própria indicação geográfica, embora use elementos de ambos os modelos. Seu diferencial está no fato do consumidor adquirir um bem ou serviço no contexto que vive a experiência. Para entender a cesta melhor, pode-se observar o fluxo turístico de

Gramado/RS: um turista pode ir até este destino para desfrutar dos vinhos ofertados lá, mas também pode comprar chocolates, fazer outros tipos de visitas, conhecer um pouco da cultura gaúcha, aumentando o interesse de compra.

Mollard, Pecqueur e Lacroix (1998) demonstraram a aplicação da CPST na França, onde a procura pelo azeite de Nyons, produto de qualidade reconhecida, ampliava o interesse de compra de outros produtos locais como o vinho, óleos essenciais entre outros e pelos serviços turísticos. O efeito prático desta compra vinculada implica em uma maior disposição do turista em gastar mais e pode ser estendido ao consumo de produtos ou serviços em diferentes mercados que estão localizados no mesmo território. Trata-se de um fenômeno simbiótico onde o produto percebido pelo turista como ‘produto líder’ atrai consumidores que também valorizam a qualidade dos demais produtos, reforçando a imagem geral de qualidade do território.

As externalidades territoriais desempenham um papel de atributo para uma cesta de bens porque não contribuem particularmente para a incerteza do consumidor, mas permitem que os diversos bens ou serviços sejam integrados na mesma percepção. Entretanto, servem de suporte à associação de produtos em um mesmo serviço composto, uma vez que o consumo pode estar relacionado a bens privados, mas também pode estar relacionado ao usufruto de amenidades ambientais e sociais. Assim, estes produtos ou serviços passam a internalizar, por meio de seus produtores, as externalidades positivas (combinações específicas do território em questão).

A complementaridade dos produtos/serviços oferecidos leva a uma interdependência entre os produtos que se organizam de maneira associada. De fato, a renda criada pela valorização do efeito da oferta composta será recuperada não só pelos produtores do produto líder, mas por todos os atores que contribuíram para sua criação envolvendo uma coordenação particular dos atores locais (Lacroix, Mollard, Pecqueur, 2000).

Face ao exposto, uma combinação concreta entre o turismo e o produto/serviço territorial é observada, onde o consumidor pode comprar toda ou parte da cesta de bens sem que isso altere sua estrutura, integrando o efeito da renda de qualidade territorial. Este modelo de análise lança luz sobre a qualidade do produto por meio da ancoragem territorial e mostra que é possível valorizar a qualidade dos produtos territoriais aliados à imagem do território de origem e se relacionar com os produtores locais num contexto de interdependência.

3.4.4 Patrimônio Territorial

Aos conceitos de território, territorialidade e identidade territorial tratados até aqui, se adiciona o patrimônio territorial, fruto da relação de duas realidades geográficas: Patrimônio e Território, onde o segundo é considerado como recurso cultural e econômico. Este reconhecimento é um fator imprescindível para sua transformação em recurso cultural e para sua valorização como recurso econômico (Capdepón, 2011).

O conceito de patrimônio territorial ganha visibilidade a partir da discussão sobre as teorias do desenvolvimento territorial e traz uma nova visão sobre o patrimônio, o capital territorial e o recurso territorial. Trata-se de um termo recente no contexto geográfico e ganha destaque a partir dos estudos territoriais franceses e nas pesquisas sobre ordenamento territorial italiano (Magnaghi, 2010), tornando-se o ponto de equilíbrio entre a sociedade, o meio, a técnica e a expressão central de região discutida por Paul Vidal de La Blache.

A abordagem lablachiana inscrita na relação entre sociedade e território no entrelaçamento de oportunidades oferecidos pelos territórios encontrou assonância na Teoria da habilitação desenvolvida por Nusbaum em 1933 e na superação de um horizonte puramente econômico para avaliação de estratégias bem-sucedidas. A inserção do patrimônio territorial leva a um afastamento de um modelo de desenvolvimento econômico que tem utilizado diversos recursos territoriais, entre eles o turístico, para produzir novas formas de pobreza e degradação ambiental para reconstruir as relações de proximidade que estão desgastadas na atualidade.

O termo patrimônio deriva do latim e está ligada às estruturas familiares enraizadas no espaço e no tempo que se transformou num conceito polissêmico muito rico (Choay, 2005). Poli (2015) afirma que durante muito tempo, o patrimônio foi remetido à proteção de antiguidades clássicas, um interesse específico para pesquisadores ao longo dos anos. Após a Segunda Guerra, observando-se a necessidade de proteger as antiguidades a França criou em 1964, a lei Malraux – Chastel que estendeu a noção de patrimônio às áreas urbanas (Brito, 2018).

Para Valcárcel (1999), o patrimônio territorial é parte do grupo dos recursos culturais e naturais herdados, em um dado espaço geográfico, que tenha um alto nível de reconhecimento e aceitação social. Para Dallabrida (2017, p. 152) o patrimônio territorial é percebido como “o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados de um determinado território”.

Tendo em vista a extensão conceitual sobre patrimônio é preciso notar que ele é concebido como pertencente a dois mundos distintos: de um lado a natureza; de outro, a cultura. Essa concepção de patrimônio produziu um entendimento de que a conservação devesse estar separada da transformação e inovação cultural.

Vetor fundamental de conhecimento e memória (Ricouer, 2000), o patrimônio é um ativador de consciência local através da construção constante da memória coletiva. Esta é feita de trocas sociais e é móvel porque se adapta à situação de sua transmissão (Poli, 2015). O patrimônio se constitui para construir uma referência e sua dimensão física alimenta a produção da memória coletiva e por isso, é facilmente reconhecível. Quando o objeto se revela socialmente, ele entra na memória coletiva e adquire valor patrimonial. Aciona-se, então, o processo de patrimonialização que traz à tona alguns elementos do passado indistinto, conota-os como dotados de características peculiares a serem transmitidas como herança social às gerações futuras.

É o produto visível de um complexo processo de capitalização coletiva, que reconhece certos elementos do presente e do passado indistinto, conota-os como possuindo características peculiares a serem repassadas como patrimônio para gerações futuras. Magnaghi (2015) e Davallon (2006) defendem que esta capitalização dialoga, de maneira dialética com a história e se inclui na dinâmica cultural da sociedade atual. Nestes termos, o ativo territorial é o que será transmitido do passado para encontrar valor no presente (Lazarrotti, 2003). Assim, o território se torna o resultado constante de avaliações sobre o que será capitalizado e o que será excluído dele.

O patrimônio é um conjunto de atributos, representações e práticas fixadas sobre um objeto não contemporâneo, cuja importância presente é intrínseca – uma vez que esse objeto representa uma história legítima dos objetos da sociedade – e extrínseca, pois este objeto esconde valores que sustentam uma memória coletiva, o que exige que seja preservado e transmitido (Lazarrotti, 2003). Desta forma, o patrimônio não é dado, mas construído.

Esta visão do autor sobre patrimônio construído dialoga com o que Pecqueur (2015) aponta sobre território dado e território construído. Enquanto o território dado é considerado pelo autor como uma porção do espaço, o território construído é o resultado de um processo de construção pelos atores, por isso, ele não existe em todo lugar.

Em vista disso, a identificação de um território como patrimônio procede tanto de uma operação intelectual, mental e social que implica a sua valorização. É o vetor que auxilia na reconstrução dos vínculos entre os sujeitos de diferentes origens sociais, culturais e econômicas com o objetivo de reconstruir a complexidade do viver. Sonaglio, Zamberlan e

Busón (2020) sustentam que este processo é uma estratégia para o desenvolvimento territorial, onde as questões socioculturais se tornam relevantes e por isso, reforça o senso de coletividade e concede aos territórios uma simbologia que ao mesmo tempo, procura preservar (ou formar) uma identidade local, enquanto agrega valor econômico.

Com a entrada nas ciências territoriais, o patrimônio assume uma conotação geográfica, que chama a atenção não apenas para os elementos específicos (igrejas, centros, edifícios, lavabos, árvores etc.), mas para o todo territorial lido de forma unitária, forma como uma coevolução entre natureza e cultura. O território passa da esfera do planejamento de um puro suporte sem qualquer outro valor onde alocar atividades vinculadas aos seus personagens, a patrimônios territoriais com valores próprios, construídos e acumulados ao longo da história.

A fase contemporânea vê o patrimônio territorial inserido nos processos de reconhecimento social da patrimonialização, cada vez mais em risco. A concepção patrimonialista do território introduziu, na área do ordenamento do território, uma forte inovação na construção do processo que se assenta numa importante e densa fase analítica de reconhecimento dos valores patrimoniais, que reconstruiu ligações com a geografia regional lablachiana (Ribeiro, 2010).

O patrimônio assume, na sua definição territorial, a presença de vários segmentos advindos das fases anteriores de territorialização que transformaram a natureza em território: sedimentos materiais, ligados às morfologias, à fisicalidade dos lugares, às paisagens; sedimentos socioeconômicos, vinculados aos recursos que podem ser ativados nos processos de desenvolvimento, ao conhecimento contextual, ao saber-fazer; sedimentos culturais e identitários, ligados à memória coletiva, valores simbólicos, características de pertencimento (Magnaghi, 2010). Nesse sentido é possível falar de uma ‘racionalidade patrimonial’ que requer categorias analíticas específicas de reconhecimento já aplicadas na identificação e descrição dos invariantes estruturais definidos como regras de construção, manutenção e gestão do patrimônio territorial.

Hoje o objeto patrimonial, fruto ou não de um processo consciente de patrimonialização, assume cada vez mais uma eminente dimensão econômica, o que o leva a confundir-se diretamente com o objeto de valor econômico. Os ativos de uma região ou de um país entraram de fato na economia de mercado, também graças ao processo de requalificação urbana. Assim, edifícios, lugares, paisagens patrimoniais tornaram-se “agentes muito atrativos de valor acrescentado para os promotores imobiliários” (Di Méo, 2007).

Landel e Senil (2009) destacaram os dois principais conceitos relativos à valorização do patrimônio. Por um lado, a produtivista voltada para o desenvolvimento econômico por meio da conexão com as economias globais, com atividades voltadas sobretudo às vendas. Por outro lado, a valorização patrimonial em que a economia incorpora o valor existencial do patrimônio territorial como um recurso duradouro, complexo e vivo, inserindo-se em uma rede identitária de atores locais capazes de colocar em jogo ações voltadas ao reconhecimento social o recurso mobilizado.

Surge um modo alternativo de desenvolvimento territorial ao orientado para a produtividade competitiva e inovação exógena, que visa redefinir horizontes comuns de vida, criar redes e âncoras simbólicas no espaço local, cada vez mais procurado num período de incerteza identitária. Economias ecológicas, economias civis e economias de responsabilidade, bem viver em oposição a viver melhor, economias solidárias e de proximidade em vez de extrativistas estão se movendo nessa direção (Poli, 2015).

O patrimônio territorial deixa de ser visto como um fator limitante ao desdobramento da liberdade de empreendimento, mas representa uma oportunidade para definir estratégias que a partir da interpretação de suas regras de reprodução tragam riqueza duradoura para a comunidade estabelecida.

Ainda segundo Poli (2015), as comunidades locais desempenham um papel central na descoberta de elementos patrimoniais e encontram auxílio em ferramentas de representação orientadas para a participação ativa como mapas comunitários através dos quais grupos sociais podem construir narrativas patrimoniais de seu próprio contexto de vida e sobre elas definir novos horizontes de sentido capazes de destacar os ativos revelados.

Patrimônio e recurso territorial estão, na prática, intimamente ligados até o ponto em que o patrimônio territorial é revelado e mobilizado nos processos de valorização, mas para compreender bem as dependências um do outro é preciso destacar a fronteira que os separa. Augustin Berque (1990) utiliza o conceito de prêmio para explicar o evento de revelação que ocorre com a patrimonialização e a consequente passagem da mobilização.

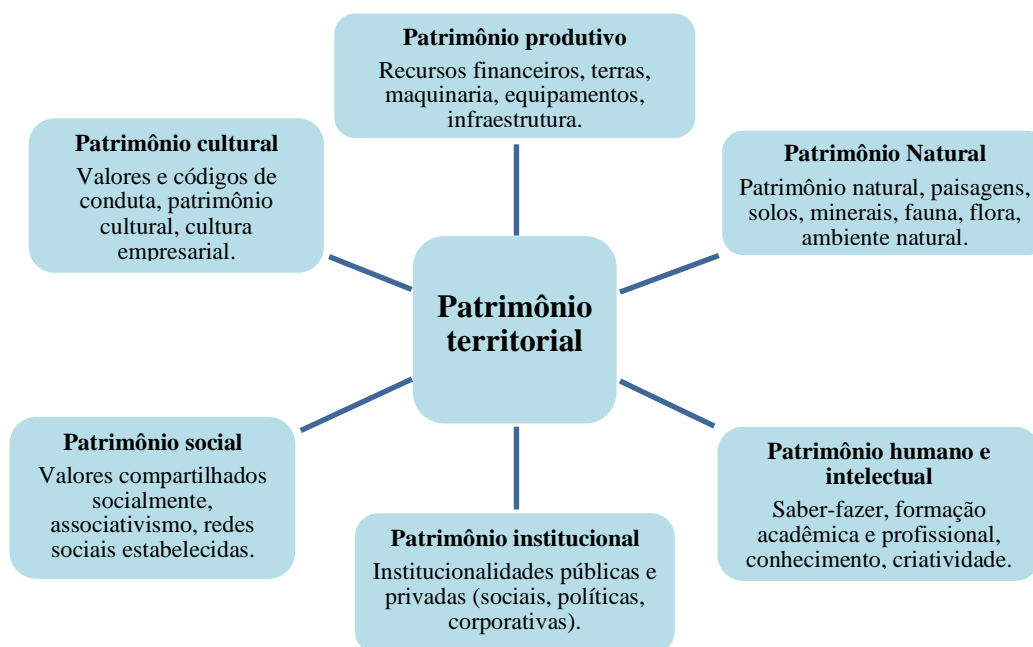
O prêmio representa a âncora territorial que oferece oportunidades de interpretação pela sociedade local para potenciais usos futuros. As saídas tornam-se potencialidades evidentes apenas se o processo de capitalização for ativado dentro de um contexto local que as torne reconhecidas.

Essa posição esvazia o campo de conceitos deterministas como vocacionalidade que atribuem interpretações e propósitos sociais aos lugares. Quando os “holds” são reconhecidos em um determinado período histórico, o patrimônio territorial não só se revela,

mas se torna um potencial para sua valorização e, portanto, um recurso territorial, útil também para ativar os processos de inovação ou retroinovação (Poli, 2015).

Os componentes do patrimônio territorial se diferenciam e caracterizam as qualidades do território e estão representados na figura 09 a seguir.

Figura 09 - Componentes do patrimônio territorial



Fonte: Elaborado com base em DALLABRIDA, 2017.

O patrimônio produtivo está composto pelo capital circulante, infraestrutura, equipamentos e todo o sistema produtivo patrimonializado. A eficácia do seu funcionamento está condicionada ao grau de coesão sociocultural e, sobretudo, ao nível de consciência presente entre os atores locais marcados por um sistema de valores e por instituições que representam seus interesses e regulam seu cotidiano (Sforzi, 1999).

O patrimônio cultural, conforme Calvo e Sancho (2001), se constitui como um fator limitante do desenvolvimento territorial, devido ao uso ineficiente dos recursos naturais, a saber: fauna, flora, recursos minerais, solos etc. O patrimônio humano também possui estreita associação com o Patrimônio territorial e está constituído pelas pessoas, seus potenciais criativos, profissionais, conhecimentos e pelo saber-fazer utilizados como um bem para dinamizar a economia e contribuir para o desenvolvimento territorial.

Relacionado a isto, está o conceito de Patrimônio cultural que faz referência à capacidade que as populações do território apresentam para se adaptar a ele, bem como

modificá-lo; fazem parte deste componente os valores e códigos de conduta, os bens culturais e a cultura empresarial (Dallabrida, 2017; Rao, 1998).

O Patrimônio Institucional surge para abarcar a patrimonialização das instituições públicas, privadas de caráter social, político, cultural ou corporativo (Dallabrida, 2016). Por sua vez, o Patrimônio Social surge para analisar como os valores sociais compartilhados socialmente que determinam a capacidade e facilidade de pessoas e grupos trabalharem em torno de um objetivo comum, de forma conjunta e se diferencia dos demais componentes por sua natureza relacional, pois, só existe quando é compartilhado. A partir deste ponto de vista, o patrimônio social auxilia no entendimento sobre a atuação das forças sociais e por isso, é considerado um recurso para a ação (Barroso; Romero, 2009). Todos estes componentes, de forma conjunta, contribuem para o desenvolvimento dos territórios.

Alberto Magnaghi (2010) associa o termo patrimônio territorial ao “valor da existência” que vai além do uso imediato do recurso territorial e do próprio processo de capitalização, que pode não ter sido ativado em determinado momento histórico. Assim como a matéria, se não reconhecida, não se torna um recurso, mas “existe”, assim também os elementos patrimoniais, ainda que não reconhecidos e revelados, “existem” e aguardam para entrar ou não no processo de patrimonialização.

A partir deste rápido passeio, o patrimônio territorial pode ser a base e ao mesmo tempo a força motriz da identidade e fortalecimento econômico de um contexto local. A consistência patrimonial de um território é hoje mais rica onde houver menos destruição provocada pela modernização e desenvolvimento globalizado, como muitas vezes acontece nas áreas internas. O estoque de riqueza duradoura acumulada nos bens disponíveis para valorização torna-se a base potencial para um novo pacto entre sociedade e território.

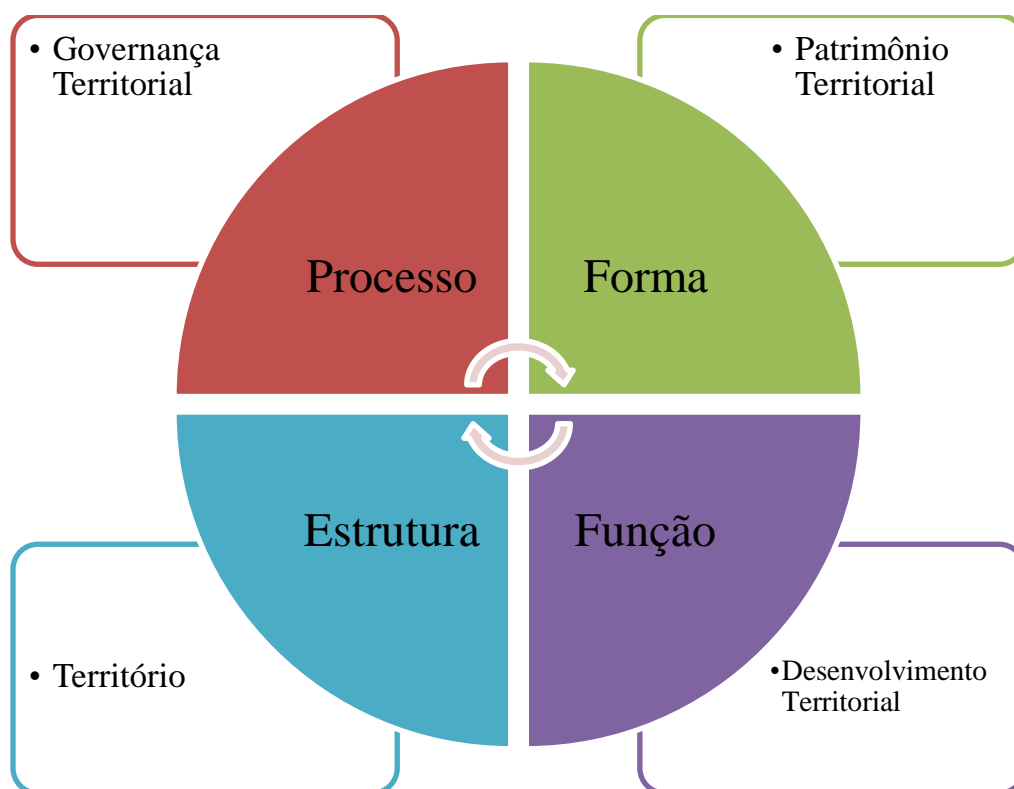
Muitos projetos de cunho patrimonial beneficiam o desenvolvimento global do território que por vezes pode também resultar de uma valorização turística inicial. A presença do turismo generalizado integrado à residência, por exemplo, em muitas áreas internas da Toscana, fortaleceu a economia local e permitiu aos habitantes valorizar mais seu patrimônio, aprender a conhecê-lo e reconhecê-lo, destacar os vestígios do passado, os elementos estruturais e práticas com redes locais em vista de ações compartilhadas. Às vezes, é a partir do olhar do turista, que reconhece a paisagem, se apaixona por ela ativa ou reativa economias de proximidade embutidas no valor de existência do patrimônio (Poli, 2015).

Da observação empírica das ações de desenvolvimento territorial, emerge claramente uma forte mobilização de objetos patrimoniais em projetos territoriais, muitas vezes alimentados pela emergência de modelos de produção inovadores. Esta observação é

evidente em contextos franceses onde existem estruturas originadas precisamente para este fim, como os Parques Naturais Regionais ou nas redes de parques regionais italianos, como os do Val di Cornia, no sul da Toscana, mas também são evidentes nas ações de outras estruturas intermunicipais como *Pays* ou em planos territoriais como o escocês (*Schéma de cohérence territoriale*) em que o uso do patrimônio está aumentando (Poli, 2015).

Com base nas observações realizadas e para ampliar compreensão a respeito do patrimônio territorial e seus componentes. Dallabrida (2020) relaciona a estrutura, processo, forma e função, categorias de análises geográficas propostas por Santos (1997) à dinâmica do desenvolvimento territorial com base no significado de território, governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial, que pode ser visualizada na Figura 10 a seguir:

Figura 10 – Aplicação das categorias de análise geográfica no desenvolvimento territorial



Fonte: DALLABRIDA, 2020

A partir desta figura, é possível fazer a seguinte leitura: a estrutura, modo como os objetos estão organizados (Fernandes, 2020), é o território e representa o conjunto integrado dos sistemas produtivo e natural com as organizações (Dallabrida, 2020); o processo, tido como o movimento que se realiza constantemente (Fernandes, 2020) é a governança territorial, que se refere à ação coletiva que ocorre no território; a categoria de análise forma

refere-se ao patrimônio territorial resultante das adaptações; e o desenvolvimento territorial representa a atividade desempenhada através do arranjo espacial (Dallabrida, 2020).

O marco mais adequado à gestão do patrimônio territorial não é outro, senão o Ordenamento Territorial e como demonstrado até aqui, é uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento territorial, uma vez que reforça suas dinâmicas sistêmicas (Doctor, 2011). Neste sentido a promoção da atividade turística com base nestes atributos, de maneira planejada compõe o eixo central para o desenvolvimento territorial, especialmente nas áreas rurais e periurbanas desfavorecidas.

Partindo sobre este princípio, observa-se que o território das corporações, muitas vezes, não se identifica com a sociedade local, uma vez que busca apenas um local para reprodução do capital (Camargo, 2009). Neste sentido, Ianni (1994) afirma que o processo de globalização acontece no território e assevera que algumas das relações ocorridas a nível global são reflexos do que acontece nele.

Assim, o ordenamento é pautado pelas necessidades mercadológicas que mexem na estrutura do território, criando fluxos e redinamizando o local, pois, envolve a todos, reposicionando seus elementos. Neste sentido, o autor considera como elemento os valores culturais e as dinâmicas produtivas.

4 O TURISMO COMO VETOR DE FORTALECIMENTO DA NOTORIEDADE DO DENDÊ DA COSTA DO DENDÊ.

Nesta seção, adota-se uma abordagem reflexiva aos explorar os conceitos que envolvem o Turismo, considerando a sua natureza intrínseca e os discursos científicos que os permeiam para fornecer uma compreensão abrangente e fundamentada, situando-o num contexto dinâmico e multifacetado.

A análise geográfica do fenômeno turístico pode ser explorada por diferentes perspectivas, seja examinando o deslocamento inerente à prática ou a alteração do espaço e território. De modo geral, a atividade turística ocorre em um território específico, exercendo influência mútua sobre ele, de forma positiva ou negativa. Em outras palavras, o Turismo imprime uma nova lógica voltada para a satisfação das necessidades de consumo através do lazer de uma população externa, que provoca diversas alterações nas configurações espaciais locais.

O diálogo entre o Turismo e o Território resulta no processo de turistificação, caracterizado pela transformação de uma localidade específica em um território turístico (Beni, 2001; Coriolano, 2002). A análise deste processo é crucial, uma vez que traz consigo um conjunto de efeitos que vão desde a inserção de novos elementos até a alteração das dinâmicas socioespaciais locais e da organização territorial.

Em relação à história, o Turismo, enquanto manifestação sociocultural é de origem relativamente recente (Moreno, 2010). Contudo, para compreender seu desenvolvimento, força e rápida expansão, é importante abordar os seus antecedentes conceituais mais remotos. O turismo evoluiu e diversificou as razões pelas quais é realizado. Neste sentido, Gurría (2004) o compara os movimentos migratórios da cultura nômade à ideia do homem viajante, dada a presença contínua de visitantes e localidades receptoras. Séculos mais tarde, gregos e romanos começaram a viajar para as águas termais e medicinais para recuperar a saúde, neste mesmo período, as viagens por razões religiosas ganharam força, com a confecção de itinerários e guias que mencionavam percursos, nomes de estradas, durações e distâncias de viagens (Acerenza, 2002).

Entre os séculos XVI e XIX, o turismo se desenvolveu de forma lenta e espontânea, reunindo fatores que impulsionaram a atividade, como a paz, o tempo livre, os novos desejos e gostos das pessoas. Ramírez (2006) destaca que o turismo foi, historicamente, um privilégio de pequenos grupos com grande poder econômico, que viajavam pelo prazer e pelo desejo de se destacarem como pessoas importantes.

No entanto, as recentes descobertas científicas, o avanço tecnológico e as transformações socioeconômicas decorrentes da Revolução Industrial desempenharam um papel crucial no desenvolvimento do turismo, conferindo-lhe uma importância global. Isso se deve ao rápido progresso nas comunicações, à melhoria nos meios de transporte ao aumento significativo do número de viagens de lazer, especialmente por parte de uma emergente classe média (Moreno, 2010).

Atualmente, o turismo não apenas se tornou uma necessidade, mas também um prazer acessível às massas, expandindo-se significativamente após as duas Guerras Mundiais, entre 1919 e 1938, e após 1945 (Moreno, 2010). Segundo o autor os países exaustos pelos conflitos de guerra conseguiram, em parte, recuperar a sua economia (ganhar divisas) graças ao turismo receptivo em massa. Adicionalmente, em 1950, surge na o conceito de produto turístico, acompanhado pela introdução de novas técnicas de comercialização que resultaram na padronização da oferta turística (Acerenza, 2002), aproveitando economias de escala. Foi a partir deste período que o turismo começou a ser objeto de investigação universitária.

Para a OMT (Sancho, 2004) o crescimento da atividade turística torna-a num dos fenômenos econômicos e sociais mais notáveis dos últimos séculos atingindo os maiores números de crescimento da história. Ao indicar que o número de visitantes internacionais em 1950 foi de 25 milhões, subindo para 72,1 milhões na década de 1960 e a partir de então, se consolidou com taxas de crescimento superiores às da economia mundial. Ainda segundo o mesmo órgão, até o ano 2000 o crescimento turístico mais importante aconteceu na Ásia e Pacífico (13%), seguindo do Oriente Médio (10%), ao passo que a América e a Europa tiveram crescimentos pouco expressivos, abaixo da média mundial (5% e 6%, respectivamente).

Além dos meios de transporte, em tempos de paz, muitos outros fatores impulsionaram o turismo de massa, como a desvalorização da moeda na Alemanha e na Itália, o aumento dos salários e do padrão de vida dos trabalhadores, as férias remuneradas, as facilidades de financiamento para viagens, o tempo livre devido a avanços na robótica, crescimento do nível cultural das massas e interesse na expansão da personalidade, crescimento urbano e busca de descanso em outros lugares (Moreno, 2010). Este cenário atraiu os turistas inexperientes, motivados por preços acessíveis e destinos específicos (sol e praia).

Como uma grande força econômica, o Turismo se insere no cerne de uma civilização complexa, que tende a priorizar os objetivos materiais em detrimento de outros objetivos mais virtuosos. O que se espera é que a atividade turística desenvolvida contribua

positivamente para os relacionamentos entre seres humanos e entre estes e o meio ambiente. E que ao fazê-lo, atue como modelo para outras formas de desenvolvimento, sejam elas turísticas ou não.

De maneira geral o turismo é uma atividade econômica, que proporciona muitas ideias prontas, onde a conservação ambiental e cultural deve ser compreendida como causa e efeito da mesma e que deve gerar o desenvolvimento socioeconômico local e/ou regional através da visitação sem fins predatórios dos seus recursos (Lindberg; Hawkins, 1995). As multiplicidades de sentidos desta palavra indicam que se trata de uma atividade fundamentalmente social e humana, transformada em uma atividade econômica.

Trata-se de uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia, sendo frequentemente caracterizada como uma atividade multifacetada. No seu mais amplo sentido, nos últimos anos, conquistou o status de um dos maiores setores da economia mundial e continua crescendo no Brasil (e no mundo), atraindo os interesses políticos, comerciais (empresariais) e acadêmicos.

Desde que alcançou a importância que tem hoje, o conhecimento analítico da atividade turística foi aos poucos se consolidando. Surgiu de uma realidade que se foi configurando sob o impacto de descobertas em outros campos, contribuindo para um novo dimensionamento do fenômeno, que passou a ser objeto de atenção dos governos diante de sua [real] importância (Dias, 2003; Petrocchi, 2001; Beni, 2004; Boullón, 2002).

As multiplicidades de sentidos desta palavra indicam que se trata de uma atividade fundamentalmente social e humana, transformada em uma atividade econômica. Este é um conceito impreciso, resultante de sua natureza interdisciplinar; no entanto, suporta múltiplas definições e diversas nuances, dependendo do escopo de trabalho e do tempo que o conceito é formulado.

Como mencionado anteriormente, o Turismo começou a despertar interesse como matéria de interesse universitário entre os economistas europeus ocidentais entre os anos de 1919 e 1938 (Noschang, 2014). Herman Von Schullard (1910 citado por Andrade, 2001) definiu o turismo como operações de natureza econômica relacionadas ao deslocamento, permanência e entrada de estrangeiros em um local específico. Arthur Bornmann (1929 citado por Noschang, 2014), da escola berlinesa, considerou motivações comerciais e profissionais em seu conceito e considerou o critério de viagem de prazer característico.

Norwal (1936 citado por Fuster, 1974) incluiu o sujeito que viaja. Em 1942, os professores da Universidade de Berna, Hunziker e Krapf (Sancho, 2004) levaram em conta as relações que surgem das viagens e estadias de nos viajantes. Posteriormente, Glucksmann

(1974) ampliou o debate incluindo transporte, alojamento, recreação e alimentação. Fuster (1974) declarou que o turismo é o produto das relações entre os turistas e os fenômenos

Lage e Milone (2000) definem o turismo como uma atividade socioeconômica, geradora de bens e serviços, visando a satisfação das necessidades básicas e secundárias do homem. Envolvendo deslocamento humano temporário, por isso, se faz necessária à utilização de equipamentos de transporte, alojamento, requer o uso de equipamentos de transporte, alojamento, alimentação e entretenimento. Como uma das forças econômicas da atualidade, o Turismo cria influências em vários aspectos da sociedade.

Moreno (2010), ao se referir ao turismo, destaca que se trata de um conjunto de deslocamentos que geram fenômenos socioeconômicos, político, culturais e jurídicos. Por fim, a definição adotada pela Organização Mundial de Turismo (Sancho, 2004) destaca as atividades realizadas durante viagens e estadias em locais diferentes do ambiente habitual, com critério estatístico de tempo de permanência inferior a um ano.

Devido ao enfoque sistêmico, esta pesquisa adotará a conceituação desenvolvida por Moesch (2002, p.9), para quem o turismo é

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços. Cujas composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Uma compreensão mais profunda do turismo como um sistema dinâmico, influenciado por fatores multifacetados, permite uma abordagem mais informada na busca por estratégias sustentáveis de desenvolvimento territorial. Ao ultrapassar a visão restrita do turismo como mero lazer, abre-se espaço para explorar seu potencial impacto nas esferas sociais, culturais e econômicas, promovendo uma abordagem mais integral na busca por benefícios duradouros e equilibrados.

Dessa forma, parte-se do princípio de que não há possibilidade de explorar o local, de maneira turística, sem impactos e em face ao que foi exposto até o momento, a ordenação do território e sua gestão implicam-se instrumentos imprescindíveis para estruturação do uso racional dos recursos (Pujadas; Font, 1998).

Entretanto, existe outro lado do turismo, que vai além dos conceitos e aspectos econômicos; um turismo para além da moeda e da economia: um turismo que é um fenômeno

social, que ao mesmo tempo em que produz, reflete os problemas da sociedade e que valoriza a conexão e a heterogeneidade.

O turismo parte do deslocamento espontâneo de pessoas para um determinado lugar que esteja suscetível a receber estas pessoas, conhecidas como turistas, pelos mais diversos motivos. É deste deslocamento que surgem os relacionamentos turísticos e o turismo de interesses especiais, fundamentado na busca pelos recursos naturais, cultura e na história tornando-os atrativos que serão valorizados (Brito, Santos, Souza, Sá, 2021).

Nos dias de hoje, a atividade turística encontra-se segmentada de forma bem diversa. Trata-se de uma tentativa de agregar os potenciais turistas através de seus interesses enquanto consumidores. O poder público pode se utilizar destas características para criar e desenvolver programas de turismo que auxiliarão no desenvolvimento da localidade. Essa diversificação das atividades turísticas origina, assim, o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo de sol e praia, turismo desportivo, turismo de negócios, turismo de eventos, turismo gastronômico, turismo de saúde, turismo científico, turismo cultural, turismo religioso entre outros.

Para Moreno (2010), o turismo está ligado aos estilos de vida humanos. Centenas de pessoas recorrem ao turismo mais pela constituição física, estrutura familiar, escolaridade, orientações de consumo, relações interpessoais e relações de trabalho, do que pela posse de riqueza. Ou seja, o fator determinante é o estilo de vida e o vínculo laboral, pelo que se identificam vários tipos de turistas (reformados, empregados com empregos flexíveis ou rígidos, profissionais independentes, boêmios, entre outros) e serviços à sua medida.

Como atividade econômica, o turismo envolve um conjunto de ações que usam objetos naturais e os transformam em objetos técnicos, sendo que a gestão (uma atividade básica do turismo) influencia de forma direta nessa transformação trazendo dados positivos ou negativos. Sua contribuição, para o desenvolvimento territorial, é bastante significativa e quando planejado, impulsiona toda a cadeia da comunidade receptiva. Assim, o turismo é uma atividade que faz parte dos sistemas de formas e conteúdo, conforme exposto por Milton Santos (2006).

Não se pode negar que o Turismo promove um intenso fluxo de capital interno e externo aos países, possibilitando a geração de emprego e renda, seja de maneira direta ou indireta. A configuração do mundo contemporâneo, aliada a tecnologia e à comunicação molda o desejo da visita real. Nos últimos anos, houve uma revolução do comércio e dos serviços originada não só pelas inovações tecnológicas, mas também pela mudança do perfil do consumidor, cada vez mais exigente e conhecedor de seus direitos.

Assim, a análise econômica do turismo é feita a partir da medição dos bens e serviços que os visitantes consomem durante suas viagens e os impactos que esse consumo tem na economia do local/país e como se inter-relaciona com as outras atividades econômicas. Dentre os bens e serviços característicos do turismo destacam-se a hospedagem (ou alojamento), alimentação, transporte e entretenimento (Beni, 2004; World..., 2014).

O patrimônio alimentar abrange elementos materiais e imateriais intrínsecos a um grupo social, incluindo o saber, o saber-fazer e as práticas relacionadas aos sistemas alimentares que compõem a culinária. Essas expressões refletem a internalização coletiva dos valores sociais, culturais e histórico-geográficos, formando o patrimônio gastronômico (Guevara, Aguagallo, 2021; Oliveira, 2020).

Ao abordar o patrimônio alimentar, é necessário considerar os saberes além do senso comum e o processo global de patrimonialização que atua sobre o território (Carvalho, 2021). Seus bens simbólicos devem ser levados em conta, valorizando as pessoas excluídas dos diversos processos econômicos, por meio do saber-fazer e do saber local. Esses saberes possibilitam uma concepção de cultura mais totalizante e 'turistificável'.

Exemplificando com países como Espanha, Portugal e França, o patrimônio alimentar se tornou um produto, um atrativo que viabilizou a criação de destinos turísticos. Os alimentos e práticas alimentares tornam-se elementos singulares e diferenciadores pela sua identidade territorial. Sua valorização desempenha um papel crucial na consolidação de localidades turísticas autênticas, revertendo o turismo de sol e praia, atraindo turistas interessados na cultura, tradição e práticas gastronômicas.

A inclusão desses elementos simbólicos não apenas enriquece a concepção de patrimônio, mas também destaca seu papel na valorização de comunidades marginalizadas e na construção de uma cultura autêntica, tornando-a 'turistificável'. Conceitualmente, a turistificação do território é o processo de transformação de determinadas partes do espaço de uma localidade em territórios turísticos descontínuos e reticulares; trata-se da soma dos diversos territórios dos destinos turísticos (Beni, 2001; Coriolano, 2002; Fratucci, 2014).

Deste modo, o uso da gastronomia como elemento do patrimônio alimentar direciona o debate para um estilo de vida, expressando seus simbólicos e gostos (Gimenes, 2009). A fabricação do azeite de dendê e o preparo dos pratos finalizam, em seu saber-fazer, vários elementos vinculados a uma identidade territorial. Nessa perspectiva, o dendê pode se tornar um atrativo turístico por meio de rotas turísticas, restaurantes e eventos focados no dendê, complementando outros segmentos turísticos já existentes.

Ao encerrar esta análise sobre o entrelaçamento do patrimônio alimentar com o turismo, emerge uma conclusão inequívoca: a gastronomia transcende seu papel meramente culinário, tornando-se a espinha dorsal de experiências turísticas autênticas e sustentáveis. Os saberes intrínsecos, valorizando tanto o tangível quanto o intangível, revelam não apenas a riqueza histórica e cultural, mas também a resistência desses elementos diante das influências globalizantes. A trajetória de países exemplares, como Espanha, Portugal e França, destaca não apenas a atração turística, mas também o potencial transformador na consolidação de destinos autênticos.

A inclusão de saberes locais e práticas de saber-fazer não apenas enriquece a concepção de patrimônio, mas desempenha um papel vital na valorização de comunidades muitas vezes à margem do desenvolvimento econômico. O dendê, como um exemplo específico, ilustra a oportunidade de integrar elementos únicos em estratégias turísticas, reforçando a identidade territorial e complementando a diversidade de segmentos turísticos existentes. A turistificação do território, quando entendida não como uma imposição, mas como uma oportunidade de preservação e celebração, torna-se uma ferramenta para construir pontes entre culturas, oferecendo uma jornada turística verdadeiramente enriquecedora e consciente.

4.1 Produto turístico

Ao concluir a reflexão sobre o patrimônio alimentar e sua conexão profunda com o turismo, é imperativo adentrar a esfera do produto turístico. O produto turístico se caracteriza por ser um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, bens ou serviços, que permitem o desenvolvimento de atividades específicas em determinados destinos (Beni, 2004). Desta forma, no que refere a este tema, é importante destacar que o turista geralmente adquire a combinação de pacotes turísticos que inclui os atrativos e atividades complementares.

Para Boullón (2003) o produto turístico é algo mais complexo, constituído pela totalidade da oferta turística integrada, pelos serviços prestados e por alguns bens não turísticos. Ou seja, são todos os bens e serviços à disposição do turista por um preço, num determinado período, condições que determinam a sua característica transitória.

Em uma abordagem mais abrangente, pode-se conceber que o produto turístico compreende todos os elementos (alojamento, serviços de alimentação, recreação, agências de viagens e turismo entre outros) que contribuem para a satisfação do turista. No entanto, o

nível mais elevado desta experiência é alcançado por meio dos atrativos, que englobam recursos naturais, artificiais e humanos (Rebollo; Palomeque, 2011).

A ênfase dada a esse último componente do produto turístico por Acerenza (2001) ressalta que os bens naturais e culturais, abrangendo recursos naturais e o contexto geográfico e social da comunidade receptora ou local de destino, desempenham um papel crucial no turismo. Esses atrativos não apenas contribuem para a satisfação dos turistas, mas também configuram produtos ou modalidades de turismo diferenciado, como o turismo de montanha, cultural, esportivo, entre outros.

Díaz e colaboradores (2006) complementam essa perspectiva, destacando que o turismo utiliza o patrimônio natural e cultural do destino para moldar sua oferta. A combinação de aspectos ambientais, socioculturais e econômicos desempenha um papel transformador no âmbito territorial e cultural da atividade turística, evidenciando a relevância da integração desses elementos na configuração do produto turístico.

É importante ressaltar que para Boullón (2003), os serviços não são os únicos elementos, nem os mais importantes dentro do produto turístico, antes, são apenas um meio que facilita a prática turística por satisfazer as necessidades básicas do turista (alojamento, alimentação, comunicação, deslocamento), para atingir o seu verdadeiro objetivo.

Do ponto de vista sistêmico, o produto turístico representa um subsistema composto pela combinação de atrativos turísticos e serviços de transporte, comunicação, alimentação, hospedagem e recreação, capazes de atrair e satisfazer as necessidades permanentes e temporais dos turistas (Beni, 2004). Todos esses componentes funcionam em torno do turista, considerado o elemento dinâmico do sistema. Tudo começa com o deslocamento do turista de seu ponto de origem, demandando uma série de serviços ao longo de seu roteiro e estadia, incluindo os motivos para a realização de sua viagem (Rebollo; Palomeque, 2011). Por essa razão, o produto turístico não deve ser visto através do olhar do produtor individual, como uma cadeia de hotéis ou a companhia de transporte aéreo, mas sim, pelo ponto de vista do consumidor.

Distinto do destino turístico, ele precisa ser discernível, uma vez que o destino não é o produto. constituindo parte da experiência única para cada viajante.

Devido a sua natureza complexa, os produtos turísticos consistem em numerosos componentes devido e podem ser apresentados de diversas maneiras (Rebollo; Palomeque, 2011):

- a) Produtos turísticos integrais: não dependem do mercado para serem vendidos, como o meio de hospedagem ou transporte aéreo;

- b) Bens gratuitos ou públicos: podem ser aproveitados ou consumidos pelos turistas sem pagamentos, como por exemplo o clima e a paisagem; e
- c) Produtos turísticos complementares: precisam do mercado para serem vendidos como os roteiros turísticos.

Cada um destes componentes desempenha funções específicas (atrair o turista ou facilitar sua viagem) na composição do produto turístico final, complementando-se devido às suas características. O desenvolvimento de um produto turístico eficaz desempenha um papel crucial na satisfação do turista, proporcionando-lhe a oportunidade de realizar a atividade principal de sua viagem. Ao criar um ambiente que permite ao turista envolver-se plenamente nesta atividade, o destino turístico oferece a possibilidade de vivenciar a experiência total da viagem da maneira desejada pelo visitante (Rebollo; Palomeque, 2011; Beni, 2004).

A acessibilidade é um componente fundamental desse processo, facilitando não apenas o transporte de e para o destino, mas também a locomoção dentro do próprio destino. Um sistema de transporte eficiente contribui para a comodidade do turista, permitindo-lhe explorar os atrativos do local de forma conveniente.

Além disso, o produto turístico bem concebido atua como facilitador da reprodução social do turista durante a viagem. Ao proporcionar ambientes propícios à interação social, o destino turístico contribui para a construção de memórias significativas e experiências compartilhadas entre os visitantes.

A preparação e execução dos planos de viagem são simplificadas por meio de um produto turístico bem estruturado. Informações claras, serviços eficientes e opções diversificadas permitem que o turista planeje e aproveite sua viagem de maneira tranquila e organizada.

Finalmente, a criação de um produto turístico impactante não se limita ao período da viagem. Ele também desempenha um papel duradouro, permitindo ao turista relembrar e reviver a experiência da viagem. Além disso, ao possibilitar o compartilhamento dessas experiências com outras pessoas, o produto turístico contribui para a promoção contínua do destino, estendendo seu impacto para além do período da visita (Beni, 2004).

Em síntese, a compreensão profunda do produto turístico não apenas se configura como um pré-requisito essencial para a comercialização eficaz de um destino turístico, mas também se revela como uma ferramenta inestimável para os cientistas sociais dedicados à análise do fenômeno do turismo. Ao desvendar as intrincadas camadas que compõem esse produto, desde a atividade principal da viagem até a facilidade de transporte, reprodução

social do turista e a memória duradoura da experiência, é possível construir estratégias de promoção e desenvolvimento mais fundamentadas.

Dessa forma, o conhecimento detalhado do produto turístico não apenas impulsiona a eficácia na comercialização, mas também enriquece o entendimento acadêmico sobre as dinâmicas e interações complexas que permeiam a atividade turística, contribuindo para uma abordagem mais informada e holística do fenômeno.

4.2 Atrativos turísticos: os recursos territoriais turistificados

Os atrativos turísticos são considerados pela comunidade científica como o principal componente do destino e principal matéria-prima do produto turístico (Bullón, 2003, Acerenza, 2001), porque são aquelas que atraem turistas para fora do seu ambiente habitual. Rebollo e Palomeque (2011) descrevem as atrações turísticas como a primeira potência de uma região turística e afirmam que sem atração o turismo deixaria de existir. A procura dos turistas por estas atrações faz com que os destinos procurem ser mais competitivos utilizando os seus recursos territoriais para preparação de seu produto e oferta turística.

A turistificação de um território acontece a partir de um processo de valoração do qual deriva determinado uso e modificação do mesmo a partir dos desejos e das necessidades humana, afirma Timón (2011). É a partir deste ponto que se propõe o conceito de recursos turísticos territoriais, partido da definição de recursos territoriais, conforme explanado da seção 3.4.3 Cesta de bens e serviços por Pecqueur (2001), Benko e Pecqueur (2001) e outros autores.

Desta maneira, os recursos territoriais turísticos são definidos por Timón (2011) como os bens e serviços que, através da atividade humana e dos meios com que contam, tornam possível a realização da atividade turística e a satisfação das necessidades da sua demanda. Contêm as diferentes componentes geográficas de origem natural ou humana que podem ser valorizadas para o conhecimento e fruição dos turistas. Estes elementos do território estruturam o desenvolvimento e funcionamento da atividade turística e para além da origem em que se insere a sua capacidade de atração, tornam-se identificadores do destino. Em outras palavras, representa elementos naturais, atividades humanas ou produtos antropológicos que podem motivar o deslocamento.

A classificação dos recursos territoriais turísticos varia consideravelmente dependendo do investigador que a aborda. O processo de avaliação de recursos requer três requisitos básicos, segundo Varisco et al. (2014), aptidão, disponibilidade e atratividade, que

definem a possibilidade de ingresso na atividade turística. Nessa perspectiva, os autores descrevem aptidão como a capacidade de utilizar os bens culturais e naturais para inserir-se na atividade turística; a disponibilidade corresponde à acessibilidade física, temporal e administrativa; e a atratividade está relacionada ao valor estético e emocional.

À medida em que os recursos apresentam essas características, eles têm maior possibilidade de se tornarem atrativos turísticos. Em outras palavras, esse termo agrupa o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) de elementos de natureza e bens materiais ou imateriais disponíveis ao homem, que podem ser utilizados através de um processo de transformação para satisfazer necessidades turísticas e recreativas (Varisco et al., 2014; Timón, 2011). É importante considerar que, um bem é um recurso turístico desde que não tenha passado por um processo de reconversão, mas se forem realizados esforços deliberados para incentivar o contato com os visitantes, ele se transforma num atrativo turístico.

Pode ocorrer das criações de atrativos serem afetadas pela disponibilidade de recursos de baixo valor, representações com pouca força ou pela disponibilidade de representações que, embora valiosas e fortes, não correspondam ao perfil de uma determinada imagem de destino desejado (Acerenza, 2001). No entanto, é certo que são fruto de um processo de ativação social; isto significa que começarão a ser considerados como tal quando o turista se dispuser a olhar para eles e apresentar condições para garantir o acesso.

Nesse sentido, os atrativos turísticos não são atributos absolutos de um lugar, mas são construídos em relação à sociedade de origem dos turistas, por meio de sua imaginação, percepção e concepção. A condição de atratividade turística de um local não resulta de suas propriedades intrínsecas, mas de processos de valorização social que definem quais dessas características do local serão transformadas em atrações turísticas. É determinado pelos processos sociais, práticas e discursos que constroem um lugar como turístico, que definem quais atributos se tornarão e através de quais imagens e construções eles serão valorizados (Varisco et al., 2014).

Atribuir um uso específico ao território implica a funcionalização, a disponibilização de equipamentos e/ou o desenvolvimento de uma história e de atividades, da esfera pública ou privada. São as instalações que complementam e apoiam as atrações; isto inclui todas as instalações e equipamentos relacionados com alojamento, gastronomia, entretenimento e recreação, e todos os serviços complementares ao turista. A atratividade como elemento estruturante da atividade turística é uma “construção social”, afirmam Rebollo e Palomeque (2011). Vai além da mera existência de atributos no território, mas se forma a partir da combinação destes com determinadas questões fora do espaço de apoio dos atrativos.

No âmbito dessa investigação, a questão preponderante residiu não apenas na definição do tipo de configuração turística desejada, mas, sobretudo, na capacidade do território em expressar uma configuração turístico-atrativa alinhada com suas próprias vocações e as oportunidades oferecidas em um cenário competitivo. Isso implica considerar as características estruturais e as tendências evolutivas da demanda turística, bem como as orientações competitivas para a concorrência com destinos similares.

A orientação atrativa do sistema turístico local é entendida como aquela derivada da dotação de recursos territoriais, denominados fatores de atratividade, e do sistema de fruição construído com base nesses elementos. Essa orientação responde diretamente aos objetivos de alinhar a atratividade do território às demandas atuais e futuras dos fluxos turísticos. A coerência estratégica da configuração turístico-atrativa é, portanto, medida pela sua capacidade de refletir as necessidades dos fluxos turísticos que se almeja atrair.

É crucial destacar que, em relação às vocações territoriais, é comum observar uma redução nos comportamentos emuladores que propiciam a expansão desordenada da oferta, muitas vezes referenciada por modelos de matriz exógena com baixo nível de sustentabilidade.

Em síntese, a imersão na abordagem teórica dos conceitos de recursos territoriais e atrativos turísticos proporcionou uma compreensão mais profunda das nuances que distinguem esses termos, bem como, da intrínseca conexão que compartilham no contexto da atividade turística. Ao explorar esses processos socioespaciais, que despertam considerável interesse, foram analisadas a apropriação, valorização e reconversão dos elementos espaciais, promovendo uma reflexão sobre os laços e atitudes da sociedade em relação a esses recursos territoriais e representações.

A abordagem teórica destacou, por um lado, a discrepância entre a valoração dos recursos e sua apreciação recreativa, sublinhando a influência dos componentes subjetivos e fatores externos na última. Essa distinção ressalta a importância crucial da ativação social na configuração da atração turística, muitas vezes acompanhada por adaptações materiais que aprimoram o acesso e a experiência associada a esses elementos espaciais.

4.3 Destinos turísticos

O conceito de destino como área de intersecção entre o setorial e o territorial é de grande importância para a compreensão do turismo. Mas além do seu interesse analítico, há outro eminentemente prático, dado que grande parte dos desafios do setor, da competitividade

à sustentabilidade, se desenvolvem de acordo com a realidade do destino, onde uma parte importante da relação entre a oferta e a demanda e onde ocorre a maior parte das implicações geográficas, econômicas, sociais e culturais do turismo.

O fenômeno do destino, intrinsecamente ligado ao setor turístico e às particularidades geográficas, desempenha um papel simultâneo nas esferas setorial e territorial, embora frequentemente de maneira parcial e excessivamente focada em uma das duas dimensões que o compõem. A compreensão desse fenômeno, considerado uma realidade sistêmica e complexa, é crucial para desvendar as interações entre as partes que o constituem.

Este texto explora diversas interpretações do destino, reconhecendo a complexidade do problema. Não busca ser exaustivo, mas sim apresentar brevemente as principais linhas interpretativas adotadas até o momento. Uma visão setorial muitas vezes enxerga como parte de uma relação entre oferta e procura, onde o resultado é a equação do destino com o produto consumido. Por outro lado, há a perspectiva que considera o destino como o próprio produto turístico, resultante da necessidade de se deslocar a um local específico para consumi-lo. Alternativamente, o destino pode ser interpretado como um conjunto de produtos inseridos em um determinado território (Timón, 2011). Para Rebolo e Palomequ (2011, p.18) o “destino turístico é o local para onde os turistas vão”.

Do ponto de vista setorial, o território frequentemente é reduzido a um simples recipiente, um espaço abstrato sem atributos diferenciadores. No entanto, essa abordagem limitada, negligencia a complexidade do território, que desempenha múltiplas funções, como suporte, recurso, meio de produção, espaço de produção e consumo, e parte integrante do produto consumido.

A compreensão abrangente do destino e suas implicações territoriais só pode ser alcançada considerando as interdependências e relações entre as diferentes partes que o compõem. Essa abordagem relacional transcende interpretações simplistas do destino, que o vê apenas como um produto ou um lugar isolado.

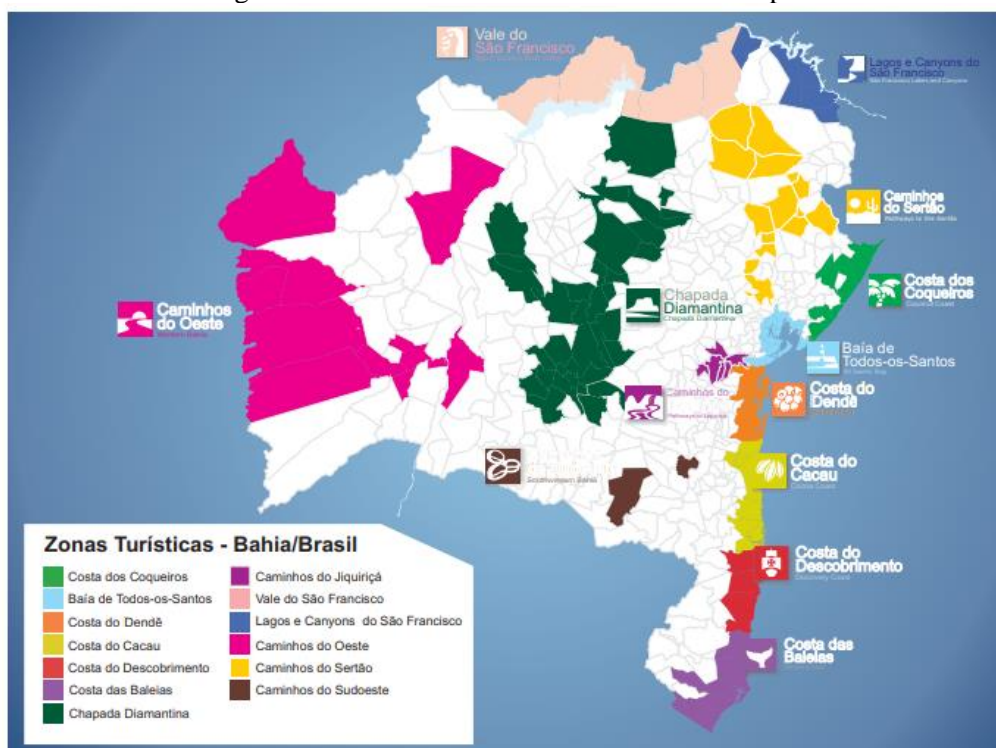
Neste sentido, as características do turismo estão perfeitamente identificadas com as características que definem as Indicações Geográficas (escala territorial, produtos tradicionais e saber-fazer humano). Esta proximidade contribui para o estabelecimento de um sistema de interações importantes que dinamizará o desenvolvimento territorial para influenciar o conhecimento sobre a Indicação Geográfica, como será o caso de Taperoá-BA.

5 O TURISMO EM TAPEROÁ – BA: UM PRODUTO TURÍSTICO DO TERRITÓRIO

Neste capítulo, serão apresentadas as análises da pesquisa, organizadas com o intuito de atender aos objetivos definidos.

Em conformidade com a Política Nacional de Turismo, a Bahia definiu 13 Zonas Turísticas (ZT) que estão distribuídas por todo o seu território, a saber: Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Caminhos do Sertão, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sudoeste, Caminhos do Jiquiriçá, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco e as Lagoas e *Cânions* do São Francisco (BAHIA, 2015). Além do nome, cada zona turística tem um isotipo que representa a ZT para identificação visual (Figura 11).

Figura 11: Zonas turísticas da Bahia e seus isotipos



Fonte: BAHIA, 2015

O território é construído e reconstruído através dos conhecimentos derivados dos esforços realizados pelos atores locais resultantes da história compartilhada e da memória coletiva. Assim, as indicações geográficas possibilitam o fortalecimento do turismo interno, gerando renda, e agrega valor às atividades regionais, colaborando com o desenvolvimento

regional e atuando na preservação da cultura local, do patrimônio imaterial e na conservação ambiental.

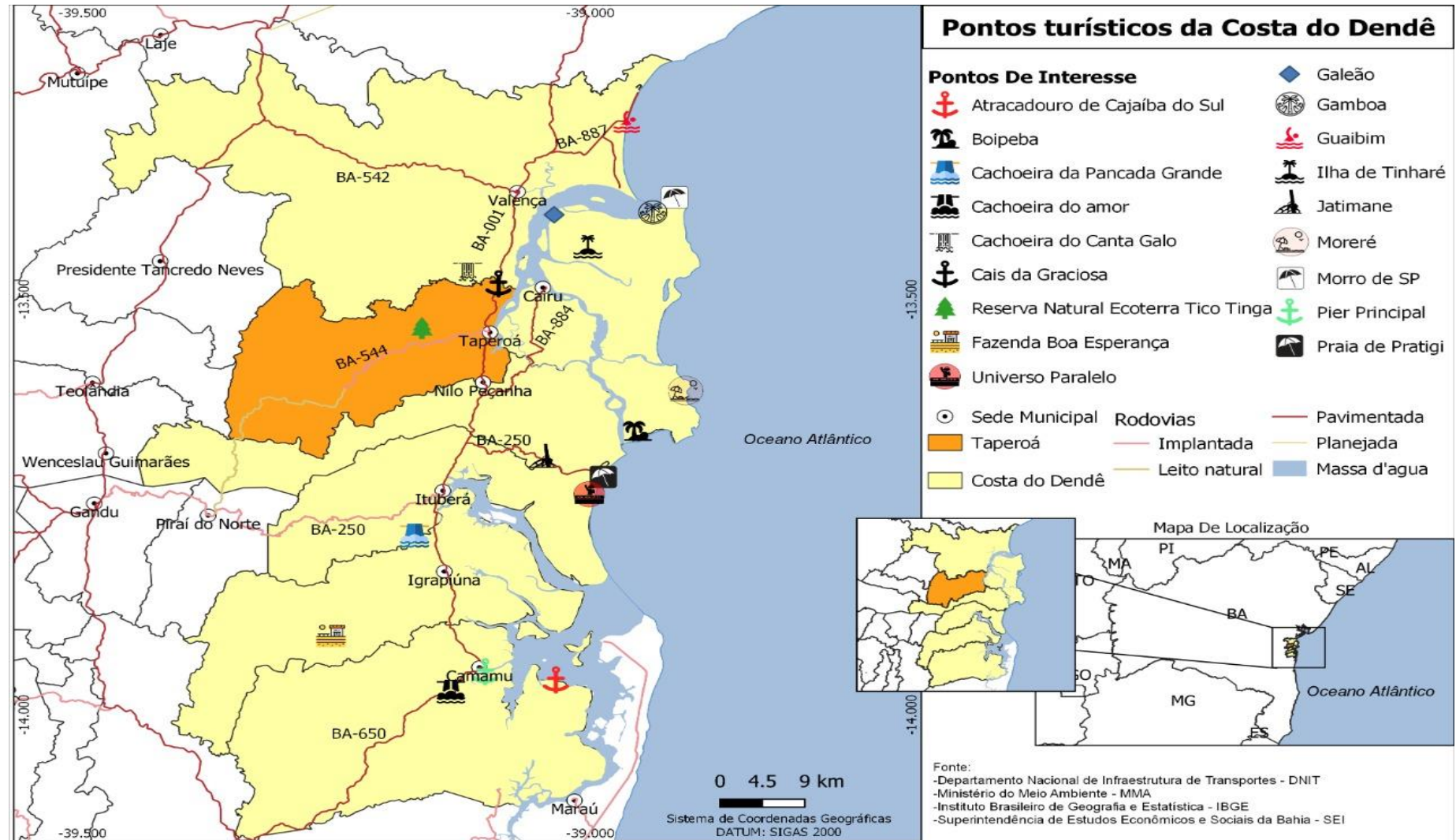
O estado da Bahia possui uma diversidade excepcional de solos e clima para a cultura do dendzeiro. Os fatores climáticos de maior importância para o cultivo do dendzeiro são regime pluviométrico ideal, com precipitação média anual entre 1.800 e 2.000 mm, altos níveis de radiação solar são indispensáveis para o crescimento e produção com pequenas variações de temperatura (a média anual tem que estar situada entre 25 e 27 graus centígrados). As terras estão situadas nas regiões litorâneas que se estendem desde o Recôncavo Baiano até o os tabuleiros do Sul da Bahia (Watkins, 2015).

A zona turística Costa do Dendê recebeu este nome devido à presença de grande quantidade de dendzeiros ao longo de seu território e está situada entre a Baía de Todos os Santos e a Costa do Cacau, no Litoral Sul da Bahia e conta com diversos atrativos turísticos naturais, predominando o turismo de Sol e Praia, devido às praias de águas quentes localizadas em seu litoral, que abriga a bem conhecida Morro de São Paulo.

Segundo dados da Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR), a Costa do Dendê teve seu primeiro zoneamento realizado em 1991 e contava com nove municípios: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Bahia, 2015). Hoje, conta com seis municípios: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Taperoá e Valença e integra o território de identidade do Baixo Sul (Bahia, 2019). Entretanto, percebe-se uma tímida movimentação para oferta de outros produtos, proporcionando a busca de turistas que tenham interesse em Ecoturismo, Turismo Náutico, Turismo Cultural. Com o fortalecimento da notoriedade do azeite de dendê, abre-se a oportunidade para o fortalecimento do Turismo Gastronômico e Étnico.

O município de Taperoá - BA está cercado por outros pontos turísticos já conhecidos da Costa do Dendê: as ilhas de Boipeba, Tinharé e Cairu (onde está localizado Morro de São Paulo), as cachoeiras da Pancada Grande (Igrapiúna), do Canta Galo (Valença) e do Amor (Ituberá), A Reserva Natural Ecoterra Tico Tinga (Taperoá), o Quilombo do Jatimane (Nilo Peçanha) com a sua produção de biojóias, a praia de Pratigi (Ituberá) entre outros. O atracado da Graciosa é muito utilizado por turistas, por fazer o trajeto Taperoá – Boipeba com muito mais rapidez. A espacialização destes pontos turísticos pode ser verificada no mapa 03, que segue.

Mapa 03: Espacialização dos Pontos Turísticos da Costa do Dendê



Fonte: Elaborado por Costa, 2021 com base em Bahia, 2015.

Devido à inexistência de meios de hospedagens formalizados e por consequência, a ausência de empregos formais e o recolhimento de impostos federais decorrentes dos Meios de Hospedagem, como o imposto de renda de pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro líquido, COFINS, PIS, imposto de renda na fonte e receita previdenciária, o município está categorizado no Mapa do Turismo Brasileiro com a letra “D” (BRASIL, 2019).

Diversos fatores contribuem para essa classificação, como por exemplo, a ausência de um atrativo bem estabelecido e explicado, a dificuldade de entendimento do turista para contratar as atrações e atividades do destino, a ausência de restaurantes com variedade e culinária local entre outros (Bahia, 2015). Esta categorização permite que o município tenha a possibilidade de pleitear a transferência de recursos do Ministério do Turismo (MTur) para: apoio a projetos de infraestrutura turística; ações de apoio à gestão descentralizada do Turismo; ações de apoio ao planejamento territorial do turismo; e planos e estudos de desenvolvimento do turismo.

Em síntese, a análise dos fatores que conduzem à classificação do município no contexto turístico destaca desafios notáveis a serem enfrentados para aprimorar sua atratividade. A oportunidade de acessar recursos do Ministério do Turismo, por meio da categorização, apresenta um caminho claro para a implementação de melhorias significativas, abrangendo desde projetos de infraestrutura até a gestão descentralizada do turismo. Contudo, é essencial reconhecer que as potencialidades de uma região muitas vezes residem em elementos únicos e autênticos.

Neste contexto, a Indicação Geográfica (IG) emerge como uma iniciativa promissora, como ilustrado pelo caso do azeite de dendê. Além de fomentar a articulação entre os produtores e impulsionar a conscientização sobre a relevância do dendê como patrimônio, a IG representa uma estratégia valiosa para promover a autenticidade local e, assim, contribuir para o fortalecimento do potencial turístico da região.

A iniciativa da IG do azeite de dendê vem auxiliando na articulação entre os produtores do dendê, representantes do poder público, a sociedade civil do Baixo Sul e municípios próximos. O grupo de Trabalho IG do Dendê vem se organizando para auxiliar na criação da entidade representativa dos produtores, além de conduzir diversas ações de conscientização e articulação política para o reconhecimento do dendê enquanto patrimônio, tal qual as baianas de acarajé, conforme pesquisa de campo realizada.

À luz da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, as características ligadas à produção do dendê mencionadas até aqui permitem qualificar o fruto e o azeite como ativos territoriais específicos. Trata-se de um produto comercializado em toda a Bahia que possui

notoriedade pela sua qualidade e sua especificidade pelos consumidores. Além disso, esse produto específico possui vínculo com a origem do território por remeter ao período colonial.

No entanto, o plantio do dendê atravessa atualmente uma fase de decréscimo, colocando em risco a fabricação do óleo de dendê. De acordo com o Quadro 09, é perceptível a redução na prática da cultura da palmeira desde o ano de 2016, refletindo-se de maneira abrangente em todo o território de identidade do Baixo Sul.

Quadro 09 – Produção de dendê Taperoá (2004 – 2020)

Indicador	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$)	Área destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio (Kg/ha)
2004	25.290	4.552	5.620	5620	4.500
2005	23.960	4.073	5.990	5990	4.000
2006	31.800	5.088	7.950	7950	4.000
2007	32.056	5.450	8.014	8014	4.000
2008	32.480	6.496	8.850	8120	4.000
2009	32.480	5.846	8.120	8120	4.000
2010	32.480	5.846	8.120	8120	4.000
2011	42.480	9.770	8.850	8850	4.800
2012	39.600	9.504	8.800	8800	4.500
2013	39.600	9.306	8.800	8800	4.500
2014	39.600	9.504	8.800	8800	4.500
2015	39.600	9.504	8.800	8800	4.500
2016	19.043	4.761	5.363	5363	3.551
2017	5.320	1.383	1.300	1300	4.092
2018	4.550	910	1.300	1300	3.500
2019	4.080	612	1.200	1200	3.400
2020	3.960	950	1.200	1200	3.300

Fonte: IBGE, 2020.

Ao analisar os dados da produção de dendê em Taperoá ao longo dos anos, é possível observar algumas tendências e padrões que corroboram a escolha desse município como objeto de estudo para a pesquisa. A quantidade produzida de dendê mostra uma certa estabilidade de 2004 a 2009, permanecendo em torno de 32.480 toneladas. No entanto, a partir de 2011, há um aumento expressivo, atingindo o pico de 42.480 toneladas em 2011. Esse crescimento significativo pode ser um ponto de investigação interessante, alinhando-se com a busca por entender as dinâmicas de produção agrícola e os fatores que influenciam o desempenho da cultura do dendê em Taperoá.

O valor da produção segue uma tendência semelhante, refletindo o aumento na quantidade produzida. Em 2011, o valor atinge 9.770 milhões de reais, indicando não apenas um aumento na produção, mas também um potencial impacto econômico considerável para a

região. Esse cenário sugere a importância de compreender como a produção de dendê pode estar relacionada não apenas ao crescimento agrícola, mas também ao desenvolvimento econômico local.

A área destinada à colheita e a área efetivamente colhida mostram certa estabilidade ao longo dos anos, indicando uma gestão eficiente da área cultivada. O rendimento médio, que permanece constante em 4.000 kg/ha de 2004 a 2009, experimenta um aumento significativo a partir de 2011, chegando a 4.800 kg/ha em 2011. Isso sugere melhorias nas práticas agrícolas ou adoção de tecnologias mais eficientes, o que pode ser um ponto focal na pesquisa para entender as razões por trás desse aumento na produtividade.

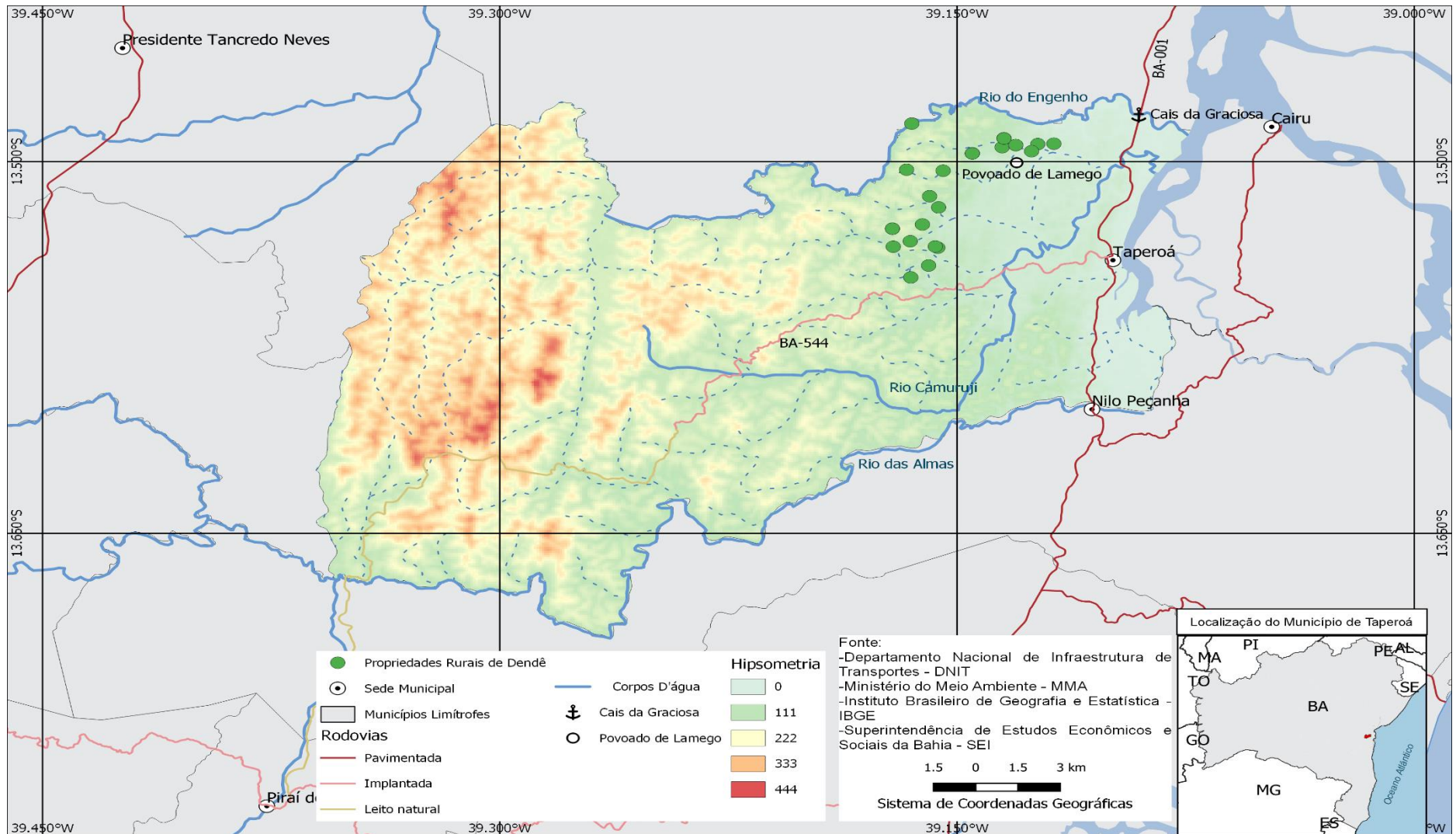
No entanto, é importante observar uma queda acentuada na quantidade produzida, valor da produção e rendimento médio a partir de 2016. A quantidade produzida cai para 19.043 toneladas, o valor para 4.761 milhões de reais, e o rendimento médio para 3.551 kg/ha. Essa diminuição pode apontar para desafios enfrentados pelo setor e destaca a relevância da pesquisa para compreender os fatores que contribuem para essas variações ao longo do tempo.

A análise dos dados da produção de dendê em Taperoá revela uma interseção promissora entre a indicação geográfica e o turismo como impulsionadores do desenvolvimento territorial. A busca pelo registro de uma Indicação Geográfica pode fortalecer a identidade e a qualidade do produto local, agregando valor ao setor agrícola e criando oportunidades para o turismo sustentável. Essa integração pode não apenas impulsionar a economia local, mas também preservar e promover a rica herança agrícola de Taperoá, tornando as propriedades rurais um atrativo turístico único e autêntico.

Neste sentido, foram investigadas 62 propriedades rurais em Taperoá, pertencentes a 55 produtores identificados como Pessoa Física. Os dados revelam que 90% dos entrevistados estão na faixa etária entre 40 e 79 anos, com 29% na faixa de 60 a 69 anos. As propriedades abrangem áreas que variam de 0,7 a 260 hectares (ha), com uma média de 22,72 ha, totalizando 1340,5 ha, sendo que 74% delas estão na faixa de 0 a 19 ha. A espacialização destas propriedades está disponível no mapa 04.

Quanto à produção de dendê, a área total destinada é de 694,40 ha, com 18 propriedades alocando 100% de sua área para esse cultivo. Além disso, 7 propriedades possuem entre 5% e 12% de área com cultivo de dendê, e 2 possuem apenas 50 e 800 pés plantados. Com 93% das propriedades sendo próprias, destaca-se que há 910,70 ha de dendezeiros do tipo dura subespontâneos em produção, com idade média de 60 anos e 11 meses. A altura média das plantas é de 21,19 metros, e a produção de cachos em 2019 atingiu 1.465,5 toneladas.

Mapa 04 – Espacialização das propriedades rurais produtoras de Dendê do Município de Taperoá – BA



Fonte: Costa, 2021

As dificuldades enfrentadas na cadeia produtiva do dendê incluem adubação, dificuldades no corte, estradas para transporte de cortador, financiamento, falta de mão-de-obra, política de preço mínimo, pragas que afetam os pés de dendê, preço, falta de apoio da assistência técnica, dificuldade para conseguir financiamento para as práticas no cultivo junto aos agentes credores oficiais, custeio acima de 3 anos, assistência técnica voltada para o plantio de dendê, ausência de EPIs e atravessadores. Adicionalmente, há relatos de dificuldades com cortadores de dendê e falta de interesse dos jovens nessa atividade.

Considerando o potencial turístico do município, a integração da agricultura de dendê ao turismo atrai visitantes em busca de experiências autênticas. A produção sustentável, incluindo a fabricação de azeite e nozes de coco, enriquece o turismo local, proporcionando aos visitantes a oportunidade de vivenciar de perto a cultura e as práticas agrícolas. Essa integração impulsiona não apenas o turismo rural, gerando empregos, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento econômico da região.

A interseção promissora entre a indicação geográfica e o turismo como impulsionadores do desenvolvimento territorial é evidenciada pela expressiva produção de dendê. A busca pelo registro de uma Indicação Geográfica fortalece a identidade e qualidade do produto local, acrescentando valor ao setor agrícola e criando oportunidades para o turismo sustentável. Esse alinhamento não apenas impulsiona a economia local, mas também preserva e promove a rica herança agrícola de Taperoá, tornando as propriedades rurais atrativos turísticos únicos e autênticos.

A cultura do dendê pode ser estrategicamente vinculada aos atrativos turísticos, oferecendo experiências enriquecedoras aos visitantes e estimulando a economia local. Essa sinergia entre a indicação geográfica e o turismo não apenas impulsiona a visibilidade e comercialização do dendê, mas também contribui para o desenvolvimento integral do território, promovendo a preservação cultural, ambiental e melhorias na qualidade de vida da comunidade (quadro 10).

Quadro 10 - Análise da hierarquização dos atrativos turísticos

Categoria	Atrativo	Potencialidade de atratividade	Grau de uso atual	Representatividade	Apoio local e comunitário	Estado de conservação	Infraestrutura	Acesso	Total
Atrativos Culturais	Chegança	2	2	3	2	1	1	1	17
	Zambiapunga	2	2	3	2	1	1	1	17
	Banda Marcial de Taperoá	1	2	3	1	1	1	1	14
	Samba de Roda das Lavadeiras da Comunidade Quilombola Pedra Branca do Riacho do Ouro	2	2	3	1	1	1	1	16
	Samba de Roda e Enrolar Boi Mimoso do Quilombo do Lanmego	2	2	3	1	1	1	1	16
	Igreja de São Brás	1	2	1	2	1	1	1	11
	Centro Histórico da Cidade de Taperoá	1	2	1	0	1	1	1	9
	Capela de N. S. da Ajuda	1	2	1	0	1	1	1	9
	Capela de N. S. da Boa Morte	1	2	1	0	1	1	1	9
Atrativos Naturais	Balneário Araruana	1	2	2	2	1	1	0	12
	Cachoeira de Marina	1	2	3	2	1	1	1	15
	Cachoeira de Paripe	1	2	3	2	1	1	1	15
	Balneário da Ilha da Fantasia	1	2	2	2	1	1	1	13
	Balneário do Encontro das Águas	1	2	2	2	1	1	1	13
	Rio das Almas	2		3	3	1	1	1	16
Eventos calendari- zados	Festejos de São Brás	1	2	1	0	1	1	1	9
	Festa de Santo Antônio	1	2	1	0	1	1	1	9
	Festa da Senhora Santana	1	2	1	0	1	1	1	9
	Festa de N. S. da Boa Morte	1	2	1	0	1	1	1	9
	Festa de N. Sra. da Conceição	1	2	1	0	1	1	1	9
	Aniversário de Taperoá	1	2	1	0	1	1	1	9
Atividades econômicas	Cultivo do Dendê	2	2	3	2	1	1	1	17
	Beneficiamento do Dendê	2	2	3	2	1	1	1	17

Fonte: elaboração da autora

No município de Taperoá, a análise de potencialidade dos atrativos turísticos revela um conjunto diversificado de elementos que podem impulsionar o desenvolvimento do turismo local. A infraestrutura de acesso e transporte de Taperoá conta com o uso de transportes hidroviários diários e rodoviário, através da principal rodovia estruturante: a BA-001. Esta rodovia liga a área urbana de Taperoá às áreas urbanas de Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Valença e Nilo Peçanha e possui sinalização vertical e horizontal (BAHIA, 2015).

A análise de potencialidade destes atrativos, classificados por hierarquia, contribui para a criação de uma estratégia de turismo (quadro 11).

Quadro 11 - Hierarquização dos atrativos turísticos de Taperoá

Atrativo	Total	Hierarquia
Cultivo do Dendê	17	1º
Beneficiamento do Dendê	17	1º
Chegança de Mouros	17	1º
Zambiapunga	17	1º
Samba de Roda das Lavadeiras da Comunidade Quilombola Pedra Branca do Riacho do Ouro	16	2º
Samba de Roda e Enrolar Boi Mimoso do Quilombo do Lanmego	16	2º
Rio das Almas	16	2º
Cachoeira de Marina	15	3º
Cachoeira de Paripe	15	3º
Banda Marcial de Taperoá	14	4º
Balneário da Ilha da Fantasia	13	5º
Balneário do Encontro das Águas	13	5º
Balneário Araruana	12	6º
Igreja de São Brás	11	7º
Centro Histórico da Cidade de Taperoá	9	8º
Capela de N. S. da Ajuda	9	8º
Capela de N. S. da Boa Morte	9	8º
Festejos de São Brás	9	8º
Festa de Santo Antônio	9	8º
Festa da Senhora Santana	9	8º
Festa de N. S. da Boa Morte	9	8º
Festa de N. Sra. da Conceição	9	8º
Aniversário de Taperoá	9	8º

Fonte: elaborado pela própria autora

O cultivo e beneficiamento do dendê, a Chegança de Mouros (figura 12), a Zambiapunga (figura 13), e o Samba de Roda das lavadeiras da Comunidade Quilombola Pedra Branca do Riacho do Ouro (Figura 14) despontam como atrativos de primeira ordem, apresentando-se como excepcionais, com significativa relevância para o mercado turístico

capazes de motivar um considerável fluxo turístico por si só. Destacam-se, dentre esses elementos, a Zambiapunga, cujos sons emanam de tambores e utensílios, como as pás, enxadas e as conchas do mar e contam com 35 participantes, entre jovens e adultos, que se apresentam usando máscaras de tecido e de papelão que são confeccionados pelos próprios participantes.

Figura 12 - Chegança dos Mouros de Taperoá



Fonte: Chegança Taperoá, 2015.

Figura 13 - Zambiapunga



Fonte: Luz, 2020; acervo pessoal da autora



Figura 14 - Samba de roda das lavadeiras da comunidade quilombola de Pedra Branca do Riacho do Ouro.



Fonte: SEPRMI, 2020

No segundo patamar, o samba de roda e enrolar Boi Mimoso do Quilombo do Lanmego, o Rio das Almas (figura 15), que conta com um píer de atracação, tem capacidade para receber escunas, saveiros e veleiros e demonstra a capacidade de desenvolvimento de atividades náuticas fluviais de baixo impacto ambiental como a canoagem. As festividades culturais locais consolidam-se como elementos de interesse nacional e internacional, contribuindo para a diversificação das atrações turísticas.

Cumprе ressaltar que Taperoá abriga quatro comunidades remanescentes quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (2020): Miguel Chico, Lanmego, Graciosa e a Pedra Branca do Riacho do Ouro. Para além de seu caráter histórico, o Quilombo da Graciosa desperta interesse turístico para aqueles que se dirigem às ilhas de Boipeba e Tinharé, dada a sua localização na divisa de Taperoá e Valença, às margens da BA 001, na encosta do Rio Graciosa.

As 154 famílias residentes na comunidade subsistem, principalmente, da pesca e mariscagem. No entanto, esse interesse tem gerado conflitos entre o setor privado e os habitantes locais, uma vez que as atividades turísticas realizadas no território da comunidade

estão sendo desenvolvidas à revelia e sem a participação consentida dos moradores, promovendo uma expansão não planejada, estimulando a especulação imobiliária, restringindo o acesso dos moradores ao rio, e provocando alterações ambientais decorrentes do desmatamento e aterramento das fontes d'água utilizadas pela comunidade.

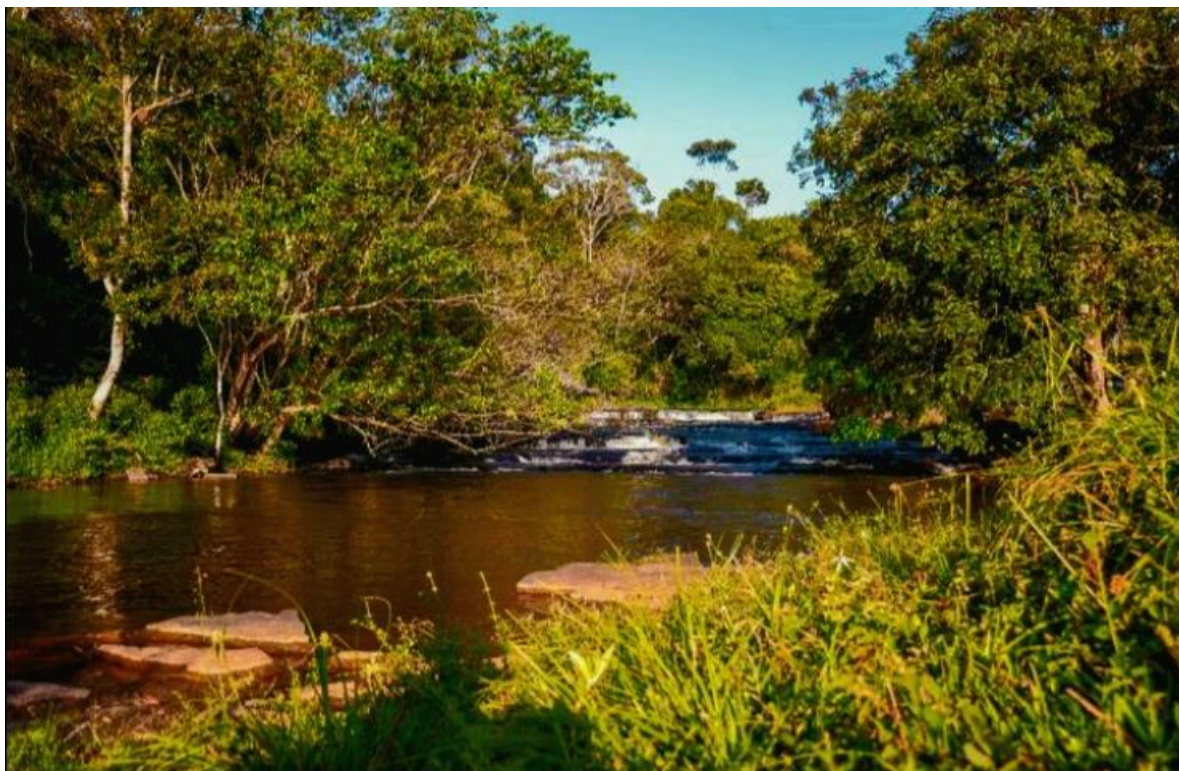
Figura 15 - Vista do Rio das Almas pela Orla de Taperoá



Fonte: Acervo pessoal da autora

Já no terceiro nível, as cachoeiras de Marina e Paripe (figura 16), embora com um apelo menor que os anteriores, ainda detêm características capazes de atrair visitantes, principalmente aqueles que buscam experiências naturais e oferecem potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo. A primeira cachoeira conta com um mirante que permite ter uma ampla visão das vegetações de Taperoá. Sua queda d'água tem uma altura de 20 metros e forma uma piscina natural propícia para o banho. Já a cachoeira do Paripe tem uma queda d'água de 10 metros e forma um poço numa ampla área verde.

Figura 16 - Cachoeira do Paripe



Fonte: Google, 2023

A quarta e quinta posições incluem a Banda Marcial de Taperoá, os balneários da Ilha da Fantasia, Encontro das Águas e Araruana, localizado a 2 km do centro de Taperoá, com piscinas naturais e pequenas quedas d'água. Este atrativo conta com um bar e restaurante que funciona apenas na alta estação, apresentando-se como elementos de relevância local, com potencial para motivar fluxos regionais. Outros atrativos turísticos similares são as pequenas cachoeiras e piscinas naturais localizada nos balneários da Ilha da Fantasia e do Encontro das Águas às margens do rio Camurugi.

Os atrativos que compõem a sexta, sétima e oitava hierarquias, e diversas festividades locais, as quais se manifestam através de um abrangente calendário de

celebrações religiosas católicas, que se estende de maio a dezembro. Adicionalmente, o município ostenta um notável patrimônio arquitetônico cultural urbano, composto pelas capelas de N. Sra. da Boa Morte (figura 17) e da N. Sra. da Ajuda (figura 18) Igreja de São Brás (figura 19), o Centro Histórico da Cidade de Taperoá. Embora essenciais para a identidade cultural do município, possuem um apelo mais restrito, focado principalmente em visitantes locais e regionais.

Figura 17 - Capela N. Sra. da Boa Morte



Fonte: Portal de Taperoá, 2016

Figura 18 - Capela N. Sra. D'Ajuda



Fonte: Portal Taperoá, 2016

Figura 19 - Igreja de São Brás



Fonte: Acervo pessoal da autora; Portal de Taperoá, 2016.

Esse levantamento estruturado dos atrativos de Taperoá, distribuído pelos diferentes tipos de turismo, não apenas evidencia a diversidade do município, mas também sinaliza oportunidades para o desenvolvimento sustentável do turismo local. Ao capitalizar esses recursos de maneira estratégica, Taperoá pode se posicionar como um destino turístico

multifacetado, atraindo uma gama variada de visitantes e contribuindo para o crescimento econômico da região (quadro 12).

Quadro 12 - Identificação dos atrativos de Taperoá conforme o tipo de Turismo

Tipos de Turismo	Atrativos Reais
Cultural	Chegança, Zambiapunga, Samba de Roda das Lavadeiras da Comunidade Quilombola Pedra Branca do Riacho do Ouro, Samba de Roda e Enrolar Boi Mimoso do Quilombo do Lanmego, Centro Histórico da Cidade de Taperoá, Banda Marcial de Taperoá.
Náutico	Rio das Almas.
Rural	Cultivo e beneficiamento do Dendê.
Ecoturístico	Balneário da Ilha da Fantasia; Balneário do Encontro das Águas; Balneário Araruana; Cachoeira de Marina; Cachoeira de Paripe.

Fonte: elaborado pela própria autora.

O levantamento dos atrativos de Taperoá, categorizado conforme diferentes tipos de turismo, oferece uma base sólida para a criação de roteiros interligados, enriquecendo a experiência do visitante e promovendo a exploração integral do município. Ao considerar a diversidade dos atrativos, os gestores turísticos podem desenvolver itinerários que atendam a múltiplos interesses, maximizando o potencial de atração de visitantes das seguintes maneiras:

1. Criação de Roteiros Temáticos:

- Os atrativos culturais, como "Chegança" e "Samba de Roda", podem ser agrupados em um roteiro cultural, oferecendo aos visitantes uma imersão profunda na rica herança cultural de Taperoá.
- Roteiros náuticos podem incluir o "Rio das Almas", proporcionando experiências aquáticas e explorando a beleza natural ao longo do curso d'água;

2. Experiências Integradas:

- Roteiros que interligam atividades culturais, como participar de eventos e visitar o Centro Histórico, com experiências rurais, como o "Cultivo do Dendê", podem oferecer uma jornada completa, conectando diversos aspectos da identidade local.

3. Circuitos Ecoturísticos:

- A criação de circuitos ecoturísticos que englobem cachoeiras, balneários e outras atrações naturais oferece aos visitantes a oportunidade de explorar a beleza natural diversificada de Taperoá.

4. Eventos Integrados:

- Considerando festividades locais, como "Festejos de São Brás" e "Aniversário de Taperoá", os roteiros podem ser planejados para coincidir com esses eventos, proporcionando aos visitantes uma experiência enriquecida com a atmosfera festiva.

5. Incorporação de Atividades Complementares:

- Roteiros podem ser desenhados para incorporar atividades adicionais, como oficinas de beneficiamento do dendê, promovendo uma compreensão mais profunda das práticas agrícolas locais.

Ao entrelaçar esses diferentes aspectos, os roteiros interligados não apenas promovem a diversidade de Taperoá, mas também incentivam a permanência prolongada dos turistas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do turismo na região. A colaboração entre diferentes setores e comunidades locais é essencial para a implementação bem-sucedida desses roteiros, garantindo uma experiência turística integrada e memorável.

Diante do processo de caracterização dos potenciais atrativos, a pesquisa de campo, conduzida com meticulosidade, proporcionou uma breve inventariação turística do local, essencial para a estruturação e desenvolvimento da atividade turística. A abordagem adotada, baseada nos formulários do Ministério do Turismo (2006), aliou dados coletados in loco a informações documentais e bibliográficas, concentrando-se em critérios como singularidade, acessibilidade, nível de visitação e presença de infraestrutura turística.

A multiplicidade de critérios, desde a singularidade do atrativo até o apoio da comunidade local, ofereceu uma visão abrangente e estratificada. A hierarquização permitiu diferenciar entre atrativos excepcionais de interesse internacional, capazes de gerar considerável fluxo turístico, e aqueles de relevância local, formando parte do patrimônio turístico regional. Essa abordagem detalhada não apenas identificou os pontos de destaque, mas também proporcionou uma base sólida para a elaboração de estratégias de desenvolvimento turístico, considerando as especificidades e potencialidades de cada atrativo.

A partir desta explanação, percebe-se que tanto no dendê, quanto no azeite existem qualidades específicas que se originam do território a partir das relações entre os produtores, sua cultura e a natureza que indica sua origem. A territorialidade do dendê, expressa na paisagem do Baixo Sul, e seu patrimônio foram construídos a partir da influência do negro africano na cultura brasileira e da produção do azeite. Este produto turístico composto pela herança histórica, meio ambiente, patrimônio alimentar cultural e a dinâmica sociocultural fez do destino Costa do Dendê: um território de ampla procura.

Em adição à gastronomia, o dendê está presente nas letras de músicas, nos livros e poemas construindo a identidade territorial dos habitantes de Taperoá, sobretudo dos produtores de dendê. Por essa razão é possível considerá-lo como um patrimônio territorial que transcende a condição de alimento e se torna comida, como esclarece Oliveira (2020). Neste contexto, o dendê e seu azeite podem ser trabalhados como um recurso turístico, seja através do Turismo Rural, vivenciando a rotina do produtor com suas experiências na fabricação do óleo, seja do Turismo Gastronômico com a degustação de pratos à base do deste azeite.

Estes recursos territoriais quando associados com os atributos físicos representam a possibilidade para composição de uma CBST, na qual os atrativos históricos, culturais e naturais são disponibilizados para que os turistas possam desfrutar. Nesta perspectiva, é viável desenvolver o Turismo Rural com base na Agricultura Familiar, através da aderência de família produtoras interessadas em oferecer hospitalidade aos visitantes, proporcionando experiências relacionadas às atividades rurais cotidianas como passeio a cavalo, participação da colheita do dendê, produção de azeite e degustação de frutas colhidas diretamente das árvores de suas propriedades. Isso permite que os turistas vivenciem uma parcela do cotidiano do produtor rural. Ações como estas valorizam os diversos produtos da agricultura como também a culinária do município, seja através dos pratos servidos restaurantes, seja através da comercialização de produtos artesanais gastronômicos beneficiados pelos produtores rurais familiares.

A proposta de uma cesta de bens e serviços territoriais, centrada na possibilidade de indicação geográfica do dendê, pode ser delineada considerando a singularidade deste produto. A cesta pode incluir produtos derivados do dendê, como óleo, alimentos e artesanato local relacionado à cultura do dendê. Serviços turísticos que oferecem experiências de visitação aos cultivos e processos de beneficiamento do dendê também podem ser integrados, proporcionando uma imersão completa na cultura local como, por exemplo:

- Tour pelo Cultivo de Dendê: visita guiada aos plantios de dendê, proporcionando uma compreensão do processo de cultivo, colheita e cuidados necessários e participação em atividades práticas, como colheita simbólica, para envolver os visitantes na experiência agrícola.
- Processo de Beneficiamento: visita pelas unidades de beneficiamento do dendê, explicando as etapas de processamento para a produção de óleo e outros produtos

- derivados e demonstração prática do beneficiamento, permitindo aos visitantes participar ativamente do processo;
- Degustação de Produtos Locais: sessão de degustação de alimentos preparados com óleo de dendê, destacando a culinária local e seus sabores únicos e oferta de produtos derivados, como óleo de dendê, molhos, temperos e até mesmo produtos artesanais feitos com base no dendê;
 - Atividades Culturais: inclusão de apresentações culturais, como danças tradicionais, música e manifestações artísticas relacionadas à cultura do dendê e participação em eventos culturais locais, como festivais ou celebrações que tenham o dendê como tema central;
 - Artesanato Local: visitas a cooperativas ou artesãos locais que produzem artesanato inspirado no dendê, oferecendo aos visitantes a oportunidade de adquirir lembranças autênticas e oficinas práticas para os turistas participarem da criação de produtos artesanais;
 - Experiências Gastronômicas: refeições em restaurantes locais que destacam pratos preparados com óleo de dendê e cursos de culinária, onde os visitantes podem aprender a preparar pratos típicos da região;
 - Interação com Comunidades Locais: visitas às comunidades que dependem do cultivo do dendê, proporcionando aos visitantes uma compreensão mais profunda do impacto cultural e econômico desse setor;
 - Atividades Ambientais: trilhas ecológicas explorando áreas naturais próximas aos cultivos de dendê, enfatizando a importância da preservação ambiental e atividades de plantio simbólico ou programas de conscientização ambiental;

Ao incorporar esses elementos na cesta de bens e serviços territoriais, constrói-se uma oferta turística diversificada que ressalta a riqueza da cultura local, fomenta o turismo sustentável e oferece uma experiência memorável aos visitantes. A harmoniosa integração dessas abordagens não apenas promete uma experiência turística enriquecedora e memorável, mas também desempenha um papel crucial no fortalecimento da identidade local e na consolidação da indicação geográfica do azeite de dendê.

Considerando o que foi dito previamente por Pecqueur (2005) acerca das Cestas de Bens de Serviços Territoriais, relacionou-se os atrativos turísticos com o desenvolvimento territorial para compreender o processo de especificidade territorial que resultasse em uma

oferta de atividades e serviços com bases nos fatores territoriais genéricos ou específicos conforme se mostra a seguir (quadro 13):

Quadro 13 - Especificação territorial dos atrativos turísticos de Taperoá – Ba.

Ativos genéricos	Ativos específicos
Centro Histórico da Cidade de Taperoá, Balneário da Ilha da Fantasia, Balneário do Encontro das Águas, Balneário Araruana, Banda Marcial de Taperoá.	Samba de Roda das Lavadeiras da Comunidade Quilombola Pedra Branca do Riacho do Ouro, Samba de Roda e Enrolar Boi Mimoso do Quilombo do Lanmego.
Recursos genéricos	Recursos específicos
Rio das Almas, Cacheira de Marina e Cachoeira de Paripe	Igreja de São Brás, Capela de N. S. da Ajuda, Capela de N. S. da Boa Morte, Festejos de São Brás, Festa de Santo Antônio, Festa da Senhora Santana, Festa de N. S. da Boa Morte, Festa de N. Sra. da Conceição, Aniversário de Taperoá.

Fonte: elaborado pela autora.

Assim, surge a proposta da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) Taperoá, que visa proporcionar aos visitantes uma experiência imersiva e autêntica, destacando os elementos distintivos do território. A composição da cesta baseia-se nos elementos distintivos da região, a cesta oferece uma oportunidade única de explorar a riqueza cultural, gastronômica e ambiental do território, destacando o dendê como fio condutor dessa experiência enriquecedora.

Ativos genéricos:

1. Fatores de Localização Panorâmica: Passeios panorâmicos em pontos estratégicos que oferecem vistas deslumbrantes da paisagem, destacando os aspectos geográficos únicos de Taperoá.

Recursos genéricos:

1. Artesanato Inspirado no Dendê: Visita a cooperativas de artesãos locais, onde os visitantes podem adquirir produtos artesanais inspirados no dendê, refletindo a riqueza cultural da região.

Ativos Específicos:

1. Tour pelo Cultivo do Dendê: Experiência guiada pelos plantios de dendê, destacando a importância econômica e cultural do cultivo na comunidade local.

Recursos Específicos:

1. Degustação de Produtos Locais: Sessão de degustação de pratos preparados com óleo de dendê, proporcionando uma experiência gastronômica autêntica e valorizando os produtos locais.

Combinação Integrada:

- **Tour Cultural e Ecológico:** Integração de atrativos culturais, como "Chegança" e "Samba de Roda", com trilhas ecológicas próximas, oferecendo uma experiência completa que une a cultura local à natureza.

- **Evento "Raízes do Dendê: o autêntico sabor de Taperoá":** Celebração anual que destaca a cultura do dendê, incluindo apresentações culturais, gastronomia, e oportunidades para participar de atividades relacionadas ao processo de beneficiamento do dendê.

Roteiros Interligados:

1. Circuito do Dendê: Engloba o "Tour pelo Cultivo do Dendê" e o "Processo de Beneficiamento", proporcionando uma jornada completa desde a plantação até a produção final.

2. Exploração Náutica e Cultural: Roteiro que combina o "Rio das Almas" com eventos culturais locais, permitindo que os visitantes explorem a beleza natural e a rica herança cultural de Taperoá.

Benefícios Adicionais:

- **Oficinas Práticas:** Oferecimento de oficinas práticas, onde os visitantes podem participar ativamente do beneficiamento do dendê, promovendo uma compreensão mais profunda das práticas agrícolas locais.

- **Cursos de Culinária Regional:** Aulas práticas para aprender a preparar pratos típicos da região, destacando o uso do óleo de dendê na culinária local.

Ao reunir esses elementos em uma cesta integrada, a CBST busca não apenas promover os atrativos turísticos de Taperoá, mas também proporcionar uma experiência enriquecedora que destaca a identidade local, promove o turismo sustentável e contribui para o fortalecimento da indicação geográfica do azeite de dendê.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, ressaltando que este estudo não é conclusivo, mas está aberto a novas pesquisas, visto que novas questões surgirão continuamente. Com esse objetivo, serão expostas algumas percepções obtidas para auxiliar aqueles interessados no desenvolvimento territorial por meio do turismo e da Indicação Geográfica.

O trabalho buscou analisar se os atrativos turísticos do município de Taperoá-BA, associados à Indicação Geográfica do Azeite de Dendê, poderiam contribuir para seu desenvolvimento territorial. A pergunta central foi: "Em que medida o turismo associado à Indicação Geográfica do Azeite de Dendê poderia contribuir para o desenvolvimento territorial de Taperoá-BA?". Com base nas referências pesquisadas, nos conceitos teóricos e na análise dos dados coletados entre 2020 e 2022, pode-se afirmar que os objetivos específicos foram atendidos.

Neste contexto de pesquisa, a questão central reside não apenas na escolha da configuração turística desejada, mas principalmente na capacidade do território em expressar uma configuração turística atrativa alinhada com suas próprias vocações e as oportunidades presentes em um cenário competitivo. Isso implica considerar as características estruturais e as tendências evolutivas da demanda turística, assim como as estratégias competitivas para enfrentar a concorrência com destinos similares.

A orientação atrativa do sistema turístico local é compreendida como aquela que se origina da dotação de recursos territoriais, chamados de fatores de atratividade, e do sistema de fruição construído com base nesses elementos. Essa orientação busca atender diretamente aos objetivos de alinhar a atratividade do território às demandas presentes e futuras dos fluxos turísticos. A coerência estratégica da configuração turística atrativa é, portanto, avaliada pela sua capacidade de refletir as necessidades dos fluxos turísticos que se pretende atrair.

As particularidades do dendê e do azeite de dendê de Taperoá destacam-se como expressões autênticas das características territoriais únicas do Baixo Sul. A influência do clima, solo e da rica cultura local, aliada ao valioso *savoir-faire*, representa o principal capital social do território dedicado ao dendê. Esses elementos distintivos justificam não apenas a concessão da indicação geográfica, mas também se revelam como excelentes atrativos para impulsionar a atividade turística. Ao explorar as singularidades de Taperoá, os visitantes têm

a oportunidade de vivenciar uma experiência genuína, enraizada nas características exclusivas desse território, tornando-o um destino turístico envolvente e autêntico.

Desta forma, os ativos territoriais ligados ao meio natural representam uma estratégia de desenvolvimento territorial, tendo por enfoque o Turismo e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Tanto a IG quanto o Turismo têm potencialidades que demonstram a necessidade de planejamento e enraizamento de ações efetivas de desenvolvimento territorial.

No âmbito dessa investigação, a questão preponderante reside não apenas na definição do tipo de configuração turística desejada, mas, sobretudo, na capacidade do território em expressar uma configuração turístico-atrativa alinhada com suas próprias vocações e as oportunidades oferecidas em um cenário competitivo. Isso implica considerar as características estruturais e as tendências evolutivas da demanda turística, bem como as orientações competitivas para a concorrência com destinos similares.

A orientação atrativa do sistema turístico local é entendida como aquela derivada da dotação de recursos territoriais, denominados fatores de atratividade, e do sistema de fruição construído com base nesses elementos. Essa orientação responde diretamente aos objetivos de alinhar a atratividade do território às demandas atuais e futuras dos fluxos turísticos. A coerência estratégica da configuração turístico-atrativa é, portanto, medida pela sua capacidade de refletir as necessidades dos fluxos turísticos que se almeja atrair.

Após percorrer diversas categorias de análise, é possível perceber que o Turismo, o Território e a Indicação Geográfica se inter-relacionam, formando um conjunto de relações complementares. Quando se mencionam os diferentes critérios para diferenciar e valorizar os produtos, através da Indicação Geográfica, um dos primeiros pontos a serem evidenciados é o vínculo do produto com o território. Esse recorte teórico leva a compreender a relação território-turismo, uma vez que o primeiro é transformado constantemente pelo segundo, caracterizando-se pelo fato do espaço ser o objeto de consumo principal da atividade turística.

A valorização dos atrativos turísticos e atributos territoriais vai além da geração de renda, pois possibilita redefinir a importância de alguns produtos e atores sociais que podem estar excluídos dos processos hegemônicos territoriais. O dendê e o azeite de dendê representam uma fonte de renda significativa de renda para os agricultores e tem um papel central na economia de Taperoá-BA e a valorização destes produtos específicos fortalece o patrimônio territorial e alimentar e parte da estima dos produtores implicados com estes recursos territoriais.

Sua rica diversidade cultural, náutica, rural e ecoturística, oferece aos visitantes uma experiência verdadeiramente enriquecedora. Nas manifestações culturais, como a

Chegança, Zambiapunga, Samba de Roda das Lavadeiras da Comunidade Quilombola Pedra Branca do Riacho do Ouro, Samba de Roda e Enrolar Boi Mimoso do Quilombo do Lanmego, e a preservação do Centro Histórico da Cidade de Taperoá, os turistas podem mergulhar nas tradições locais e testemunhar a vibrante cena cultural da região.

Para os amantes da natureza e atividades náuticas, o Rio das Almas oferece um cenário deslumbrante para passeios e momentos de tranquilidade. Já a experiência rural é enriquecida pelo cultivo e beneficiamento do dendê, proporcionando aos visitantes uma imersão autêntica nas práticas agrícolas locais. Além disso, as opções ecoturísticas, como o Balneário da Ilha da Fantasia, Balneário do Encontro das Águas, Balneário Araruana, Cachoeira de Marina e Cachoeira de Paripe, permitem aos visitantes explorar as belezas naturais da região, criando memórias inesquecíveis em meio a paisagens exuberantes. Essa diversidade de atrativos faz de Taperoá um destino turístico completo, onde cada categoria oferece uma perspectiva única da riqueza cultural e natural desse encantador município baiano.

Por isso, o turismo pode ser considerado um ativo territorial de acordo com a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, uma vez que seus atrativos naturais e históricos podem trazer um fluxo turístico expressivo e portanto, exerce uma ligação entre os diferentes produtos e serviços territoriais, o que fortalece a ideia de ser considerado como uma possibilidade para o desenvolvimento territorial.

O incentivo ao desenvolvimento turístico de Taperoá-BA, como produto turístico, a partir da notoriedade do dendê, envolve o incremento da atividade turística e consistirá em novas estruturas colaborativas e resultará em novos direcionamentos institucionais, materializados através de novos produtos turísticos. Esses produtos ressaltarão experiências exclusivas e o aumento da competitividade turística, tornando Taperoá-BA um destino de valor diferenciado através do fortalecimento das relações entre os turistas e a comunidade, firmado também como território de inovação.

Essa transformação sempre causa algum impacto, que varia conforme a atividade turística desenvolvida e gestão realizada sobre ela. Esse é o fator de diferenciação perante as outras atividades produtivas: é através do consumo do espaço pelo Turismo que os territórios turísticos são gerados. Logo, fica evidenciada a pertinência do estudo do Turismo pela ciência geográfica.

É importante frisar que o território não deve ser interpretado apenas como um apoio para o desenvolvimento da atividade turística e sim, como uma unidade para seu planejamento e desenvolvimento, sem deixar de considerar as possibilidades de

implementação de estratégias e políticas para unir os recursos econômicos, culturais e ambientais.

A relação próxima entre o vínculo do produto com a origem territorial e sua especificidade é o critério mais importante, sobretudo, quando se considera o turismo. Considerando que uma IG não é criada, mas é reconhecida, a notoriedade e a especificidade do produto necessitam de documentações comprobatórias que devem relatar entre outras coisas o momento histórico da constituição do território relacionado ao produto, elementos da identidade territorial (saber-fazer) ligado ao produto e o turismo associado ao produto. No caso do Azeite da Costa do Dendê, este vínculo fica estabelecido através do saber-fazer ancestral do óleo e de todo o patrimônio imaterial ligado a ele.

A ordenação territorial proposta a partir do desenvolvimento do Turismo passa a ser uma opção ao turismo predatório e busca incorporar objetivos territoriais que possibilitam considerar a atividade turística como um fator para correção dos desequilíbrios espaciais através da criação de infraestrutura e configuração de zonas turísticas.

Ordenar o território turístico levanta três questões importantes: o que vai ser ordenado? Para que se vai ordenar? E de que forma esta ordenação se dará? De certa forma, ordenar consiste em atribuir usos específicos – de acordo com as atividades desenvolvidas pelo homem – e diferenciados às subdivisões existentes (bairros, municípios, parcelas etc.). Por isto, a ordenação responde a fins e objetivos definidos, na maioria das vezes, pelas legislações existentes sobre o tema, para impulsionar o desenvolvimento econômico, melhorar a qualidade de vida entre outros motivos. O processo final do ordenamento fará referência aos objetivos propostos e seus critérios. Um critério a ser considerado é que o caráter limitado do território, pois, este é um bem escasso – tanto em termos absolutos quanto nos termos de qualidades adicionais, como por exemplo, solos especialmente aptos para agricultura.

À luz do objetivo desta pesquisa, percebe-se que Taperoá – BA possui elementos para desencadear o processo de desenvolvimento territorial a partir da valorização dos ativos territoriais e dos recursos específicos. No entanto, para que isso aconteça é necessário que haja uma maior articulação entre os atores locais envolvidos para que haja a valorização dos produtos do território de forma conjunta e não isolada, como acontece atualmente.

No contexto de Taperoá-BA, a proposta da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) emerge como uma oportunidade para o visitante explorar a riqueza cultural, gastronômica e ambiental da região. Ao destacar o dendê como elemento condutor dessa experiência enriquecedora, a CBST oferece uma oportunidade única de imersão e autenticidade.

Os ativos genéricos, como os passeios panorâmicos em pontos estratégicos, revelam vistas deslumbrantes da paisagem, ressaltando os aspectos geográficos únicos de Taperoá e proporcionam ao visitante a chance de adquirir produtos que refletem a riqueza cultural da região, promovendo o engajamento com os artesãos locais.

A CBST não se limita a esses aspectos. Ao explorar os ativos específicos, o visitante é guiado pelos plantios, destacando a importância econômica e cultural do cultivo na comunidade local. Os recursos específicos proporcionam uma experiência gastronômica autêntica, valorizando os produtos locais e estabelecendo uma conexão mais profunda com o território.

A combinação integrada de um Tour Cultural e Ecológico, juntamente com o Evento "Raízes do Dendê," cria uma experiência completa que une a cultura local à natureza, celebrando anualmente a autenticidade de Taperoá. Roteiros Interligados, como o Circuito do Dendê e a Exploração Náutica e Cultural, oferecem jornadas completas desde o cultivo até a produção final, permitindo que o visitante explore a beleza natural e a rica herança cultural da região.

Além disso, a CBST propõe Benefícios Adicionais, como Oficinas Práticas e Cursos de Culinária Regional, permitindo ao visitante participar ativamente do beneficiamento do dendê e aprender a preparar pratos típicos, promovendo uma compreensão mais profunda das práticas agrícolas locais.

Ao reunir todos esses elementos em uma cesta integrada, a CBST não apenas promove os atrativos turísticos de Taperoá, mas também proporciona uma experiência enriquecedora que destaca a identidade local, promove o turismo sustentável e contribui para o fortalecimento da indicação geográfica do azeite de dendê. Essa proposta não apenas impulsiona o desenvolvimento territorial, mas também cria uma sinergia única entre as indicações geográficas e o turismo, elevando Taperoá-BA a um destino de valor diferenciado.

Para Taperoá, compreende-se que o sistema de impulsionamento aplicável é o impulsionamento híbrido entre as IGs e o turismo. Esse sistema se manifesta em territórios com notoriedade local e recursos naturais, muitas vezes pouco conhecidos pelo público em geral ou nos territórios em que a IG faz parte de um grupo de produtos não estreitamente ligados. Nesse cenário, pode ou não ser criada uma sinergia de desenvolvimento entre a infraestrutura verde e o turismo local (rural).

Essa interação entre a IG e a política local impulsiona o desenvolvimento de diversas atividades turísticas, como pousadas, turismo nas propriedades e visitas guiadas. A interação entre a IG e os municípios promove o desenvolvimento de vários outros setores não

especificamente associados ao vinho, como o gastronômico, a venda direta de produtos "coloniais" e a promoção do patrimônio cultural e tradicional. Algumas infraestruturas também foram aprimoradas, como a sinalização de acesso à região. Essa sinergia entre a IG e o turismo, assim como a melhoria da infraestrutura, contribui para a consolidação de Taperoá-BA como um destino turístico de destaque.

Por fim, é importante destacar que este estudo não esgota a discussão sobre o tema, sendo possível abordagem deste tema em futuras pesquisas. Com vistas a ampliar o conhecimento, sugere-se o retorno a este tema empregando-se a percepção dos produtores familiares nos espaços rurais sobre esta atividade. Além disso, pode-se elaborar um estudo exploratório com vistas a identificar a origem da percepção de valor da Indicação Geográfica para o Turismo como algo caro, predatório e exclusivo, com intuito de desmistificar essa visão.

REFERÊNCIAS

- A PLANTA DA VEZ. **Dendê-africano (*Elaeis guineensis* Jacq.)**. 2017. Disponível em: <https://www.aplantadavez.com.br/2016/01/dende-africano-elaeis-guineensis-jacq_3.html>. Acesso em: 17 set. 2021.
- ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**. Bauru, SP Edusc, 2002
- ALMEIDA, M. G. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 7, 2004, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: UFPR/UNICENP. 2004.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8. ed São Paulo: Ática, 2001
- ANJOS, L. C. dos. **Indicações Geográficas: tradição e desenvolvimento**. Belo Horizonte, MG: Initia Via, 2020.
- APARÍCIO, A. El turismo rural: una de las alternativas al desarrollo rural en la serranía de cuenca. **Cuadernos de Turismo**, n. 13, 73 -89, 2004. Disponível em: <<https://revistas.um.es/turismo/article/view/18841/18171>>. Acesso em 13 nov. 2022.
- ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. Potencialidades do turismo no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologia. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. (orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri. São Paulo: Manole, 2010.
- BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa do Dendê**. Secretaria de Turismo do Estado. Salvador, 2015.
- BARRERA et al. **Materiales de curso postgrado em alta dirección em turismo rural**. Facultad de Agronomía, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 12. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BARROSO, I. C.; ROMERO, G. G. *Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial*. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 13 (289), 281-309., 2009.
- BECATTINI, Giacomo. *Del distrito industrial marshalliano a la «teoría del distrito» contemporánea. Una breve reconstrucción crítica*. **Investigaciones Regionales-Journal of Regional Research**, n. 1, p. 9-32, 2002.
- BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; TOUZARD, J. **Geographical Indications, Public Goods, and Sustainable Development: The Roles of Actors' Strategies and Public Policies**. *World Development*. v. XX, 2015. Disponível em: <<<https://www.redalyc.org/pdf/289/28900101.pdf>>> Acesso em 10 set. 2022
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 4. Ed. Em. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul, Florianópolis**, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.

BERQUE, A.. **Poétique de la Terre: histoire naturelle et histoire humaine, essai de mésologie**. Paris: Belin, 2014. Disponível em: < Esprit-Jannel-Moreau-Berque-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)>. Acesso em 20 set. 2022

BERTALANFFY, L. VON. **Teoria Geral dos Sistemas**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo, SP: EDUSP: Zouk, 2008

BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L. Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, v. 21, 2012. www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1230_1.pdf

BRASIL. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019 – 2021**. Disponível em: < <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5741, de 30 de março de 2006. **Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências**. 2006. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm>. Acesso em 15 nov. 2022.

BRASIL. **Guia para Solicitação de registro de indicação Geográfica para produtos Agropecuários**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - CIG/DEPTA/SDC/MAPA. Brasília-DF. 2007. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-para-solicitacao-de-registro-de-indicacao-geografica-para-produtos-agropecuarios-2007.pdf/view>>. Acesso em; 15 nov. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Diário Oficial da União, 15 de maio 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.html>. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. **Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT**. Diário Oficial da União, 30 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019

BRASIL. Decreto nº 635, de 21 de agosto de 1992. **Promulga a Convenção de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, revista em Estocolmo a 14 de julho de 1967.** Diário Oficial da União, 21 de agosto de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0635.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRUCH, K. L. **Uma Breve Introdução à Implementação das Indicações Geográficas no Brasil.** 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8204>>. Acesso em: 21 set. 2020

BRUNCH, K.L. **Signos distintivos de origem: entre o velho e o novo mundo vitivinícola.** 2011.

CALDAS, A. dos S. Indicações Geográficas: Valorização E Saber Fazer Nos Territórios Da Propriedade Intelectual. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 13., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2019.

CALDAS, A. dos S.; ARAÚJO, C. C de. COURY, R. L. M. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de desenvolvimento territorial: desafios e potencialidades no distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XIX – V. 3 - N. 38 - Dezembro de 2017 - Salvador, BA – p. 81 – 108. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/5032/3401>. Acesso em: 22 set. 2020.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. **Indicações Geográficas Protegidas no Brasil: Possibilidades de Desenvolvimento Local.** 2012. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Indicacoes_protegidas_geograficas_000fjd6ygi702wyiv809gkz51ox8tnb8.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

CALDENTEY, P.A; GÓMEZ, A.C.M. Productos típicos, territorio y competitividad. *Agricultura y Sociedad*, 1996, nº80 – 81, p. 57-82.

CALVO, M.; SANCHO, F. **Estimación de la huella ecológica en Andalucía y aplicación a la aglomeración urbana de Sevilla.** Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2011

CAMARGO, L. H. R. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F. G; SOARES, L. A. A. (organizadores). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAMPAGNE, Pierre; PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation.** ECLM, 2014. Disponível em: <[Le Développement territorial: Une réponse émergente à la mondialisation - Pierre Campagne, Bernard Pecqueur - Google Livros](#)>. Acesso em 05 set. 2022

CAPDEPÓN, F. P. El turismo de interior y el patrimonio territorial en Castilla-La Mancha. **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 725-741, 2011. Disponível em: <<https://revistas.um.es/turismo/article/view/140181/126311>>. Acesso em 15 mai. 2022.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo. Hucitec, 1996.

CARLS, S. **O Aproveitamento da Indicação Geográfica na Promoção de Desenvolvimento Regional**: O caso dos Cristais artesanais da Região de Blumenau 25/02/2013 167 f. Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, Blumenau

CARVALHO, U. M. O patrimônio territorial em Serro- por uma “patrimonialização das pessoas”. In: MEDEIROS, R. M. V.; LDNER, M. **Patrimônio, turismo e vitivinicultura** [livro eletrônico]: marcas na paisagem. 1. Ed. Alvorada, RS: Jad Editora Editoração Gráfica, 2021.

CASSIOLATO, J.E ; LASTRES, H. M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 21-34, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da Fome** o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49–79-49–79, 2016.

CEPLAC. Dendê. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/dende.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2020

CERDAN, C. M. T. Et al. Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**: Módulo II, indicação geográfica. Florianópolis: FUNJAB, ed. 4, 2014.

CESARO, A. C de; VALDUGA, V. Contribuições das indicações geográficas para o turismo. In: **VII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica**. 8 a 10 de agosto de 2018. Corupá – Santa Catarina.

CHAMPREDONDE, M.; COSIOSROVSKI, J.G. *¿Agregado de Valor o Valorización?* *Reflexiones a partir de Denominaciones de Origen en América Latina*. **RIVAR: Revista Iberoamericana de Viticultura**. Agroindustria y Ruralidad, septiembre, 2016, v.3, p. 147 – 142.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2017.

CLIMA Taperoá (Brasil). Climate-data.org, 2019. Disponível em: < <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/bahia/taperoa-43364/#climate-table>>. Acesso em: 28 out. 2021.

CORIOLOANO, L, N. M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 3. Ed Campinas, SP: Papyrus, 2002

CORTADA, D. M. **Turismo, Cultura y Desarrollo**. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2006. Disponível em: <<http://observatoriocultural.udgvirtual.ud>

g.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/616/Turismo%20y%20desarrollo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mai. 2021.

COSTA, E. R. C. **Indicações Geográficas No Turismo Enogastronômico Brasileiro: Turismo no País das Iguarias.** 2015 240 f. Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, L. S. I. **Indicação Geográfica:** a Indicação de Procedência para o azeite de dendê produzido em Valença, Bahia. Salvador, 2013.

CURVELO, F. M. **Uma imersão no tabuleiro da baiana:** o estudo do óleo de palma bruto (*elaeis guineensis*). 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010.

DALLABRIDA, V. R et al. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 8-80, 2021.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento:** aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial:** indicativos teóricos – metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

DALLABRIDA, V.R.; FERNÁNDEZ, V.R. **Desenvolvimento territorial:** possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. Passo Fundo: Ed. UPF; Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2008.

DAVALLON, Jean. Le don du patrimoine. **Une approche communicationnelle de la patrimonialisation**, 2006. Disponível em: < http://www.journaldumauss.net/IMG/article_PDF/article_314.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

DEBUYST, F. **Lógicas y sentidos de los enfoques territoriales.** Polis 8 (22), 21-37, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/2579?lang=en>>. Acesso em 11 de nov. 2022.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 2000.

DI MÉO, G.. Processus de patrimonialisation et construction des territoires. In: **Colloque" Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes: connaître pour valoriser"**. Geste éditions, 2007. p. 87-109.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

Díaz, F., Álvarez, J., González, O., Jiménez, V., Bethencourt, M., Vera, J., Fernández, C., Clivaz, C. y Matos-Wasem, R. (2006). **Política Turística**. Editorial Tirant Lo Blanch. España

DOCTOR, A. M. El Itinerario Como Herramienta Para La Puesta En Valor Turístico Del Patrimonio Territorial. *Cuadernos de Turismo*. n. 27, 2011. Disponível em: <<https://revistas.um.es/turismo/article/view/139951/125851>>. Acesso em: 26 out. 2021.

DOMINGUEZ, J. M. L.; CORRÊA-GOMES, L. C. **Costa do Dendê: Avaliação da Potencialidade mineral e subsídios ambientais para o desenvolvimento sustentável dos municípios da Costa do Dendê**; 2. Ed. Salvador: CBPM, 2011.

EPIFANIA, A. G. da. **A produção do espaço geográfico e o turismo: texturas, polifonia e interditos na Costa do Dendê, Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

ESTRELA, M. S. **Indicação Geográfica e o Desenvolvimento Territorial: Um estudo sobre o café de Piatã- Ba**. 2014. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Salvador, Salvador, 2014

FLORES, S. S. **Desenvolvimento Territorial Sustentável a partir dos Territórios do Vinho: O Caso Dos “Vinhos Da Campanha”**. 2011. 152 f. Mestrado Em Geografia, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2011.

FOLLONI, André. **Introdução à teoria da complexidade**. Curitiba: Juruá, p. 22, 2016.

FRATUCCI, A.C. Turismo e Territórios: Relações e Complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, s-86 – s. 96, nov. 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>

FUSTER, L. F. **Teoría y técnica del turismo**. Editora nacional, 1974.

GANNON, A. Rural Tourism as a factor in rural community economic development for economies transition. T. Sustain. **Tourismo** 1 (1-2), 1994.

GARCÍA, C.J.L. El turismo rural como facto diversificador de rentas em la tradicional economia agrária. **Estudios turísticos**, 122, 45 – 49, 1994,

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, M. H. S. G. O uso turístico das comidas tradicionais: algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 8-24, abril de 2009

MONTIEL, G. G. **Teoría y análisis de la cultura**. Volumen I. ITESO, 2021. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iSIEEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=identidad+y+memoria+colectiva+gilb>>

erto+gim%C3%A9nez+montiel+prolegomenos&ots=HIU0u3K2iN&sig=2znIvvdF30wzJCj_BghDVB6OPk#v=onepage&q=identidad%20y%20memoria%20colectiva%20gilberto%20gim%C3%A9nez%20montiel%20prolegomenos&f=false>. Acesso em 15 jul. 2023

GUEVARA, M. R. V.; AGUAGALLO, C. F. I. Saberes ancestrales gastronómicos y turismo cultural de la ciudad de Riobamba, Provincia de Chimborazo. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. Chakiñan. n. 13, 129-142, abr. 2021. Disponível em: <<http://dspace.unach.edu.ec/handle/51000/7622>>. Acesso em 20 jun. 2021.

GUIMARÃES, F. de S. O fim do tratamento diferenciado e a adoção da regra de reciprocidade para países em desenvolvimento na Rodada Uruguai da OMC. **Revista de Sociologia e Política**. v. 27, p. 77 – 105, nov. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200007>>. Acesso em: 15 set. 2021.

GURRÍA, M. (2004). **Introducción al Turismo**. Editorial Trillas. México.

HAESBAERT, R. C. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HANNAM, K.; BUTKER, G.; PARIS, C. M. *Developments, and key issues in tourism mobilities*. **Annals of Tourism Research**. 21 (1), 2 47-59. Disponível em: <<https://doi.org/10.3727/108354216X14537459508856>>. Acesso em 02 set. 2021.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HOERNER, J.M. **Geopolítica do Turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

HOLLAND, John H. **Complexity: A very short introduction**. OUP Oxford, 2014.

IANNE, O. Nação e Globalização. In: SANTOS et al. **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1994.

INSTITUTO NATIONAL DE L'ORIGINE ET DE LA QUALITÉ (FRANÇA) -INAO. 2006. Disponível em: <<https://www.inao.gouv.fr/Institut-national-de-l-origine-et-de-la-qualite/Ouvrages-sur-les-signes-de-qualite-ou-d-origine>>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM: Culturas permanentes e temporárias**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/ciencerio/cienceri/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=29008&t=resultados>>. Acesso em: 28 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades: Taperoá**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/taperoa/historico>>. Acesso em 28 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. Portal INPI. Brasília: INPI/MDIC, 2008. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. Instrução Normativa n.95/2018. **Ementa: Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas.** Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/legislacao1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Revista da Propriedade Industrial**, Rio de Janeiro, Seção IV, n. 2.454, 16 janeiro 2018. Disponível em: <http://revistas.inpi.gov.br/rpi/>. Acesso em: 2 jul. 2018.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Revista da Propriedade Industrial**, Rio de Janeiro, Seção IV, n. 2.598, 20 outubro 2020. Disponível em: <http://revistas.inpi.gov.br/rpi/>. Acesso em: 2 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. **Módulo 8: Tratados Internacionais**. Brasília: INPI, 2016.

IVARS, J. ¿Constituye el turismo la mejor apuesta para el desarrollo rural? En; Venezuela, R. M (ed.). Los turismos de interior: el retorno de la tradición viajera. Universidad Autónoma de Madrid. Madrid, 1997.

JUK, Y V; FUCK, M P. Indicações geográficas e inovações: um estudo de caso do Vale dos Vinhedos. In BUAINAIN, A M; BONACELLI, M B M; MENDES, C I C. **Propriedade Intelectual e Inovações na Agricultura**. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, IdeiaD; 2015. 384 p.

KAKUTA, S. M. et al. **Indicações Geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.

KEBIR, Leïla. Ressource et développement régional, quels enjeux?. **Revue d'économie régionale et urbaine**, n. 5, p. 701-723, 2006. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-d-economie-regionale-et-urbaine-2006-5-page-701.htm#plan>>. Acesso em 23 nov. 2022.

LA BLACHE, P.V. de. As características próprias da Geografia. In: CRISTOFOLETTI, A. **As perspectivas dos estudos geográficos**. São Paulo: Difel, 1982.

LACROIX, A; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. Origine et produits de qualité territoriale: du signal à l'attribut. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**. n.4,2000, p.683-706. Disponível em: <<https://hal.science/hal-02693149/>>. Acesso em 20 set. 2022

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

LANDEL, P. A.; SENIL, N. Patrimoine et territoire, les nouvelles ressources du développement. **Développement durable et territoires. Économie, géographie, politique, droit, sociologie**, n. Dossier 12, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/developpementdurable/7563>>. Acesso em: 20 set. 2022

- LAZZAROTTI, Olivier. Tourisme et patrimoine: ad augusta per angustia/Tourism and heritage: ad augusta per angustia. In: **Annales de géographie**. Armand Colin, 2003. p. 91-110. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/mappe_0764-3470_2000_num_57_1_1546>. Acesso em 05 set. 2022
- LEAL, M. Propuesta de turismo rural para la región andina. **IICA**, 2008. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/organizacion/LTGC/agroturismo/ProyectosAndina/ResumenPropuestaTurismoRuralAndino.pdf>>. Acesso em 13 nov. de 2022.
- LLANOS-HERNANDEZ, L. El concepto del territorio y la investigación en las Ciencias Sociales. **Agricultura, Sociedad y desarrollo**, v.7, n. 3, p. 207 – 220, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-54722010000300001>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- LE GUERROUÉ, J. L.; BARJOLLE, D. Tourisme Rural et Indication Géographique: commente ces deux secteurs émergents au Brésil conversent-ils? In: **Forum Origin, Diversity and Territories**. 2018, Turin, Italy. [S.l.: s.n.], 2018. 15 p.
- LEITE, A. R. **Identificações Geográficas Como Estratégia De Desenvolvimento Territorial: O Caso Dos Vales Da Uva Goethe'** 27/04/2020 119 f. Mestrado Em Administração. Fundação Universidade De Passo Fundo, Passo Fundo
- LIMBERGER, L. Abordagem sistêmica e complexidade na geografia. **Geografia (Londrina)**, v. 15, n. 2, p. 95-109, 2006.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1993
- MACHADO, T. de S. **De Dendê e Baianidade: A mercadoria de restaurantes de comida baiana em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12374/1/2012_TaisdeSantAnnaMachado.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.
- MAIA, A. C.; FERREIRA, D. A. de O. Gestão do território: multifuncionalidade e turismo como estratégias para o desenvolvimento rural. **Rosa dos Ventos**, v. 3, n. 2, p. 141-149, 2011.
- MAIORKI, G. J. **A Indicação Geográfica De Produtos: Um Estudo Sobre A Contribuição Econômica No Desenvolvimento Territorial**. 2014. 126 f. Mestrado Em Desenvolvimento Regional Universidade Do Contestado, Canoinhas, 2014.
- MARANHAO, C. J. de A. **Indicação Geográfica: Possibilidades do queijo colonial produzido a partir do leite cru na região de Chapecó/SC'**. 2015. 113 f. Mestrado Profissional em Administração. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2015.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas das pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARÇAL, A. de F. **Obtenção de açúcares através de tratamento hidrotérmico dos cachos sem frutos (EFB – Empty Fruit Bunch) da Indústria do Dendê**. Dissertação

(Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos). Universidade Federal do Pará. Belém, 2015. Disponível em: <<https://ppgcta.prospesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015/Adriano%20Mar%C3%A7al.pdf>>. Acesso em : 17 set. 2021.

MARIE-VIVIEN, D. *Le droit des indications géographiques en Inde*: un pays de l'ancien monde face aux droits français, communautaire et international. Paris: 2010, 612p. Thèse (Doctorat en Droit et Sciences Sociales) – EHESS. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/558235/1/document_558235.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

MARTINS, I. S. S.; VASCONCELLOS, A. G. A Relação entre o Regulamento de Uso das Indicações Geográficas e o Conhecimento Tradicional: o caso do guaraná envolvendo os territórios de Maués e da Terra Indígena Andirá-Marau. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 1, p. 293-293, 2020.

MATTOS, J. R. L.; GUIMARÃES, L. S. **Gestão da tecnologia e inovação** – uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.

MATTOSO, K. M. **Ser escravo no Brasil**: séculos XVI e XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MAUREL, J. B; ALBA, F. O. Comentario de textos geográficos. Historia y critica del pensamiento geográfico. Barcelona, España, Oikos-Tau, 1995.

MEDEIROS, M. de L. **Indicações geográficas, turismo e desenvolvimento territorial: uma análise sistêmica da indicação de procedência do queijo minas artesanal do Serro**. 2015 271 f. Doutorado em Administração De Organizações. Universidade De São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

MEDEIROS M. de L.; PASSADOR, J. L. Indicações Geográficas e Turismo: Possibilidades no contexto brasileiro. **Revistas Perspectivas Contemporâneas**. V. 10, n. 3, p.57-79, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

MENDES, P. P. M.; ANTONIAZZI, L. O uso das indicações geográficas como instrumento de proteção e desenvolvimento da agricultura brasileira. In: PLAZA, C. M. C. A. et al. (Eds.). **Propriedade Intelectual na Agricultura**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. P. 343–366.

MESQUITA, A. S. Do azeite de dendê de ogum ao palm oil commodity: uma oportunidade que a Bahia não pode perder. **Bahia Agrícola**, Salvador, vol.5, n.1. 2002, p. 22-27

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019 – 2021**. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 28 set. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORAES, F.; FERREIRA, D.; SABA, H. Indicação de Procedência: potencial do Recôncavo da Bahia no reconhecimento da produção artesanal de licores de frutas. **Conj. & Planej.**, Salvador, n.193, p.63-77, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/download/94/113/>>. Acesso em 15 nov. 2022.

MOREIRA, R. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado ao público na ordem espacial burguesa. *In*: SANTOS, M; BECKER, B. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

MORENO, M. M. C. M. Turismo y producto turístico. Evolución, conceptos, componentes y clasificación. **Visión gerencial**, n. 1, p. 135-158, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4655/465545890011.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2023.

NOSCHANG, J. **O modelo teórico SISTUR diante da complexidade do fenômeno turístico**. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, 2014.

NOGAR, G. A. El Turismo Rural com estratégia incluyente: teorización e investigación empírica. *En*: **Boletín de Turismo Rural**, 2008.

OLIVEIRA, E.; LISBOA, G. dos S.; SILVA, V. de A. O terroir como categoria geográfica: origem e abordagens conceituais. **Geopauta**, v. 6, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.e11291>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

OLIVEIRA, L. de S. Um patrimônio alimentar valorizado turisticamente: a mandioca nos roteiros da Operadora de Turismo Estação Gabiraba. **Revistas Confluências Culturais**. Joinville: v.9, n. 2, fev. 2021: Alimentação no contexto de patrimonializações e construções memoriais. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/90/72>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

OLIVEIRA, M. A. R. **Oportunidades e entraves para a proteção por indicação de procedência para os biscoitos de Vitória da Conquista-BA**. Mestrado Profissional em Profnit – Propriedade Intelectual E Transferência De Tecnologia Para Inovação, 2020.

OLIVEIRA, A. C. G. S. **Propriedade intelectual: indicação geográfica de artesanato no Brasil na perspectiva da portaria-SEI nº 1.007/2018**. 2020. 164 f. Mestrado Profissional em Profnit – Propriedade Intelectual E Transferência De Tecnologia Para Inovação, 2020.

OLIVEIRA, H. P. de. “Dendê: Aspectos Botânicos, Agronômicos, Ecológicos e Econômicos.”. *In*: LODY, R.M. **Dendê: Símbolo e Sabor da Bahia**. Salvador: Editora Senac, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI. **Lisbon Agreement for the Protection of Appellations of Origin and their International Registration** of October 31, 1958, as revised at Stockholm on July 14, 1967, and as amended on September 28, 1979. Disponível em: <https://www.wipo.int/treaties/en/text.jsp?file_id=285838>. Acesso em:17 de set. 2021.

ORTEGA, A. C.. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Editora Alínea, 2008.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática.** 15. Ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PECQUEUR, B. *Qualité et développement territorial: 'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés.* **Économie Rurale.** n. 261, jan - fev, 2001

PELEGRIN, J. *Les savoir-faire: une très longue histoire.* **Terrain.** n.16, 1991. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrain/3001#tocfrom1n1>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

PELLIN, V. **Indicação geográfica, políticas públicas e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise a partir do processo de reconhecimento da IG para chope artesanal da região de Blumenau (SC), em sua arena pré-decisional.** Doutorado em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2016.

PÉREZ, S. El valor estratégico del turismo rural como alternativa sostenible de desarrollo territorial rural. **Agronomía colombiana,** v. 28, n. 3, p. 493-499, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-9965201000030001>. Acesso em 10 nov. 2022.

PESENTE, R. **Ativos Intangíveis E Desenvolvimento Local: A Contribuição Das Indicações Geográficas.** Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Salvador. Salvador, 2013

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão.** 2. Ed. – São Paulo: Futura, 1998.

PIEDRACUEVA, M. Aportes Metodológicos De La Teoría Del Desarrollo Territorial (Methodological contributions of territorial development theory). **Revista Nera,** n. 21, p. 69-78, 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2111/1949>>. Acesso em 05 jul 2023.

PINHEIRO. O. **Taperoá. Minha Terra, Minha Gente e Sua Política.** Salvador: Editora Contemp, 1989.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. Italian small business development lessons for us industrial policy. 1981. Disponível em: <<https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/66634/italiansmallbusi288pior.pdf?se>>. Acesso em 05 set. 2022.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. **Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva,** p. 123-140, 2015. Disponível em: <[POLI Patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva -libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#)> Acesso em: 20 nov. 2022

POLLICE, F., O Papel Da Identidade Territorial Nos Processos De Desenvolvimento Local. **Espaço e Cultura,** [S.l.], n. 27, p. 7-24, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>>. Acesso em: 06 set. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUJADAS, R.; FONT, J. **Ordenación y Planificación Territorial**. Madrid: Editorial Síntesis S.A, 1998.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna** 4. ed. Rio de, 2000

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. Ed. São Paulo, Expressão Popular: UNESP, 2008.

RAMÍREZ, R. Definición del Turismo. **Venezuela, conciencia, turismo y desarrollo**. 2006 Disponível em: <<http://www.venezuelatuya.com/articulos/turismo0010.htm>>

RAO, J. M. Culture and economic development. In: **UNESCO**, World Culture Report, 1998, p. 25-48.

REBOLLO, F. J. V.; PALOMEQUE, F. L. **Análisis territorial del turismo y planificación de destinos turísticos**. Tirant Lo Blanch, 2011.

REIS, L. L. de M.; SILVA, E.M. da; CUNHA, L.S.I. Dendê De Valença, Bahia: Indicação De Procedência. **Revista Macambira**, v.2, n. 2, p. 82, 2018.

REIS, L. L. M. **Indicação geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades**. 270f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, 2015.

REIS, J.; MIORIN, V. M. Multifuncionalidade da agricultura familiar e sua influência na paisagem. **Agricultura, Desenvolvimento Regional E Transformações Socioespaciais**, 2013. Disponível em: <[http://plutao.sid.inpe.br/attachment.cgi/sid.inpe.br/plutao/2013/12.12.19.57.33/doc/ARTIGO%20REVISTA%20OU%20CAP.20LIVRO_2013%20janete1\[1\].pdf](http://plutao.sid.inpe.br/attachment.cgi/sid.inpe.br/plutao/2013/12.12.19.57.33/doc/ARTIGO%20REVISTA%20OU%20CAP.20LIVRO_2013%20janete1[1].pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2019.

REMOTTI, F. **Control'identità**, Roma e Bari, Laterza, 1999

RICOEUR*, Paul. Mémoire, histoire, oubli. **Esprit**, n. 3, p. 20-29, 2006. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-esprit-2006-3-page-20.htm>>. Acesso em: 20 de out. 2022

ROJAS, L.J. La agenda territorial del desarrollo rural em América Latina (em línea). **Observatório de la Economía Latinoamericana**. 2008. Disponível em:<<https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/la/08/jrl.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RUSCHEL, R. R. **O valor global do produto local: a identidade territorial como estratégia de marketing**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

SÁNCHEZ, R. O.; SILVA, T. C da. Zoneamento ambiental: uma estratégia de ordenamento da paisagem. **Cadernos de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 47-53, 1995.

SANCHO, A. *Introducción al turismo*. Organización Mundial del Turismo, 2001.

SANTOS, A. M. S.; SANTOS, J. O. dos; SANTOS, A. M.; OLIVEIRA, J. F. S de. A importância da moqueca de feijão como patrimônio cultural imaterial da Costa do Dendê. In: CÉSAR, P. A. B et al. **Gastronomia e vinhos: contributos para o desenvolvimento sustentável do turismo**. Estudos de caso: Brasil e Portugal. Caxias do Sul, RS: Educus, 2020.

SANTOS, N. C. P. dos. **Zambiapunga: Educação, Memória e Identidade**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18448/1/ZAMBIAPUNGA-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Mem%C3%B3ria%20e%20Identidade.pdf>>. Acesso em 28 out. 2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: tempo e técnica. Razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. A. F. **Composição química e valor nutritivo de acarajé e abará: comercializados em Salvador – Ba**. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Universidade Federal da Bahia, 2004.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec – ANPUR, 1994.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S.: Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**. [S.l.], v. 2, n. 18, p. 24 a 42, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>>. Acesso em: 06 set. 2019.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: Est. Edições, 2003

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**, v. 1, p. 7-46, 2004.

SEMEDO, I. **O mercado de energia renovável: viabilidade econômica do dendê na agricultura familiar do baixo sul-Bahia**. 119f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006

SESSA, A. The science of systems for tourism development. **Annals of Tourism Research**, v. 15, n. 2, p. 219-235, 1988. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0160738388900849>. Acesso em 23 jul. 2023.

SFORZI, F. (1999). "La teoría marshalliana para explicar el desarrollo local". Rodríguez, F. (coord.), **Manual de desarrollo local**. Gijón: Trea, 13-32

SILVA, S.A; HANSEN, D.S. **Cultura do dendê** (Apostila). Cruz das Almas: UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.culturasregionais.ufba.br/nova_pagina_1.htm>. Acesso em: 25 mai. 2020.

SILVA, R. do N. E. **A Enogastronomia no Processo de Formação de Identidade Territorial do Vale dos Vinhedos/RS**. 2015. 178 f. Doutorado em Desenvolvimento Regional. Universidade De Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2015.

SILVA, C. A. F. Fronteira agrícola e ordenamento territorial. *In*: SANTOS, M; BECKER, B. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2002.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de espacialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, v. XV, 2011 Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf>. Acesso em 19 ago 2022.

SOARES, L. A. A. O enfoque sociológico e da teoria econômica ao ordenamento territorial. *In*: ALMEIDA, F. G; SOARES, L. A. A. (organizadores). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOTCHAVA, V. B. O estudo de Geossistemas. **Métodos em Questão**. São Paulo: USP/IG, 1977, n.16.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O.; BUSÓN, C. Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento regional: uma proposta para o “caminho para os ervais”. **Profanações**, [S. l.], v. 7, n. Ed. esp., p. 43–60, 2020. DOI: 10.24302/prof.v7iEd. esp.2610. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/2610>.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA, W. C. **A indicação geográfica dos artefatos de couro em Ipirá/BA: instrumento possível de desenvolvimento territorial.** 2016. 149 f. Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

SOUZA, K.; LOCATELLI, L. Proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais pelo Instituto das Indicações Geográficas. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**. Minas Gerais, v.1, n.2, jul-dez. 2015.

SOUZA, A. L. G. de. **Reflexos da gastronomia típica para a economia de Salvador**. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – UNIFACS

Universidade Salvador, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://teste.tede.unifacs.br:8080/tede/handle/tede/441>>. Acesso em 29 set. 2021.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, L.R (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

SQUIRE, L.R. *Mechanisms of memory*. **Science**. 232, pp. 1612 – 1619. Disponível em:<[10.1126/science.3086978](https://doi.org/10.1126/science.3086978)>. Acesso em: 29 jun. 2022.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. O Conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Perspectiva Geográfica**, [S. l.], v. 9, n. 11, 2015. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/11154> >. Acesso em: 1 out. 2021.

TEIXEIRA, A dos S. **O Azeite da Costa do Dendê: Um produto do território**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 151. 2020.

TIMÓN, D. A. B. Recursos territoriales y procesos geográficos: el ejemplo de los recursos turísticos. **Estudios geográficos**, v. 72, n. 270, p. 35-58, 2011. Disponível em: <<https://pascal-francis.inist.fr/vibad/index.php?action=getRecordDetail&idt=25607079>>

TRIGILIA, Carlo. *Social capital and local development*. **European journal of social theory**. v. 4, n. 4, p. 427-442, 2001. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/13684310122225244>>. Acesso em 10 set. 2022

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. 6ª edição. Rio Claro: Divisa, 2004.

TUAN, Y.-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

USDA. **Palm Oil 2023 World Production**. Disponível em: < https://ipad.fas.usda.gov/cropexplorer/cropview/commodityView.aspx?startrow=1&cropid=4243000&sel_year=2023&rankby=Production>. Acesso em: 08 nov. 2023.

VALCÁRCEL, J. O. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades**, [S. l.], n. 04, p. 31–48, 2018. DOI: 10.24197/ciudades.04.1998.31-48. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/1761>.

VALDUGA, V. **O processo de desenvolvimento do Enoturismo no Vale dos Vinhedos**. Mestrado em Turismo. Universidade Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2007.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

VANDECANDELAERE, E. et al. (Ed.). **Uniendo personas, territorios y productos**. guía pa fomentar la calidad vinculada al origen y las indicaciones geográficas sostenibles. Roma: FAO, 2011. Disponível em: < <https://www.fao.org/sustainable-food-value-chains/library/detalles/es/c/278466/>>.

VARISCO, Cristina Alejandra et al. **El relevamiento turístico: de Cicatur a la planificación participativa**, *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, v.4, n.3, 2014. Disponível em: <<http://nulan.mdp.edu.ar/id/eprint/2052>>. Acesso em: 17 jan. 2023

VELASQUEZ, G. G.; OLIVEIRA, J. P. Teoria Geral dos Sistemas e Turismo: reflexão e trajetória. *Investigaciones Turísticas*, n. 11, 2016. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/56223/6/Investigaciones_Turisticas_11_08.pdf> . Acesso em 13 nov. 2022;

VELEIRO MARACATU. **Diário 16 – Camamu**. 2001. 1 Fotografia. Disponível em: <<http://veleiro.net/maracatu/Documentos/diario16.htm>>. Acesso em: 17 set. 2021.

VIEIRA, A. C. P; LOURENZANI, A. E. B. S; BRUCH, K. L.; LOCATELLI, L.; GASPAR, L. C. M. **Indicações geográficas, signos coletivos e desenvolvimento local – vol. 2**. Erechim: Deviant, 2019.

YRUELA, Manuel Pérez; GUERRERO, M. G. Desarrollo local y desarrollo rural: el contexto del programa ‘Leader’. *Papeles de economía española*, n. 60-61, p. 219-233, 1994.

WATKINS, C. **A paisagem afro-brasileira: passado, presente e futuro do dendê na Bahia**. Relatório de Pesquisa. V. I. Baton Rouge, 2015. Disponível em: <<https://cloudup.com/c3rgm3ZaL64>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION – WIPO. *Records of the Diplomatic Conference for the Adoption of a New Act of the Lisbon Agreement for the Protection of Appellations of Origin and their International Registration*. Genebra, 2019. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/em/wipo_pub_330.pdf>. Acesso em 15 set. 2021.

WILLIAMS, A.M.; RODRIGUES, I.; MAKKONEN, T. *Innovation and smart destinations: critical insights*. *Annal of Tourism Research*. V. 83. jul. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738320300748>>. Acesso em 22 ago. 2021.

XAVIER, T. R. **Governança Dos Atores Locais Em Um Cluster Turístico: A Associação De Produtores De Vinhos Finos Do Vale Dos Vinhedos (APROVALE)**. 236 f. Doutorado em Administração. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2.Ed. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

ZIMMERMANN, Adonis (Org.). Inteligência comercial para os produtos de turismo nos espaços rural e natural. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. p. 209-221.

APÊNDICE A – Levantamento de Teses e Dissertações sobre o Dendê

Nº	Título	Autor/a	Instituição	Tipo	Ano de publicação
1	Evolução e sustentabilidade do Programa de Biodiesel : um estudo comparativo entre o Brasil e a Colúmbia	MUR, Diana Carolina Castro	UNB	Tese	2019
2	Relações econômica e climática na produção agrícola no leste do Pará.	BAUTISTA LÉVANO, Diego Alonão	UFPA	Dissertação	2019
3	Campeinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará/PA): disputas em torno da terra e futuro	AQUINO Junior, Paulo Olivio Correa de	UFPA	Dissertação	2019
4	A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos: expropriação e resistências camponesas na Amazônia Paráense	SOUSA, Claudiane de Fátima Melo de	UFPA	Tese	2019
5	Síntese de carbono micro-mesoporoso ordenado via nanocasting a partir de óleo de dendê residual e o seu potencial de adsorção para corantes reativos em soluções aquosas	LIMA SOBRINHO, Raimundo Alves	UFS	Tese	2018
6	Produção, caracterização e imobilização de lipases e sua aplicação na Síntese de Ésteres alquílicos de Ácidos graxos	SILVEIRA, Erick de Abreu	UFSCAR	Tese	2018
7	aplicação conjunta de processos para melhoria técnica e ambiental da obtenção de nanoceluloses a partir das fibras de dendê	SOUZA, Nágila Freitas	UFC	Tese	2018
8	Estudo da viabilidade do caroço do dendê moído aplicado como substituição Paráial ao agregado natural na argamassa	NETTO, Marcelo Ramos	UNIPAMPA	Dissertação	2018
9	Avaliação socioeconômica e histórica de plantios comerciais de dendêzeiros híbridos interespecíficos [Elaeis guineensis Jacq. X Elaeis oleifera (Kunth) Cortés] da mesorregião do nordeste Paráense	SILVA, Rosianne Pereira da	UFRA	Tese	2018
10	Biomassa residual Pará uso energético no Estado do Pará.	COSTA, Jéssica Saraiva da	UFRA	Dissertação	2018
11	Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia Paráense: uso de agrotóxicos e poluição ambiental nas sub-bacias hidrográficas, Tailândia (PA)	CRUZ, Rosa Helena Ribeiro	UFPA	Dissertação	2018
12	Modelagem de uso da terra na bacia hidrográfica do rio Marapanim no nordeste do estado do Pará	SANTOS, Lucyana Barros	UFPA	Dissertação	2018

13	Síntese e caracterização de nanotubo de carbono derivado de lignina extraída do mesocarpo do dendê (<i>Elaeis guineensis</i>)	TEÓFILO, Alessandra Luzirene Costa	UFRN	Dissertação	2017
14	Biodiesel de óleo de dendê: produção, reologia, melhoramento das propriedades de escoamento a frio e estabilidade oxidativa	LIMA, Monique Carla Souza de	UFPE	Dissertação	2017
15	Qualidade do solo em sistema de pastagem convertida ao cultivo de dendê (<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.)	MALDONADO, Selvin Antonio Saravia	UFRR	Dissertação	2017
16	Enzimas lignocelulolíticas de basidiomicetos cultivados em biomassas vegetais oriundas da agroindústria do dendê e obtenção de açúcares fermentescíveis	PELÁEZ, Rubén Darío Romero	UFT	Dissertação	2017
17	Isolamenão de nanofibras de celulose de bagaço de cana-de-açúcar e engaos de dendê obtidas por hidrólise enzimática	SIMPLICIO, Eliane da Silva	UNB	Dissertação	2017
18	Conversão termoquímica de biomassas residuais em gás combustível	ROSA, Amanda Assunção	UNB	Dissertação	2017
19	Impactos socioambientais do cultivo de dendê na terra indígena Turé-Mariquita no nordeste do Pará.	DAMIANI, Sandra	UNB	Dissertação	2017
20	Habitus, governanças institucionais e trajetórias tecnológicas: uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma (dendê) no Vale do Acará, Pará	MONTEIRO, Marcílio de Abreu	UFPA	Tese	2017
21	Trabalho e autonomia em campo de domínio masculino: mulheres que têm contratos de produção com agroindústrias de dendê em São Domingos do Capim-PA	NASCIMENTO, Diocélia Antônia Soares do	UFPA	Dissertação	2017
22	Geração de energia elétrica a partir dos resíduos do processo de beneficiamento do óleo de palma: uma abordagem sustentável para a recuperação de áreas degradadas no Estado do Pará	KÜHL, Ricardo Marino	UFPA	Dissertação	2017
23	Geração de energia elétrica a partir dos resíduos do processo de beneficiamento do óleo de palma: uma abordagem sustentável para a recuperação de áreas degradadas no Estado do Pará	OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa	UNESP	Tese	2017
24	Estabilidade oxidativa de biodieseis por planejamento de misturas e modelagem polinomial	VIEGAS, Isabelle Moraes Amorim	UFMA	Dissertação	2016
25	fermentação do hidrolisado ácido hemicelulósico da torta de dendê (<i>Elaeis guineensis</i>) tratado com diferentes métodos de destoxificação	BRITO, Philipe Luan	UFVJM	Dissertação	2016
26	Características da lignina e da polpa celulósica de resíduos fibrosos do dendê pré-tratadas por explosão a vapor	MARQUES NETO, Francisco Pereira	UFC	Dissertação	2016
27	Remoção de compostos Ácidos do petróleo em diferentes tipos de carvão	ARAÚJO, Anderson	UFG	Dissertação	2016

	ativado	Barros Caixeta			
28	Avaliação do desempenho ambiental e energético da fase agrícola da produção de cachos frescos de dendê no estado do Pará.	MARTINS, Thatyana Santiago	UFT	Dissertação	2016
29	O uso agrícola do território e a integração da agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dendê-baixo Tocantins (PA)	BARROS, Márcio Júnior Benassuly	UNB	Tese	2016
30	Impacto da expansão da palma de óleo sobre o escoamento superficial e produção de sedimentos nas sub-bacias hidrográficas não monitoradas dos rios Bujaru e Mariquita no nordeste do estado do Pará., Amazônia Oriental	SILVA, Antônio Kledson Leal	USP	Tese	2016
31	Caracterização físico-química do caroço de dendê visando futuras aplicações	HOFFMANN, Simone	UNIPAMPA	Dissertação	2016
32	Desenvolvimento de carvão impregnado com nanopartículas de óxidos de cobre por método verde para remoção de nitrato em águas contaminadas	PETERNELA, Joséane	UEM	Dissertação	2016
33	Azeite de dendê microencapsulado: uma alternativa para fortificação de iogurtes	CONCEIÇÃO, Elaine Janaína Linhares da	UFBA	Dissertação	2016
34	Diagnóstico ambiental da sub-bacia hidrográfica do rio Una Mirim - Bahia	SILVA, Maria Noelia de Araújo	UFBA	Dissertação	2016
35	As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do baixo Tocantins	FERREIRA, Vanilda Araújo	UFPA	Dissertação	2016
36	Remoção de microcistina-LR através de adsorção com carvão ativado	LIMA, Natassya Nyuska Cabral de	UEPB	Dissertação	2015
37	A produção de hidrolases holocelulolíticas por fermentação em estado sólido com uso de funões filamentosos e coprodutos da agroindústria de óleos vegetais como fontes de carbono	SANTOS, Ricardo Salviano dos	UFVJM	Dissertação	2015
38	Simulação, projeto e análise de viabilidade econômica da produção de biodiesel de óleo de dendê em rota de transesterificação catalítica heterogênea	SOUSA, Caio Braga de	UFC	Dissertação	2015
39	Avaliação da qualidade do óleo de palma e frações (Elaeis guineenses) armazenados em diferentes condições de estocagem	MATOS, Vanessa de Souza	UFBA	Dissertação	2015
40	Caracterização físico-química de azeites de dendê bruto (Elaeis guineensis) submetidos à termoxidação	COSTA, Mariana Melo	UFBA	Dissertação	2015
41	Mudanças de uso da terra em paisagens agrícolas com palma de óleo (Elaeis guineensis Jacq.) e implicações Pará a biodiversidade arbórea na	ALMEIDA, Arlete Silva de	UFPA	Tese	2015

	Amazônia Oriental				
42	Desenvolvimento de uma metodologia analítica Pará determinação de Ácidos fenólicos em amostras de azeite de dendê (<i>Elaeis guineensis</i>) por HPLC com detecção simultânea no UV e eletroquímica (homemade)	LAMARCA, Rafaela Silva	UFJF	Dissertação	2015
43	Metodologia de análise de risco de investimento em projetos de eficiência energética com aplicação no aproveitamento da biomassa residual do dendê na Amazônia	OLIVEIRA, Rosana Cavalcante de	UFPA	Tese	2015
44	Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária Pará o grande capital na Amazônia Parãense	SILVA, Elielson Pereira da	UFPA	Dissertação	2015
45	A formação de novas territorialidades: a “revisão” dos limites municipais fomentada pela dendeicultura e ações públicas: um estudo nos limites territoriais de Moju, Acará e Tailândia/PA	ROCHA, José Ferreira da	UFPA	Dissertação	2015
46	Otimização da síntese de ésteres metílicos e etílicos a partir de óleo de dendê	FIORIO, Jhonatan Luiz	UEL	Dissertação	2014
47	Caracterização do azeite de dendê (<i>Elaeis guineensis</i>) e do Acarajé: contribuição para o controle da qualidade	FEITOSA, Sabrina	UFBA	Dissertação	2014
48	Efeito da monocultura de dendezeiro (<i>Elaeis guineensis</i> JACQ.) na integridade física e nas assembleias de peixes de igarapés da Amazônia Oriental	FERREIRA, Márcio Cunha	UFPA	Dissertação	2014
49	Potencial de aproveitamento energético de fontes de biomassa na região Nordeste do Brasil	LIMA JÚNIOR, Claudemiro de	UFPE	Dissertação	2013
50	Cloreto de cobre como novo catalisador na esterificação de Ácidos graxos	FRANÇA, Mírian Cotrim	USP	Dissertação	2013
51	Uma imersão no tabuleiro da baiana: o Acarajé	ROGÉRIO, Walison Fábio	UFBA	Dissertação	2013
52	Composição química e valor nutritivo de Acarajé e abará: comercializados em Salvador	SANTOS, Maria Auxiliadora Ferreira	UFBA	Dissertação	2013
53	Estudo térmico dos resíduos gerados da destilação atmosférica das misturas diesel/biodiesel de dendê	AIRES, Jussyara Dalianne Martins	UFRN	Dissertação	2012
54	A competitividade da produção de biodiesel no Brasil: uma análise comparativa de mamona, dendê e soja	CÉSAR, Aldara da Silva	UFSCAR	Tese	2012
55	Biodiesel do dendê: um estudo de viabilidade econômico financeira no Estado do Pará.	CASTRO Junior, Augusto Gomes	FGV	Dissertação	2012

56	Estratégias de inserção produtiva de sistemas produtivos familiares de mamona e dendê ao complexo agroindustrial de biodiesel	RESTREPO RAMÍ-REZ, Andrea	UNB	Dissertação	2012
57	De dendê e baianidade : a mercadoria de restaurantes de comida baiana em Salvador	MACHADO, Taís de Sant'Anna	UNB	Dissertação	2012
58	Produção de energia elétrica nas regiões norte e nordeste e impactos econômicos: uma análise a partir do dendê na região norte e solar na região nordeste	NUNES, Jacqueline Lopes	UNISINOS	Dissertação	2012
59	Desenvolvimento sustentável na Amazônia: uma nova abordagem do dendê com o aproveitamento da biomassa residual para a geração de energia.	FAVARO, Felipe Teixeira	USP	Dissertação	2011
60	Programa nacional de produção e uso de biodiesel: um balanço da primeira fase até 2008	BRIEU, Thomas Pierre	USP	Dissertação	2009
61	Políticas Públicas voltadas a produção do Biodiesel na Região do Baixo Sul do Estado da Bahia	SENHRINHO, Marcelo Almeida	UCSAL	Dissertação	2009
62	A inclusão do azeite de dendê em alimentos no controle da hipovitaminose A	RODRIGUES, Patrícia Helena Cravo	USP	Dissertação	2009
63	Culturas intercalares para sustentabilidade da produção de dendê na agricultura familiar	ROCHA, Raimundo Nonato Carvalho	UFV	Tese	2007
64	Produtividade de óleo de palma na cultura do dendê na Amazônia Oriental: influência do clima e do material genético	SILVA, José Stanley de Oliveira	UFV	Dissertação	2006
65	A cadeia produtiva do Biodiesel: Uma avaliação econômica para o caso da Bahia	LEIRAS, Adriana	PUC_RIO	Dissertação	2006
66	O mercado de energia renovável: viabilidade econômica do dendê na agricultura familiar do baixo sul - Bahia	SEMEDO, Isidoro	UFBA	Dissertação	2006
67	Estudo da composição, propriedades e transformações de óleo de dendê brasileiro	LAGO, Regina C. A	UNICAMP	Tese	1985

Fonte: Elaborado pela autora conforme a base de dados do IBICT, 2020; CAPES, 2020.

APÊNDICE B – Questionário de levantamento de informações das Propriedades Rurais com Produção de Dendê de Taperoá

Dados gerais

Tipo de Produtor:

() Pessoa Física () Pessoa Jurídica

Nome do Produtor:

Data de nascimento:

CPF/CNPJ:

RG:

NIRF:

DAP:

Endereço:

Bairro/Localidade/Distrito:

Município:

CEP:

Telefone:

Whatsapp:

Endereço eletrônico:

Dados da propriedade rural

Logradouro:

Bairro/Localidade/Distrito:

CEP:

Município:

Área total da Propriedade (em ha):

Área com produção de dendê (em ha):

Tipo de propriedade:

Arrendatário:

CPF/CNPJ:

Atual realidade da propriedade rural com produção de dendê (considerar a produção do ano de 2019)

Dendezeiro DURA subespontâneo em produção (em ha):

Idade Média (+/-) - em anos:

Altura média da planta (em metros):

Produção de cachos (+/-) no ano anterior (em toneladas):

Produção de azeite (indicar se em latas ou outra medida):

Produção de Nozes (coco) - indicar se em latas ou outra medida:

Área (em ha):

Idade média:

Dendezeiro TENERA (*Elaeisguineensis* Jacq.) em produção (ha):

Idade Média (anos):

Altura média da planta (+/-) – metros:

Produção de cachos (+/-) (em ton) no ano anterior:

Produção de Azeite (latas ou outra medida):

Dendezeiro TENERA (*Elaeisguineensis* Jacq.) em desenvolvimento (ha):

Idade Média (anos):

Caso tivesse o incentivo para plantar dendê em sua propriedade, o (a) senhor(a) aceitaria?

Sim Não

Qual seria a área disponível para plantio do dendê (ha)?

Quantas mudas aceitaria plantar em sua propriedade?

Quais as maiores dificuldades para estruturar a cadeia produtiva do dendê, na realidade atual?

Quais as ações emergenciais necessárias de incentivo para o plantio de dendê?

Observação:

APÊNDICE C- Correlação entre Indicações Geográficas e regiões turísticas brasileiras

IG (Nome geográfico/Gentílico)	Espécie	País/UF	Produto/Serviço	Região turística
Vale dos Vinhedos	IP	BR/RS	Vinho tinto, branco e espumantes	Uva e Vinho
Região do Cerrado Mineiro	IP	BR/MG	Café	Caminhos do Cerrado, Nascente Gerais e da Canastra e Alta Mogiana
Pampa Gaúcho da Campanha Meridional	IP	BR/RS	Carne Bovina e seus derivados	Fronteira e Pampa Gaúcho
Paraty	IP	BR/RJ	Produção de aguardentes, tipo cachaça e aguardente composta azulada	Costa Verde
Vale do Sinos	IP	BR/RS	Couro Acabado	Vale Germânico, Vale da Felicidade, Delta do Jacuí, Vale do Paranhana, Hortênsias
Vale do Submédio São Francisco	IP	BR/BA/PE	Uvas de Mesa e Manga	Chapada do Araripe Gongagüeano, Região do Cangaço e Lampião
Pinto Bandeira	IP	BR/RS	Vinhos tinto, brancos e espumantes	Uva e Vinho
Litoral Norte Gaúcho	DO	BR/RS	Arroz	Litoral Norte Gaúcho
Costa Negra	DO	BR/CE	Camarões marinhos cultivados da espécie <i>Litopenaeus Vannamei</i>	Litoral extremo Oeste
Pelotas	IP	BR/RS	Doces tradicionais e confeitaria de frutas	Costa Doce
Região do Jalapão do Estado do Tocantins	IP	BR/TO	Artesanato em Capim Dourado	Encantos do Jalapão
Goiabeiras	IP	BR/ES	Panelas de barro	Metropolitana do ES
Serro	IP	BR/MG	Queijo minas artesanal do serro	Diamantes
São João del-Rei	IP	BR/MG	Peças artesanais em Estanho	Trilha dos inconfidentes
Franca	IP	BR/SP	Calçados	Lagos do Rio Grande
Vales da Uva Goethe	IP	BR/SC	Vinho Branco Seco, Vinho branco Suave ou Demi Séc, Vinho Leve Branco Seco, Vinho Leve Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Espumante Brut, ou Demi Séc obtidos pelo método "Champenoise", Vinho Espumante Brut, ou Demi Séc obtidos pelo método "Chamat", Vinho Licoroso	Encantos do Sul
Canastra	IP	BR/MG	Queijo canastra	Nascentes das Gerais e da Canastra

Pedro II	IP	BR/PI	Opala preciosa de Pedro II e Joias artesanais de opalas de Pedro II	Polo Aventura e Mistério
Região Pedra Carijó Rio de Janeiro	DO	BR/RJ	Gnaisse fitado milonítico de coloração branca e pontos vermelhos de diâmetro geral inferior a 1 centímetro	Águas do Noroeste
Região Pedra Madeira Rio de Janeiro	DO	BR/RJ	Gnaisse fitado milonítico de coloração clara com quatro variedades de cor: branca, rosa, verde e amarela	Águas do Noroeste
Região Pedra Cinza Rio de Janeiro	DO	BR/RJ	Gnaisse fitado milonítico de coloração cinza possuindo 3 variedades: “Olho de pombo”, “Pinta Rosa” e “Granito Fino”	Águas do Noroeste
Cachoeiro de Itapemirim	IP	BR/ES	Mármore	Vales, Região turística do Café, Montanhas capixabas
Manguezais de Alagoas	DO	BR/AL	Própolis Vermelha e extrato de própolis vermelha	Lagoas e Mares do Sul, Grande Maceió
Linhares	IP	BR/ES	Cacau em amêndoas	Verde e das Águas
Norte Pioneiro do Paraná	IP	BR/PR	Café verde em grão e industrializado em grão e ou moído	Norte Pioneiro
Vale dos Vinhedos	DO	BR/RS	Vinho e espumantes	Uva e Vinho
Paraíba	IP	BR/PB	Têxteis de algodão naturalmente colorido	Estado da Paraíba
Região de Salinas	IP	BR/MG	Aguardente de cana tipo Cachaça	Cachaça
Porto Digital	IP	BR/PE	Serviço de tecnologia de informação e comunicação através de desenvolvimento, manutenção e suporte	Região Metropolitana do Recife
Altos Montes	IP	BR/RS	Vinhos e espumantes	Uva e Vinho
Divina Pastora	IP	BR/SE	Renda de Agulha em Lacê	Polo dos Tabuleiros
São Tiago	IP	BR/MG	Biscoito	Trilha dos inconfidentes
Mossoró	IP	BR/RN	Melão	Polo Costa Branca
Cariri Paraibano	IP	BR/PB	Renda Renascença	Cariri Paraibano
Monte Belo	IP	BR/RS	Vinhos e espumantes	Uva e Vinho
Região do Cerrado Mineiro	DO	BR/MG	Café verde em grão e industrializado torrado em grão ou moído	Caminhos do Cerra, Canastra, Alta Mogiana
Piauí	IP	BR/PI	Cajuína	Todo o estado piauiense
Rio Negro	IP	BR/AM	Peixes ornamentais	Polo Alto Rio Negro
Microrregião Abaíra	IP	BR/BA	Aguardente de cana tipo cachaça	Chapada Diamantina

Pantanal	IP	BR/MS	Mel	Pantanal, Bonito, Vale da Bodoquena
Farroupilha	IP	BR/RS	Vinho Fino Branco Moscatel, Vinho Moscatel Espumante; Vinho Frisante Moscatel; Vinho Licoroso Moscatel; Mistela Simples Moscatel; Brandy de Vinho Moscatel	Uva e Vinho
Ortigueira	DO	BR/PR	Mel de abelha - <i>Apis Mellifera</i>	Campos Gerais
Maracaju	IP	BR/MS	Linguiça	Grande Dourados
Região de Mara Rosa	IP	BR/GO	Açafrão	Região do Ouro e dos Cristais
Região das Lagoas Mundaú-Manguaba	IP	BR/AL	Bordado Filé	Lagoas e Mares do Sul, Grande Maceió
Carlópolis	IP	BR/PR	Goiaba	Norte Pioneiro
Região de Pinhal	IP	BR/SP	Café Verde e Café Torrado e Moído	Mogiana Paulista, Trilhos da Baixa Mogiana
Região da Própolis Verde de Minas Gerais	DO	BR/MG	Própolis Verde	Terras Altas da Mantiqueira, Belo Horizonte, Montanhas Cafeeiras de Minas, Noroeste das Geras, Região do Ouro, Vale Verde e Quedas d'Água
Região São Bento de Urânia	IP	BR/ES	Inhame	Montanhas Capixabas
Marialva	IP	BR/PR	Uvas Finas de Mesa	Corredores das Águas
São Matheus	IP	BR/PR	Erva-mate	Terra dos Pinheirais
Oeste do Paraná	IP	BR/PR	Mel de Abelha <i>Apis Mellifera</i> Escutelata (Apis Africanizada) – Mel de Abelha Tetragnisca <i>Angustula</i> (Jataí)	Riquezas do Oeste, Cataratas do Iguaçu, Caminhos do Lago de Itaipu
Cruzeiro do Sul	IP	BR/AC	Farinha de Mandioca	Caminho das Aldeias e da Biodiversidade
Maués	IP	BR/AM	Guaraná da espécie <i>Paullinia cupana</i> Var. <i>Sorbilis</i>	Polo Sateré
Sul da Bahia	IP	BR/BA	Amêndoas de cacau (<i>Theobroma Cacao</i> L.)	Costa das Baleias, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa do Dendê
Colônia Witmarsum	IP	BR/PR	Queijo	Campos Gerais
Venda Nova do Imigrante	IP	BR/ES	Socol	Montanhas Capixabas
Região de Corupá	DO	BR/SC	Banana (subgrupo Cavendish)	Caminhos dos Príncipes
Sabará	IP	BR/MG	Derivados de jabuticaba: licor, geleia, molho, casca cristalizada e compota	Ouro

Tomé-Açu	IP	BR/PA	Cacau	Região turística do Capim
Oeste da Bahia	IP	BR/BA	Café verde em grãos, da espécie <i>Coffea arabica</i>	Caminhos do Oeste
Pirenópolis	IP	BR/GO	Jóias artesanais em prata	Ouro e Cristais
Uarini	IP	BR/AM	Farinha de Mandioca	Polo Médio Solimões
Capanema	IP	BR/PR	Melado batido e melado escorrido	Vales do Iguaçu
Campos de Cima da Serra	DO	BR/SC	Queijo artesanal serrano	Serra Catarinense, Campos de Cima da Serra, Uva e Vinho, Hortênsias, Rota das Araucárias
Campanha Gaúcha	IP	BR/RS	Vinho fino branco tranquilo; Vinho fino rosado tranquilo; Vinho fino tinto tranquilo; Vinho espumante fino	Pampa Gaúcho e Fronteira
Alta Mogiana	IP	BR/SP	Café	Alta Mogiana, Lagos do Rio Grande, Nascente das Gerais e Canastra, Montanha Cafeeiras de Minas)
Mantiqueira de Minas	DO	BR/MG	Café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído	Águas, Caminhos da Mantiqueira, Serras Verdes do Sul de Minas.
Novo Remanso	IP	BR/AM	Abacaxi	Polo Amazônico e Polo Uatumã
Caicó	IP	BR/RN	Bordado	Polo Seridó
Matas de Minas	IP	BR/MG	Café em grãos crus, beneficiados, torrados e torrados e moídos	Montanhas e Fé, Pico da Bandeira, Serra do Brigadeiro, Serras de Minas, Mata Atlântica de Minas, Serras e Cachoeiras
Gramado	IP	BR/RS	Chocolate artesanal	Hortensias
Porto Ferreira	IP	BR/SP	Cerâmica artística	Roteiro dos Bandeirantes
Terra Indígena Andará-Marau	DO	BR/AM/PA	Waraná (guaraná nativo) e pães de waraná (bastão de guaraná)	*****
Marajó	IP	BR/PA	Queijo	Região turística dos Campos do Marajó
Bragança	IP	BR/PA	Farinha de mandioca	Amazônia Atlântica Caeté
Caparaó	DO	BR/ES/ MG	Café da espécie <i>Coffea arabica</i> : em grãos verde (café cru), industrializado na condição de torrado e/ou torrado e moído	Caparaó Capixaba e Pico da Bandeira
Antonina	IP	BR/PR	Bala de banana	Litoral do Paraná

Campo das Vertentes	IP	BR/MG	Café em grão verde, café industrializado na condição de torrado em grão e moído	Encantos de Minas, Grutas e Mar de Minas, Campo das Vertentes, Trilha dos Inconfidentes)
Montanhas do Espírito Santo	DO	BR/ES	Café	Montanhas capixabas, Imigrantes e Região turística da Costa e Imigração)
Norte de Minas	DO	BR/MG	Mel de abelha <i>Apis mellifera</i> L. produzido a partir da aroeira <i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão e de <i>honeydew</i>	Serra Geral do Norte de Minas, Urucuaia Grande Sertão, Velho Chico, Sertão Gerais, Noroeste das Gerais e Alto Paranaíba, Lago de Irapé, Serra do Cabral, Guimarães Rosa)
Espírito Santo	IP	BR/ES	Café conilon	Todo o estado do ES
Jaguaruana	IP	BR/CE	Redes	Vale do Jaguaribe
Matas de Rondônia	DO	BR/RO	Café em grão robustas amazônicos	Polo turístico de Zona da Mata, Polo turístico região dos Fortes,
Resende Costa - MG	IP	BR/MG	Artesanatos têxteis produzidos por tear manual e produção manual	Trilha dos Inconfidentes
Santa Catarina	IP	BR/SC	Vinho fino; vinho nobre; vinho licoroso; espumante natural; vinho moscatel espumante; brandy	Vale dos Imigrantes, Grande Florianópolis, Serra Catarinense, Caminhos do Contestado
Mamirauá	DO	BR/AM	Pirarucu manejado	Polo médio Solimões
Região de São Joaquim	DO	BR/SC	Maçã Fuji	Serra Catarinense
Planalto Sul Brasileiro	DO	BR/SC/ PR/RS	Mel de melato da bractinga	Todas as de Santa Catarina
Planalto Norte Catarinense	DO	BR/SC	Erva-mate	Caminhos do Contestado, Caminho dos Príncipes, Caminhos do Alt Vale
Região de Tanguá	DO	BR/RJ	Laranjas da espécie <i>Citrus sinensis</i> apresentadas em frutos de mesa e suco de laranja	Caminhos da Mata e Costa do Sol

Fonte: Felisberto, 2018; INPI, 2023; Mtur, 2023

APÊNDICE D - Clipping crise do dendê na Bahia em 2020

06/08/2020**Aumento no preço do azeite de dendê preocupa baianas de acarajé**

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/08/06/aumento-no-preco-do-azeite-de-dende-preocupa-baianas-de-acaraje-ba-e-o-2o-maior-produtor-do-pais.ghtml>

Baianas de acarajé enfrentam problemas com o aumento do azeite de dendê e a pandemia

<https://globoplay.globo.com/v/8755444/>

Baixa safra do dendê preocupa baianas de acarajé na Bahia

<https://www.anf.org.br/baixa-safra-do-dende-preocupa-baianas-de-acaraje-na-bahia/>

Safra abaixo do esperado provoca escassez de dendê na Bahia

<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/251465-safra-abaixo-do-esperado-provoca-escassez-de-dende-na-bahia.html>

Vai faltar dendê em Salvador: produto já não existe nas fábricas e estoque está escasso

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/vai-faltar-dende-em-salvador-produto-ja-nao-existe-nas-fabricas-e-estoque-esta-escasso/>

07/08/2020**Alta no preço do azeite de dendê impacta a produção de acarajé na Bahia**

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/08/07/alta-no-preco-do-azeite-de-dende-impacta-a-producao-de-acaraje-na-bahia>

Entenda porquê a produção do azeite de dendê na Bahia está em crise

<https://globoplay.globo.com/v/8760945/>

08/08/2020**Queda na produção causa falta de azeite de dendê na Bahia**

<https://revistaglororural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/08/queda-na-producao-causa-falta-de-azeite-de-dende-na-bahia.html>

Seca do dendê: porque o líquido sagrado está prestes a faltar na Bahia

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/seca-do-dende-por-que-o-liquido-sagrado-esta-prestes-a-faltar-na-bahia/>

09/08/2020**Agnaldo de Mesquita, o Val, faz sucesso com drive-thru de acarajé.**

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/agnaldo-de-mesquita-o-val-faz-sucesso-com-drive-thru-de-acaraje/>

11/08/2020**Azeite de dendê desaparece das prateleiras na Bahia: preço sai de R\$ 65 para R\$ 150**

<https://blogs.oglobo.globo.com/luciana-froes/post/azeite-de-dende-desaparece-das-prateleiras-na-bahia-preco-sai-de-r-65-para-r-150.html>

12/08/2020**Possibilidade de faltar dendê já preocupa os baianos e baianas**

<https://www.facebook.com/tvebahia/videos/344225250288877>

13/08/2020**Empresário que vende dendê projeta aumento de preços no acarajé até dezembro**

<https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/95967,empresario-que-vende-dende-projeta-aumento-de-precos-no-acaraje-ate-dezembro>

14/08/2020**Hoje é sexta-feira: os mil e um usos do dendê que você nem imaginava**

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/hoje-e-sexta-feira-os-mil-e-um-usos-do-dende-que-voce-nem-imaginava/>

Secretário da SEAGRI afirma que não vai faltar dendê: "Temos em estoque"

<https://varelanoticias.com.br/secretario-da-seagri-afirma-que-nao-vai-faltar-dende-temos->

em-estoque/

15/08/2020

A Bahia não é a Terra do Dendê apesar da fama, produto vem do Pará

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-bahia-nao-e-a-terra-do-dende-apesar-da-fama-produto-vem-do-para/>

Dendê além da moqueca: óleo está em chocolate, biscoito recheado e até brigadeiro

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/dende/>

Dendê, ouro da Bahia: mais do que um óleo, elemento ancestral enfrenta crise

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/dende-ouro-da-bahia-mais-do-que-um-oleo-elemento-ancestral-enfrenta-crise/>

16/08/2020

Crise no tabuleiro: redução de mistura do biodiesel pode aliviar escassez de dendê

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/crise-no-tabuleiro-reducao-de-mistura-do-biodiesel-pode-aliviar-escassez-de-dende/>

Redução de mistura do biodiesel pode aliviar escassez de acarajé

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/reducao-de-mistura-do-biodiesel-pode-aliviar-escassez-de-acaraje>

17/08/2020

A crise que está ameaçando o acarajé no Brasil

<https://exame.com/brasil/a-crise-que-esta-ameacando-o-acaraje-no-brasil/>

Baianas do acarajé esperam ansiosas pelo reaparecimento do dendê e da palma do Pará, usadas na iguaria

https://www.redegn.com.br/?sessao=noticia&cod_noticia=135636

Projeto anula medida da ANP que reduziu percentual de biodiesel no diesel

<https://www.camara.leg.br/noticias/684870-projeto-anula-medida-da-anp-que-reduziu-percentual-de-biodiesel-no-diesel/>